



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Agostinho. PSB - SP) - Bom dia a todos e a todas.

Estamos *e Agricultura*. começando o *Seminário Nacional de Governo Aberto em Clima, Florestas*

A palavra da vez, dentro do processo democrático brasileiro, é transparência. Há tempos a sociedade civil tenta investir no controle social aqui no País.

Nós sempre queremos mais, nós sempre queremos dar um passo além. Queremos o enfrentamento e o combate ao desmatamento, a conservação da nossa biodiversidade, a busca pela sustentabilidade, envolvendo todos os atores responsáveis pela ocupação do território nacional.

A nossa discussão sobre clima será feita da forma mais transparente possível, buscando estratégias que sejam efetivas naquilo em que pretendemos atuar. Temos um desafio enorme pela frente: buscar, com este seminário, ações, programas, iniciativas, estratégias para conseguir avançar, mesmo no momento atual, em que o cenário não é dos melhores, em que parecemos estar numa estrada com neblina, com nevoeiro, sem conseguir enxergar um pouco mais à frente.

Como fazer para construir algo diferente? Como conseguir que o controle social seja efetivo? Como garantir transparência e combate à corrupção dentro das questões ambientais? Como fazer para o Brasil começar a mostrar uma outra cara, a cara de um país que tem preocupação com a sustentabilidade?

Este seminário cria uma série de provocações justamente numa semana em que nós discutimos duas medidas provisórias extremamente impactantes para esse debate.

A primeira é a Medida Provisória nº 867, de 2018, que reabre o debate sobre o Código Florestal. Em vez de discutirmos a implementação, estamos discutindo novas anistias, novas liberalidades, regulamentando algo que poderia ser feito pelo próprio Executivo, por meio de medida provisória, de forma não consensual. Foi feito um acordo, um pacto, em 2012, que resultou na aprovação do Código Florestal. Nós estamos reabrindo isso com essa medida provisória, o que é muito ruim não só para a questão ambiental, mas também para o agro, que mais uma vez reafirma uma posição atrasada dentro do setor.

A segunda é a Medida Provisória nº 870, de 2019. Apesar de termos conseguido reequilibrar algumas situações dessa MP, como a questão indígena, o Serviço Florestal Brasileiro continua na Pasta da Agricultura, que acha que, com o comando dessa



unidade, vai transformar nossa madeira em *commodity*, aumentando em muito as suas exportações, a ponto de transformar o Brasil numa nova Indonésia. Então, são graves as situações que estão sendo expostas, e nós precisamos fazer um debate sério, com amadurecimento. Acho que este seminário também serve para que possamos discutir com profundidade essas situações.

Quero agradecer muito à sociedade civil aqui presente, que ajuda muito a conduzir todo esse processo. Quero agradecer muito ao Mário Mantovani, Diretor da SOS Mata Atlântica, que vem conduzindo aqui na Câmara, com um esforço muito grande, o trabalho da Frente Parlamentar Ambientalista, e à Laura, Secretária-Executiva do IMAFLORA — Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola, minha amiga do interior de São Paulo — eu sou de Bauru, e ela de Piracicaba. *(Risos.)*

A Laura vai fazer a primeira apresentação. Antes de passar a palavra para ela, queria agradecê-la por ter atendido ao nosso convite. Espero que nós possamos aprofundar, cada vez mais, essa discussão de transparência, de controle social, de governo aberto, no que diz respeito à nossa biodiversidade.

Com a palavra Laura de Santis Prada.

Muito obrigado.

A SRA. LAURA DE SANTIS PRADA - Obrigada, Deputado Rodrigo.

Bom dia a todos e a todas.

Queria agradecer, já no início, e não no final da minha fala, a presença de todos vocês, porque cada um que está aqui está aqui porque se importa. É disso que se trata o governo aberto: dar voz e dar luz às pessoas que se importam com a situação, com o Brasil, com o desenvolvimento sustentável, com o clima, com as florestas e com a agricultura. Então, já desde o início, obrigada aos que estão aqui, de ouvidos, corações e mentes abertos para o nosso diálogo, o nosso debate.

Eu queria começar a minha fala com uma frase de um dos políticos que eu mais respeito na história da humanidade, que é o Gandhi, líder da independência da Índia: "*A violência é o medo dos ideais do outro*". Essa frase é de uma profunda compreensão da natureza humana. Diz que toda animosidade, toda violência vem de não se aceitar a diferença, não se aceitar a divergência, não se aceitar debater — colocar a sua verdade e ouvir a verdade do outro.



O oposto disso, o oposto da violência, que é a paz, é construída quando cada pessoa consegue contrapor esse movimento inicial de resistência à verdade do outro e consegue dialogar. Assim, são construídas todas as verdades. Toda a evolução da humanidade depende disto: de pessoas se reunirem, dialogarem e construírem os seus acordos comuns, sejam leis, sejam regulamentações, sejam aspectos da cultura de um povo, de uma comunidade, de um país. Mas isso depende primordialmente de ouvir as diferenças e de construir algo a partir disso.

Rapidamente, eu queria contar a experiência que nós do IMAFLORA tivemos com o exercício do conceito de governo aberto no Observatório Cidadão de Piracicaba.

O Renato Morgado, que está aqui, como Consultor da Transparência Internacional, foi um colega de longos anos no IMAFLORA. O Marcelo assumiu o lugar dele. Ambos trabalharam diretamente no Observatório Cidadão.

Em 2012, o IMAFLORA, com outros parceiros, propôs à Câmara de Vereadores de Piracicaba uma nova cultura de trabalho, uma nova cultura de relacionamento com a sociedade do Município, de transparência, de diálogo, de concertação política. No início desse processo, eu não vou dizer que houve, como na frase de Gandhi, violência, mas houve resistência e até animosidade. Então, foi difícil no início. Encontramos muita resistência de inúmeros Vereadores, que viam o processo de transparência como uma perseguição, um complô contra a sua política. Ao longo do tempo, isso foi evoluindo.

Não vou ter tempo de relatar todas as conquistas, mas queria ressaltar que, no ano passado, a Câmara de Vereadores de Piracicaba atingiu 88% de cumprimento dos índices de transparência, um índice absolutamente revolucionário, um verdadeiro recorde. Isso demonstra uma ação de chão muito local.

Com persistência, com a construção de diálogo e com participação, é possível transformar a cultura de participação cidadã de um território, de um Município e, quem sabe, de um país também.

Fazendo uma ponte já para a fala do Mário — eu queria fazer essa ponte, de Piracicaba para Brasília, especificamente para o Ministério do Meio Ambiente —, neste começo de ano e de mandato do novo Governo, nós estamos vendo um novo processo de resistência à participação popular, à discussão e ao diálogo com a sociedade. Está em curso um verdadeiro desmonte dos espaços de diálogo. Estão se desmanchando e se tornando arenas de disputa política.



Deixo um recado, uma mensagem para o Ministério do Meio Ambiente, que especificamente é o dono dessa temática que estamos discutindo hoje. O que nós estamos vendo é o desmonte dos colegiados e de todas as estruturas. Para usar uma expressão popular, está-se jogando fora não só a água do banho com o neném, mas a banheira e a estrutura do banheiro inteiro. Tudo está indo embora. Está ficando um espaço vazio. E, quando esses espaços de diálogo são esvaziados, os pontos de tensionamento aumentam, e a construção coletiva de um marco regulatório e até da cultura de um país também são esvaziado. A pobreza política começa a ser representada nesses espaços.

Minha mensagem é a seguinte: nós estamos vendo só desmonte, e a sociedade brasileira tem não só o direito mas também o dever de exigir e de perguntar ao Ministério do Meio Ambiente o que será colocado no lugar desse desmonte, o que se propõe construir aí. Existe uma postura de aumento de eficiência e gestão? Pois bem, aumento de eficiência e gestão vem com o cumprimento de metas. Quais são as metas do Ministério do Meio Ambiente? Qual é a estratégia para endereçar os gigantes problemas das temáticas que têm que ser enfrentadas, como o desmatamento da Amazônia, que está galopante, como a discussão de um novo modelo de exploração de mineração, depois de duas tragédias e várias anunciadas, que virão, com certeza, como as dezenas de milhões de hectares de solos degradados, de passagens degradadas que são colocadas como áreas que podem ser utilizadas para a agricultura? Como enfrentar esses problemas?

A sociedade brasileira quer saber como o Ministério do Meio Ambiente quer enfrentar esses problemas, qual é a estratégia e o que será colocado no lugar do desmonte. O que está sendo destruído nós já estamos vendo, nós queremos saber o que será construído, quais são as metas e como a sociedade brasileira vai poder participar disso, porque os recursos naturais tão valiosos do Brasil, que são exaltados inclusive pelo Presidente da República em todos os lugares do mundo, não são do Governo brasileiro, são da sociedade, de brasileiros e brasileiras que acordam cedo todo dia para trabalhar e que têm direito não só de participar como de exigir que a política ambiental brasileira esteja às claras e que nós tenhamos espaço de participação e de diálogo para ajudar a construí-la.

Era o que eu tinha a dizer.



Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Agostinho. PSB - SP) - Obrigado, Laura.

Passo a palavra ao Mário Mantovani, Diretor de Políticas Públicas da SOS Mata Atlântica.

O SR. MÁRIO MANTOVANI - Bom dia a todos!

É realmente muito bom estarmos juntos nesta manhã, em uma atividade de interação da sociedade com o Parlamento.

Eu acho que já fizemos milhares de atividades aqui dentro do Congresso Nacional, desde a Constituição. Eu gostaria de chamar a atenção para os temas que nós construímos, principalmente com relação à questão ambiental no Brasil.

E chamar a atenção para o meio ambiente é uma forma de chamar a atenção para todos os outros temas. O SUS, por exemplo, foi criado exatos 10 anos depois do SISNAMA — Sistema Nacional do Meio Ambiente, com a mesma estrutura, com a mesma proposta. Daí, surgiram muitos sistemas, como o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, que buscavam, em todos os níveis de governo, a participação da sociedade. Em todos esses sistemas, havia — talvez, a palavra-chave — conselhos de gestão, conselhos participativos, conselhos deliberativos, conselhos que promoviam a ligação entre a sociedade e as políticas públicas.

Ora, o que nós vimos agora? Um decreto acabando praticamente com todos os espaços de participação. É uma forma perversa de usurpar o poder da sociedade. É uma forma perversa de afastar a sociedade de qualquer tipo de debate, em todos os níveis. Essa referência negativa que sai de Brasília vai bater nos Municípios, no Conselho Municipal de Meio Ambiente, por exemplo. Nós não podemos mais conviver com isso, temos que nos rebelar, temos que ir atrás dessas discussões, para mostrar que a resistência da sociedade também se dará em todos os níveis.

E uma coisa mais interessante: eu coordeno a Frente Parlamentar Ambientalista, que, digo para vocês, era a única frente, até este ano, que tinha, na coordenação, a sociedade civil — agora, é assim também nas frentes que tratam da questão indígena, da transparência, da economia verde e da sociedade civil. Então, já são cinco frentes que seguiram esse exemplo, o que é uma coisa importante para empoderar a sociedade, trazendo-a para cá.



E eu me lembrei, quando estávamos falando das frentes parlamentares, o esforço que fizemos de sair daqui de Brasília com a frente e estar em todos os Estados brasileiros, levando até eles os mesmos temas de que se fala em Brasília — Código Florestal, licenciamento, saneamento, resíduos sólidos. Levamos essas questões a todos os Estados, para que aquelas organizações, que não podem estar aqui, também tenham essa participação. O que nós buscamos? Que a sociedade participe das questões de política pública.

Eu estou vendo a Roberta, do Observatório do Código Florestal. Fizemos, em todas as assembleias, a discussão do Código Florestal. Se não fizermos isso, as pessoas não entendem como são as coisas. Brasília é muito distante, até para o Parlamentar. O Deputado Rodrigo, por exemplo, tem que estar em Brasília, como está aqui hoje, mas tem que dar satisfação lá em Bauru, porque senão na próxima eleição não vai estar aqui. Nós vimos vários casos de ótimos Parlamentares que acabaram não se reelegendo porque se envolveram demais nessa estrutura maluca de Brasília. Ora, temos que ir com os nossos temas para a sociedade.

Nós fizemos um *roadshow* — vamos chamar assim — pelo interior, levando a questão dos Planos Municipais de Mata Atlântica. São os Conselhos de Meio Ambiente locais que aprovam esses planos. Podia ser assim com os de biodiversidade. Aí, nós não veríamos esse desmonte que está acontecendo hoje, o Governo acabando com o nosso maior potencial, com a nossa maior história, com o nosso maior patrimônio, a biodiversidade brasileira.

Isso está na Convenção de Biodiversidade, Convenção de Clima. Nós perdemos essa ligação. Quantas cidades no Brasil fizeram os seus Planos de Adaptação Climática! Quantas coisas poderíamos fazer! Se não fizermos assim, não vamos entender o que há em Brasília.

Eu acho que o que me entusiasmou a vir para esta conversa hoje foi justamente a possibilidade de nós falarmos dessas metas.

Eu trabalhei muito com o Movimento Defesa São Paulo, depois com o Instituto Nossa Ilhéus e com várias outras iniciativas. Eu acompanhei essa de Piracicaba com o IMAFLORA, e é bem legal esse trabalho de a Câmara Municipal prestar contas do que está acontecendo.



Se não entendermos o orçamento de meio ambiente do Município, que é o último, não vamos entender o orçamento de meio ambiente em Brasília, que também é um dos últimos, nem o quanto isso impacta na história de cada um de nós. Então, é um pouco da estratégia de atuação que eu queria buscar aqui com cada um que está presente.

Há a questão dos Governos locais, a questão do SISNAMA. Todos nós sabemos como funciona esse sistema. O que nós precisamos fazer é dar a possibilidade de participação, como faz o Rubens, como faz o Deputado Nilto Tatto, que foi ao interior, fazer visita, participou do Abraço Guarapiranga. É assim que o cara vai entender o que é proteção de mananciais. Tem que estar na região, falando sobre a questão da cana, a questão da Mata Atlântica, a questão do Cerrado. Aliás, com o Deputado Rodrigo nós elaboramos o primeiro plano para cuidado da biodiversidade da Mata Atlântica e do Cerrado. Já que não há PEC do Cerrado, já que não há uma legislação nacional do Cerrado, usamos a estadual e o trabalho da Mata Atlântica para alcançar uma aplicação prática das questões do meio ambiente na vida das pessoas. Acho que esse é o desafio que temos que buscar aqui.

Nós vamos tentar trabalhar, traduzir o que se faz de política pública em Brasília, dentro do Congresso. Essa é uma das coisas mais difíceis, porque as pessoas olham para o Congresso e já acham que é o lugar onde não acontece nada, que é o lugar da corrupção, disso e daquilo. Há tanta marca negativa, que é difícil levar isso. Por isso, é importante ir ao interior, fazer as coisas de forma descentralizada, em todos os Estados, em cada comunidade, porque, assim, nós vamos conseguir a transparência necessária. A discussão do Código Florestal é muito séria para ficar só em Brasília. Quem está querendo ser o Relator do projeto que pretende acabar com a reserva legal, aliás, não sabe nem da reserva que há no condomínio onde o cara guarda as armas da turma dele. Então, temos que ver um jeito de sair desse buraco em que nós estamos entrando hoje, que tem, cada vez mais, afastado a sociedade.

Deixo o meu repúdio a esse decreto que liquida os conselhos no Brasil neste momento em que se fala de transparência e de participação da sociedade em cada um desses temas que nós escolhemos, em especial o clima — liquidar os conselhos é liquidar o clima no País. Nós acabamos de ver agora que se acabou com a possibilidade de fazer em Salvador um dos debates sobre clima, sem contar que perdemos a COP aqui no Brasil, por covardia, corrupção e sei lá o que pode estar nesse caminho.



Há também a questão das florestas. Nós estamos vendo a liquidação das florestas agora. Eu conheço a história do Deputado Rodrigo, que inventou o Clickarvore, com 14 anos de idade, para a SOS plantar árvores. E nós começamos a plantar em Áreas de Preservação Permanente — APPs e reserva legal. Hoje nós não temos mais quem queira árvore na sua propriedade, graças a essa lambança que se fez com relação às questões do Código Florestal. Hoje, para se convencer um proprietário a proteger uma nascente, proteger uma APP, proteger reserva legal, é um esforço muito grande. Talvez, na comunidade, lá no Conselho de Meio Ambiente, lá no Conselho de Agricultura, lá no Conselho da Cidade, nós consigamos reverter isso.

É gravíssimo o momento por que estamos passando com relação a florestas. O Deputado Rodrigo acabou de falar da Medida Provisória do Código Florestal que está sendo discutida.

Na agricultura, vou chamar a atenção para o CAR, uma das grandes coisas que conseguimos. Não pode haver retrocesso nisso. O CAR é o jeito de nós entendermos quais são os ativos, realmente, da agricultura brasileira, onde estão as nossas reservas legais, onde estão as APPs e como nós vamos fazer a adequação dessas propriedades, inclusive na questão dos financiamentos. Neste ano, há 180 bilhões de reais para o agronegócio. Quanto há para a agricultura familiar? Não chega a 10 bilhões de reais. E é na agricultura familiar que estão 80% dos proprietários.

E ainda há a absurda concentração fundiária no Brasil. O maior problema ambiental brasileiro é fundiário. Não quer dizer que os 60 milhões de hectares de agricultura estejam todos ocupados regularmente, não quer dizer que os 200 milhões de hectares de pastagens estejam sendo protegidos e que haverá ampliação dessas áreas.

O IMAFLORA faz uma das coisas que eu acho mais interessantes, que é a Certificação Florestal. Todos deveriam conhecê-la, porque é uma forma de apresentar à sociedade aquilo que se ganha do crédito agrícola e como se pode trabalhar.

Eu não quero me entusiasmar, não sou candidato a nada. Eu quero é ver essa frente parlamentar funcionando e dando apoio a essas atividades.

Deputados Rodrigo e Nilto, nós estaremos sempre firmes, trazendo os debates que interessam aqui para dentro, porque essa é a melhor forma de nós termos governo aberto e participação da sociedade na gestão da cidadania ambiental.

Obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Agostinho. PSB - SP) - Vamos passar ao próximo painel, intitulado *Governo Aberto e Meio Ambiente no Contexto Político Atual*. Eu chamo para moderá-lo a nossa caríssima amiga Roberta del Giudice, do Observatório do Código Florestal.

Convidamos também para fazer parte da Mesa Adriana Ramos, Coordenadora do Programa de Políticas e Direitos Socioambientais do Instituto Socioambiental; Michael Santos, Gerente de Políticas Públicas da WWF Brasil; e o Deputado Nilto Tatto, Presidente da Frente Parlamentar Ambientalista, que me ajuda bastante no dia a dia, na rotina da Comissão de Meio Ambiente desta Câmara dos Deputados.

Passo a Mesa aos senhores. Hoje o dia será bem puxado aqui na Câmara dos Deputados. Às vezes eu sairei correndo para resolver questões. O partido está discutindo agora as Medidas Provisórias. Depois eu volto. Deixo com os senhores a palavra e a Mesa. *(Pausa.)*

A SRA. COORDENADORA (Roberta Del Giudice) - Bom dia a todos.

Eu vou passar a palavra para a Adriana Ramos, Coordenadora do ISA, mas primeiro eu quero falar um pouco sobre o Observatório.

A transparência é um dos pilares do Observatório. São três as frentes em que nós trabalhamos, e uma delas é a transparência. Nós acreditamos que a transparência pode conduzir à efetividade na implementação da lei e levar informações com segurança para o mercado sobre o grau de sustentabilidade das *commodities*. Quanto mais informações nós tivermos, melhor, até para conseguirmos implementar a legislação ambiental.

Eu queria só fazer uma observação: há pouco tempo, os Bancos Centrais e a Rede de Supervisores para o Esverdeamento do Sistema Financeiro, uma rede internacional, lançou seis recomendações para os bancos para enfrentar as mudanças climáticas. A quinta se refere especificamente à transparência e diz o seguinte: "*Atingir um grau de transparência que seja robusta e internacionalmente consistente no que tange ao clima e ao meio ambiente*". Isso vai ao encontro do que o Observatório prega e do trabalho realizado pelo IMAFLORA e pelas instituições que compõem o Observatório.

É com isso que eu gostaria de abrir esta Mesa.

Vou passar a palavra para a Adriana.

A SRA. ADRIANA RAMOS - Obrigada, Roberta.

Bom dia a todos e a todas.



Eu queria agradecer à Comissão, à Frente Parlamentar Ambientalista, ao IMAFLORA e ao SOS Mata Atlântica o convite.

A iniciativa de governo aberto, que nós também já acompanhamos há algum tempo, é extremamente relevante para a construção da democracia. O governo aberto se pretende um veículo para avançar no fortalecimento das democracias, na luta contra a corrupção e no fomento a inovações tecnológicas para transformar a governança do século XXI.

Não deixa de ser curioso e de certa forma triste que nós ainda estejamos discutindo pilares fundamentais do que são a transparência e a participação, num momento em que, especialmente se nós pensarmos na gestão ambiental no Brasil, nós já deveríamos estar apenas colhendo os frutos de termos sido um dos primeiros países a, já em 1981, estabelecer o Sistema Nacional do Meio Ambiente, que tinha como premissa fundamental a participação dos diferentes setores na gestão ambiental.

O CONAMA — Conselho Nacional do Meio Ambiente, maior Conselho da República, que foi criado pela Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, em 1981, trouxe a ideia de um balanço de ideias e divisões que refletisse a diversidade da sociedade brasileira, dando um equilíbrio de poderes nas principais decisões mais operacionais da gestão ambiental, fazendo com que o Brasil chegasse à posição em que nós estivemos até hoje — e não sabemos como estaremos no futuro — de ser um dos países com a legislação e a gestão ambiental mais avançadas do mundo.

Eu gosto sempre de lembrar de um exemplo do CONAMA. Uma das suas primeiras resoluções foi a instituição do PROCONVE — Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores, que foi uma luta grande, porque não era, é claro, um tema de consenso. A própria indústria automobilística na época foi muito contrária a ele. Mas a sociedade brasileira, por meio do Conselho, aprovou uma proposta que estabeleceu o controle das emissões dos motores dos veículos já nas fábricas.

Eu tenho a impressão de que é só por isso que São Paulo é uma cidade onde ainda hoje se pode caminhar sem máscaras. Há cidades do mundo cujo índice de poluição do ar pelos carros chegou ao ponto de os guardas de trânsito só trabalharem com máscaras.

E, se não fosse o Conselho Nacional do Meio Ambiente, muito provavelmente, a disputa entre as diferentes visões da sociedade, entre o setor especificamente regulado nesse caso, que era a indústria automobilística, e a visão dos ambientalistas, se daria em



lobbies escusos dentro dos gabinetes. E nós nunca teríamos, como tivemos, uma regra de consenso que ganhou efetividade pelo compromisso das partes que ajudaram na sua construção. E acho que esse é um dos grandes ganhos do CONAMA.

Quando se avalia a questão de custos de funcionamento de um Conselho desse tamanho... Abro um parêntese: no caso do CONAMA, isso não se sustenta, tendo em vista que o seu único custo é o da manutenção da participação da sociedade civil, que não teria condições de participar de outra maneira, já que a indústria, com as suas diversas representações, e os Governos Estaduais e Municipais e o próprio Governo Federal, que está em Brasília, participam às suas próprias expensas. Por exemplo, o custo de pegar uma resolução que tem que valer para o Brasil inteiro e trabalhar a sua divulgação para dar efetividade à sua implementação diminui muito quando todas as partes e todas as instâncias da gestão ambiental, nos níveis municipal e estadual, estão envolvidas na elaboração da norma.

Então, é muito triste ver a participação ser tratada como uma questão de custos ou de óbice à agilidade, quando, na verdade, a efetividade da norma construída de uma forma democrática é muito maior do que a de qualquer decisão tomada em gabinete.

E, lamentavelmente, o que temos visto é que, embora não haja uma proposta objetiva de alteração do CONAMA e muito menos um debate no âmbito do próprio Conselho sobre isso, há tentativas bastante tacanhas e primárias de restringir o pleno funcionamento do CONAMA, a exemplo do que aconteceu na última reunião, com a restrição de acesso até dos próprios suplentes na sala. O CONAMA sempre realizou suas reuniões abertas ao público, com a participação de todos, e, da última vez, fez uma reunião a portas fechadas, sem a participação dos suplentes, com determinação, por ordem alfabética, de quem sentava ao lado de quem, o que é uma coisa das mais absurdas para o exercício da política em qualquer caso. Vamos imaginar que, nesta Casa, houvesse uma regra para determinar os lugares destinados no plenário aos Deputados e que eles não pudessem mudar de lugar nem se levantar para conversar no corredor. Qual seria a dificuldade de se aprovar propostas assim?

Outro caso exemplar que causa muita preocupação no momento é a questão da participação em diferentes instâncias que cumprem papéis específicos na gestão ambiental. Eu me refiro por exemplo ao caso do Fundo Amazônia, cujo comitê orientador foi criado quase que como uma condição para a constituição do Fundo. Os doadores do



Fundo Amazônia, ao fazerem o primeiro aporte que permitiu a sua criação, identificaram pelo menos duas principais características que o Fundo deveria ter e que eram fundamentais para garantir a legitimidade da doação e da execução do recurso.

Entre essas características está o monitoramento realizado pelo INPE, na época já com mais de 20 anos, dando transparência total aos parâmetros estabelecidos para a compensação que o Brasil receberia pela redução dos desmatamentos. O INPE conta com o PRODES — Projeto de Estimativa de Desflorestamento da Amazônia — para o monitoramento do desmatamento, que ganhou bastante transparência no início dos anos 2000 com as informações todas colocadas ao público, permitindo que toda a sociedade brasileira, universidades, organizações de pesquisa, organizações não governamentais, representações comunitárias tivessem acesso aos dados do desmatamento para poder analisar e agregar informação. Essa foi uma das bases do processo de construção de políticas que redundaram na redução do desmatamento na Amazônia. E não só a execução do monitoramento, mas também a transparência do monitoramento do INPE são reconhecidas internacionalmente, contribuindo para legitimar a criação do Fundo Amazônia.

Há também a exigência de um comitê de governança desse Fundo com participação ampla de representações da sociedade civil, academia, setor privado, Governos Estaduais e Governo Federal, permitindo que as regras gerais sejam definidas e compartilhadas por toda a sociedade. O material que o IMAFLORA — Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola — distribuiu hoje tem dados muito interessantes que demonstram que a maior parte dessas instâncias de participação na área ambiental têm participação majoritária do Governo. E ainda que para a sociedade civil a reivindicação de paridade sempre foi muito grande, o fato de estar em minoria nunca a impediu de exercer o seu trabalho de incidência, de controle social, de contribuição técnica para a definição das normas de uma maneira adequada.

E isso significa também menor custo, pois quando se fala de um conselho como CONAMA, que tem mais de 100 membros, na verdade o custo operacional de cada reunião se reflete, no máximo, no pagamento, na viabilização da participação de 15 membros, ou seja, pouco menos de 20% de todo o Conselho. Portanto, não podemos aceitar que o custo de reunião dessas instâncias seja um argumento para desmontar um sistema de participação que tem tantos outros benefícios.



Como o Mario comentou, outros exemplos muito importantes na questão ambiental são os relacionados ao Código Florestal, especialmente na questão do uso do CAR — Cadastro Ambiental Rural —, que é um tipo de ferramenta que só funciona se for transparente. E ele já não é tão transparente quanto gostaríamos que fosse. Nós acreditamos que o ideal seria que o CAR tivesse todas as informações disponíveis, de tal forma que qualquer instituição de pesquisa ou da sociedade pudesse analisar o cruzamento de informações que estão no CAR com outras bases de dados para, de fato, contribuir para a responsabilização pelo dano ambiental, objetivamente, e para que as pessoas possam se utilizar desse instrumento também para contribuir com a gestão territorial, no sentido de compreender a ocupação de cada território.

A ausência dessa transparência total traz prejuízos, mas ainda assim, da forma como está hoje, o cadastro tem um papel a cumprir que também fica sob risco quando escutamos as não propostas, como a Laura comentou aqui, que vêm sendo trazidas para a Mesa.

Também preocupa muito nessa questão da transparência o anúncio feito, recentemente, de que o Sistema de Gestão Fundiária — SIGEF deixa de ter um conjunto de informações fundamentais relacionadas aos processos de reconhecimento das demandas sociais pelo território, de tal forma que, ao não conter todas as informações necessárias, pode acabar estimulando um desequilíbrio e uma injustiça no processo de destinação das terras públicas no Brasil.

Nesse momento, para nós, sociedade civil, fica cada vez mais claro que a construção da nossa autonomia e das nossas condições de participação social são fundamentais para que mantenhamos o processo democrático, para que possamos continuar trabalhando para fomentar a transparência. Acho que temos aqui na Câmara dos Deputados e no Senado Federal exemplos muito positivos desse esforço de ampliar o acesso à informação da sociedade. Quando comecei a acompanhar as políticas aqui, eu me lembro que levávamos, mais ou menos, 15 dias para ter acesso às propostas que estavam em tramitação e conhecer o conteúdo e o processo de tramitação delas. Era preciso fazer uma primeira pesquisa, por tema, para receber uma lista de formulário contínuo com os números dos projetos de lei e as ementas; escolher os projetos; vir ao balcão da sinopse, neste corredor; buscar o projeto para ler o texto e saber do que se tratava; pedir novamente uma pesquisa sobre a tramitação. Então, levávamos, mais ou



menos, 15 dias para saber o que estava acontecendo e decidir quais eram os projetos de lei interessantes para acompanhar. Hoje fazemos isso com cinco cliques pelo *site*, onde temos acesso a toda a documentação, a todas as manifestações dos Parlamentares. Isso é um ganho de qualidade da participação muito grande.

Acho que uma das iniciativas de governo aberto poderia ser, cada vez mais, ajudar a popularizar as inúmeras ferramentas que têm sido desenvolvidas por diversos grupos da sociedade para ampliar a capacidade de acompanhamento das políticas e de controle social. Acho que precisamos fazer uso das redes sociais e das tecnologias em nosso favor, no sentido de fortalecer a democracia nesses tempos em que muitas opiniões são formadas por informações falsas e disseminadas de forma indevida.

Espero que esse seja um dia bem importante de trabalho e reflexão. Acho que, para a agenda ambiental brasileira, a questão da transparência e da participação social é cada vez mais importante. Estamos vivendo um momento em que, se não pudermos assegurar pelo menos esses preceitos constitucionais e os fundamentos da Lei nº 6.938/1981 de participação e transparência, para que sobrevivam a esse momento de flagrante desmonte da gestão ambiental, vai ficar muito difícil cuidarmos do patrimônio ambiental brasileiro.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Roberta Del Giudice) - Muito bem. Obrigada, Adriana.

Achei importante destacar quando V.Sa. fala dos fundamentos da democracia, da transparência que possibilita essa participação. As primeiras discussões sobre transparência surgiram junto com a democracia. No mesmo momento em que se formava o Estado Democrático começaram as discussões de quais eram as informações que deveriam ser disponibilizadas ao público e quais eram as informações que poderiam ser sigilosas.

Tem um destaque aqui para a evolução, a estabilidade, o avanço da legislação brasileira, pontuado, agora, pelo risco de retrocesso. Então, acho que, quanto mais a população realmente se apropriar das ferramentas que temos hoje para acesso às informações, mais difícil fica desconstituir essas ferramentas.

E vou passar a palavra para o Michel.



O SR. MICHEL SANTOS - Bom dia a todos e a todas. Primeiro, é um prazer estar aqui e uma alegria muito grande dividir esta Mesa com a Roberta e com a Adriana, duas guerreiras, mães, mulheres e defensoras de uma causa muito importante para todos nós.

Também faço deferência ao Deputado Nilto Tatto, que preside a Frente Parlamentar Ambientalista, que, como o Mario falou, é uma das pioneiras no acesso da sociedade, na participação efetiva da sociedade civil em temas muito importantes e relevantes.

Queria parabenizar a Câmara e o Senado pelo acesso à informação. Como a Adriana colocou, nós conseguimos antecipar e saber, no início da semana, qual é a agenda que vai ser discutida nas Comissões. Se isso acontece no âmbito federal, por outro lado, nos Estados e Municípios continua esse caos que a Adriana menciona. Nós não conseguimos acessar as informações, nem todos os Estados têm as informações digitalizadas e o acesso de forma explícita e transparente. Algumas vezes o *Diário Oficial* dos Governos só conseguimos acessar uma semana ou duas semanas depois da publicação. Eu me recordo de uma situação, em Rondônia, envolvendo a criação de 11 unidades de conservação. O Governo as criou em um dia e, no dia seguinte, a Assembleia Legislativa desconstituiu as 11 unidades, e só fomos tomar conhecimento desse processo dez dias depois, quando companheiros da base nos alertaram. Então, essa questão do acesso e da informação disponível é fundamental para a participação da sociedade.

O WRI — World Resources Institute —, uma organização que muitos de vocês aqui conhecem, tem um índice de democracia ambiental, que nós passamos a acompanhar. O Brasil hoje ocupa a 16º posição de um total de 70 países. Esse *ranking* avalia três pilares da democracia contemporânea: o acesso à informação, o direito de participação nos processos de tomada de decisão e o acesso à Justiça.

Se, por um lado, temos hoje um Executivo Federal muito fechado à sociedade civil, um Parlamento ainda muito conservador, mas, de alguma forma, aberto à sociedade, por outro lado, nós precisamos acessar cada vez mais o sistema da Justiça. O WWF acredita muito nesse caminho e tem investido muito nesse sentido.

Continuando com as informações sobre a pontuação brasileira, no quesito "acesso à informação" estamos em 13º posição no *ranking*. A pior pontuação registrada pelo Brasil foi no quesito "direito à participação", onde estamos em 32º lugar, abaixo da média global do índice.



Em relação ao "direito de participação", quando analisamos especificamente o quesito "proatividade do poder público na consulta à sociedade civil", despencamos para a 49ª posição nesse índice. O Brasil também está abaixo da média do índice nos quesitos "participação informada", em 38º lugar, e "participação desde o início no processo de tomada de decisão", em 30º lugar.

Dentro do "direito de participação", o quesito em que o Brasil melhor desponta é "a integração das sugestões públicas no processo legislativo". É isso que nós comentamos aqui. Esta Casa ainda permite a participação da sociedade civil, permite o acesso, mas vale mencionar que o Senado tem dificultado um pouco os acessos. Não temos conseguido transitar da Câmara para o Senado na velocidade que nós precisamos. Então, nesse quesito estamos em 12º lugar.

Já foi mencionado pelo Mario e pela Laura — e parabênizo a Laura e o IMAFLORA por esse movimento muito importante e que nós apoiamos definitivamente — que nós sofremos muitas ameaças. O Mario e a Adriana já mencionaram os conselhos. E vou trazer uma informação para uma leitura a mais sobre esse processo: na medida em que o Governo inverte a lógica usual da administração pública, ou seja, em vez de especificar os colegiados que precisam ser melhorados de forma direta, se inverte o ônus da prova, vamos dizer assim, e se obriga os próprios conselhos a que o façam.

Nesse sentido, precisamos fazer uma enxurrada de conselhos no Ministério do Meio Ambiente. Na verdade, em todos, não só no meio ambiente, porque isso toca muitas outras áreas: direitos humanos, educação, justiça, enfim. Vamos levar as informações dos conselhos — as metas, o que foi atingido, o que foi bem desenvolvido — para que eles tenham, pelo menos, o trabalho de fazer a análise desse processo, apesar de que entendemos e acreditamos que eles não vão considerar muito essas informações.

O CONAMA, como já foi dito, está de fato ameaçado. E apesar de o ICMBio ter soltado uma nota dizendo que os conselhos das unidades de conservação não são atingidos pela medida de forma direta, porque estão previstos no SNUC, o decreto altera a composição dos conselhos. E uma coisa pela qual nós brigamos muito foi a paridade, e hoje ela praticamente não existe: é uma posição para a sociedade civil e as outras seis posições são divididas entre empresas e Governos. Isso nos preocupa muito.

Não é só a questão dos colegiados. Eu vou tratar também do tema do licenciamento, que ainda não foi dito aqui nesta Mesa que está tramitando em caráter de



urgência e pode ser votado pelo Plenário. O Presidente Rodrigo Maia indicou para a relatoria o Deputado Kim Kataguirí — que vem tratando esse assunto a portas fechadas e passou, recentemente, a fazer parte da Frente Parlamentar da Agropecuária —, mas precisa ouvir a sociedade civil. Nós insistimos na posição adotada pelo Presidente Rodrigo Maia, no ano passado, de só colocar em votação o tema do licenciamento após consultas e oitivas pelo menos nos Estados. Precisamos que os Estados também se posicionem sobre isso e que a sociedade civil tenha condições e tempo para discutir essa lei que é tão importante.

E se formos considerar os textos anteriores — o texto do Deputado Kim ainda não conhecemos de forma precisa —, aspectos de acesso à informação e de participação estão comprometidos. ICMBio, FUNAI e Fundação Palmares deixam de ser parte no processo, deixam de ter condição de bloquear determinadas atividades e passam a ser só consultados, independentemente da posição deles sobre o assunto. O trator vai continuar.

Então, para além do licenciamento, nós temos outras preocupações, como já foi dito, do ponto de vista do Código Florestal — CAR, SISNAMA, o sistema florestal que mede e controla o tráfico de madeira no País, o acesso à informação sobre tráfico de animais.

Nós precisamos ter uma estratégia e uma aproximação muito forte. E tenho que dar os parabéns ao Serviço Florestal Brasileiro, porque, antes da mudança de Governo, fez uma aproximação estratégica com o Banco Central e com o Ministério Público Federal, disponibilizando essas informações. Nós precisamos caminhar no sentido de garantir que os órgãos de fiscalização, comando e controle tenham acesso a essas informações, de maneira aberta e transparente, e os órgãos sejam obrigados a trazer essa informação.

Na questão do acesso à informação não vou me alongar, pois muito já foi dito aqui. Vou fazer apenas uma menção ao tema das áreas prioritárias. Os mapas das áreas prioritárias sumiram dos *sites* onde deveriam estar, mas nós continuamos acompanhando esse processo. Apesar de o Ministro dizer que existem erros e equívocos nos mapas, nós vamos continuar acompanhando e acreditamos que esses erros e equívocos, de fato, não existem. Nós precisamos dessas informações no ar, justamente fazendo a conexão e a relação com o licenciamento ambiental. Esses mapas são de suma importância para a definição das áreas prioritárias para a conservação no País.



De maneira bem breve, vou concluir dizendo que todos esses fatos indicam que o Brasil está passando por um processo, por um momento político de enfraquecimento da democracia, com o enfraquecimento dos pilares de transparência e participação, que são direitos fundamentais de todos os cidadãos. Nós precisamos continuar nessa luta pela abertura das informações. Um governo democrático deveria ter todas as suas informações abertas e tratar isso de forma transparente, assim como é a água.

O Governo está se fechando e o papel da sociedade é lutar para colocar o Brasil de volta na rota do desenvolvimento sustentável e democrático.

Eu agradeço muitíssimo a oportunidade de falar com vocês.

Novamente, gostaria de dizer que foi um prazer dividir a Mesa com a Adriana e a Roberta, essas duas belas guerreiras e muito fortes. Eu me espelho muito no trabalho de vocês e espero continuarmos juntos nessa luta por bastante tempo.

Muito obrigado.

Tenham um bom dia e a todos um bom trabalho. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Roberta Del Giudice) - Muito obrigada, Michel. São muito interessantes os dados dessa pesquisa. Eu acho que você tocou num ponto importante: a transparência no processo de licenciamento é fundamental para que possa haver a participação da sociedade. Já tivemos, por volta de 2010, alguns sistemas que tinham um pouco de avanço na transparência, como o da CAESB, mas houve retrocessos. O sistema federal nunca teve transparência, poderia haver um sistema georreferenciado que facilitasse inclusive uma avaliação ambiental estratégica de cada licenciamento e maior participação social.

Eu deixei, por último, para agradecer a presença do Deputado Nilto Tatto, porque eu queria agradecer mais do que isso. Além da realização do seminário, gostaria de lhe agradecer o voto contrário — um dos três votos contrários — ao relatório da Medida Provisória nº 867/2018 na semana passada. Eu acho que hoje nós vivemos um momento de muita instabilidade nessa lei fundamental para a proteção da vegetação natural brasileira.

O Deputado Nilto Tatto foi muito relevante em todo o processo de discussão. Tenho certeza de que S.Exa. vai continuar trabalhando conosco.

Nós lançamos ontem uma campanha contra o PLV 9/2019, que é o projeto de lei de conversão proveniente da Medida Provisória nº 867/2018, pois somos contrários a essas



alterações que foram feitas no relatório do Deputado Sergio Souza. Isso traz um impacto muito grande para o meio ambiente. Nós podemos ter aí a regularização de até 6 milhões de hectares, um volume de terra de tamanho aproximado ao do Estado do Mato Grosso do Sul. Nós vamos ter uma dificuldade muito grande de implementação do PRA — Programa de Regularização Ambiental — e ainda a dispensa de necessidade do PRA. O produtor rural, então, pode apenas pagar a multa. E aí as OEMAs — Organizações Estaduais de Meio Ambiente — ou os órgãos ambientais responsáveis vão ter que buscar a implementação do Código por outros meios, porque pode ser dispensada a assinatura de termo de compromisso.

Há outras questões que prejudicam, porque trazem bastante impacto ambiental, mas a alteração do art. 68 e a alteração do processo de adequação à lei são as maiores alterações e trazem muito impacto.

Vou passar a palavra para o Deputado Nilto Tatto, agradecendo-lhe por esse voto tão relevante para a área ambiental.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - Obrigado.

Primeiramente, quero dar bom dia a todos e a todas e cumprimentar a Roberta. É um prazer enorme estar com você, com a Adriana e o Sr. Michael nesta Mesa. Quero cumprimentar também o IMAFLORA e a Fundação SOS Mata Atlântica pela realização desta atividade. E quero cumprimentar o meu colega Deputado Federal Celso Maldaner, que está aqui presente conosco.

Na verdade, quando me convidaram para este debate nesta Mesa sobre os conceitos que estão por trás do que significa governo aberto, fiquei até pensando no que iria falar. Esses conceitos nos levam ao debate do que pensamos sobre a democracia de forma aprofundada. Devemos entender a democracia como único sistema possível de convivência entre a diversidade e como a possibilidade do respeito à diversidade, do ponto de vista ético e cultural, e do respeito à diversidade, do ponto de vista da nossa relação com o meio ambiente, com as outras formas de vida. É convivência na comunidade, é convivência enquanto nação, é convivência enquanto planeta.

A democracia é um exercício permanente e diário de acordar e regar. É uma planta que se precisa regar diariamente e vigilar. É vigilância permanente. E aí, quando nós olhamos as últimas quatro ou cinco décadas, talvez um pouco menos, os mais velhos que participaram do processo da luta pela democracia no Brasil, contra a ditadura militar, nós



vemos as conquistas que tivemos durante esse período, do ponto de vista do reconhecimento da diversidade do Brasil, tanto ambiental como daquilo que depois ficou consagrado.

Tínhamos e ainda temos muito orgulho de dizer — de certa forma, tivemos até um reconhecimento internacional — que produzimos um arcabouço legal na perspectiva da proteção do meio ambiente para além das nossas gerações, considerando a relação com o meio ambiente e o respeito às outras formas de vida como conquista desse processo. Não é uma coisa tão antiga, mas muito recente. Ao mesmo tempo, do ponto de vista do reconhecimento e do projeto de construção, produzimos um país que contempla essa diversidade ética e cultural.

Então, ao longo dos últimos tempos, podemos dizer que muitos grupos sociais que já existiam ganharam *status* político, ganharam visibilidade política, se tornaram sujeito político e de conquistas de direitos. Nesse processo, também se conquistaram espaços para que esses grupos políticos pudessem acompanhar a elaboração e a implementação das políticas públicas, das políticas de Estado, inclusive para propor, para ajudar a construir políticas de interesses próprios, do próprio grupo ou daquilo que é de interesse geral, daquilo que é interesse difuso, nessa perspectiva de se construir uma sociedade inclusiva.

Podemos dizer que tivemos um avanço, um acúmulo. Por isso, depois, o conceito de governo aberto, na verdade, é um conceito mais moderno, mas que vai no sentido de aprofundar e melhorar esse componente. Mas nunca foi fácil. Vou citar alguns exemplos. No Brasil não é muito comum, inclusive no nosso campo, é importante dizer isso, estarmos aqui num seminário que junta ambientalista. Quando se fala em fazer investimento para a democracia, quando se fala que é preciso ter um Estado forte, presente, com capacidade para o exercício da democracia, às vezes titubeamos, não sei se é este o termo, e, de repente, dizemos que precisamos de um Estado enxuto, ágil. Como se democracia trabalhasse com agilidade. Democracia necessita paciência, porque ela precisa trabalhar com o tempo que, às vezes, não é o de quem está na gestão. Às vezes lançamos mão desse discurso de que o Estado atrapalha, de que o Estado não ajuda. E nós precisamos de um Estado que seja presente, que contemple.

Há uma outra coisa que eu queria levantar aqui, até para poder dialogar um pouco sobre a dificuldade que temos de implementar o Código Florestal. Por mais que ele não



tenha sido o ideal, não tenha sido aquilo que queríamos, foi o acordo possível naquele momento. E aí nós temos muita dificuldade de implementar.

Há determinados aspectos da vida da gente aqui no Brasil em que temos dificuldade muito grande de fazer valer os processos que construímos conjuntamente, porque determinados setores não permitem. Por exemplo, qual é a dificuldade de implementar o CAR? Qual é a primeira dificuldade de implementar o Código Florestal? É porque a questão agrária e a situação fundiária no Brasil nunca foram transparentes, nunca foram democráticas, considerando o sentido da palavra.

Daquilo que é área pública, nem o Estado nem a sociedade brasileira têm o controle, porque ela está a serviço, como sempre foi, do espaço aberto para a expansão do setor agrário. Quando falo do setor agrário, estou falando do setor que sempre comandou a política no campo, que sempre teve uma presença forte, independentemente de qual fosse o governo, sempre teve um papel hegemônico e sempre comandou a agenda. E não está sendo diferente. Agora com muito mais intensidade, evidentemente.

Então, acho que está aí a razão que precisamos entender. Não é de graça que este País nunca fez uma reforma agrária — e poucos países no mundo não fizeram reforma agrária. Os países que conseguiram se desenvolver e resolver o problema de emprego no campo e de agregação de valor passaram por esse processo há 100, 200, 300 anos. O Brasil não conseguiu fazer isso e não consegue, agora, implementar.

Então, como é que se pensa em transparência de dados ou em acesso à informação? Porque essa é uma questão de poder de um dos setores que é muito mais forte, e que, portanto, não vai abrir mão.

Eu vou dar outro exemplo do que está em debate aqui agora e que foi citado pelo Michel, que é o licenciamento. Agora foi feito de forma atropelada, até para atender a uma agenda dita liberal — mas é um liberalismo do século XVII, XVIII, isso precisa também ser entendido, porque os liberais aqui no Brasil, haja vista o conjunto de reformas aprovadas nos últimos 2 anos, 3 anos, são daquele liberalismo lá detrás.

Quanto ao licenciamento, querem, de afogadilho, fazer um debate nos corredores do Congresso Nacional. Por mais avanços que tenhamos tido em termos de participação, de abertura e de acesso às informações no dia a dia, às vezes ocorre isso por interesse de grupos. Há agora um Relator nomeado no corredor, que, a qualquer momento, pode levar ao plenário uma proposta e dizer que teve diálogo com todo o mundo.



E quanto àquilo que não foi acertado, a democracia diz que se disputa dentro do Parlamento no voto. Não consideram que temos outro Governo no Executivo, que temos um Parlamento completamente novo e que temos na sociedade um entendimento diferente sobre os processos de licenciamento, depois de Mariana e, principalmente, depois de Brumadinho. Então, há outra conjuntura. E aí eles querem fazer no atropelo um processo.

Outro aspecto que dialoga com aquela conquista que tivemos, ao longo desses últimos tempos, são os espaços e os conselhos em todas as áreas. A Adriana e o Michel falaram do espaço que temos no sistema de meio ambiente e dos diversos conselhos e espaços que foram criados. Mas há por trás, historicamente, no Brasil, uma aliança tradicional entre o setor privado e o Estado. Então, o Estado é forte quando interessa para o setor privado, para o capital. É só pedir: *"Vamos enxugar o Ministério da Economia. Vamos enxugar o Ministério da Indústria. Vamos enxugar esses Ministérios? Vamos?"*

Vocês já entraram nos prédios dos Ministérios que interessam para o capital, não importa que seja do campo ou da cidade? Vocês já entraram no Ministério do Meio Ambiente, ou no antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário, ou no Ministério da Previdência? Não estou falando daqueles que tratam do interesse da população. Já entraram nos espaços para ver como é a estrutura, as paredes, os equipamentos? Estou falando no âmbito ministerial, mas isso vale também para os Estados, para os Municípios, para todos.

Tradicionalmente, há uma aliança entre o setor privado e o Estado que determina as políticas para o conjunto do povo. A representação — quem vota nos Deputados, quem vota nos Senadores, quem vota no Governador, no Presidente — é do povo, mas quem determina a prioridade das políticas são esses setores.

O setor agrário faz parte dessa aliança com o Estado que determina a política. Mas não é só o setor agrário. Nós continuamente falamos muito mais do setor agrário, em função da principal agenda que afeta a questão da biodiversidade, do campo, da floresta, mas não é só. Nós precisamos fazer esse enfrentamento, esse debate, porque esse debate vai para a política. Como é que se faz para entender como funciona?

Nós damos pouco valor, mas nos últimos anos avançou muito, se pensarmos nas últimas 3 ou 4 décadas, a formação de diversos tipos de organização da sociedade civil espalhadas pelo País inteiro, porque acreditamos que, se queremos uma democracia, de



fato, e forte, e que não tenha risco para regá-la, nós precisamos fazer com que a sociedade seja organizada e possa ter, um dia, quanto mais forte ela for, a perspectiva de começar a construir um país em que a aliança principal seja da sociedade com o Estado, e não do setor privado com o Estado.

Essas são questões que nós precisamos debater quando falamos em governo aberto.

Outro aspecto que foi colocado é que quanto mais organizada é uma sociedade, mais se tem condições de controlar, por exemplo, a corrupção. É uma luta diária, permanente. E como é que se constroem mecanismos para que não ocorra ou, se ocorrer, como é que se apura? E isso para todas as estruturas do Estado.

Nos últimos anos, fortalecemos setores para apurar a corrupção, mas não criamos mecanismos para que a sociedade também controle esses setores que nós criamos para cuidar da corrupção. Quem é que controla o Tribunal de Contas? Quem é que controla o Ministério Público? Quem é que controla a Polícia Federal? Precisamos criar mecanismos para que a sociedade possa intervir, do ponto de vista geral. E acho que esses são desafios que estão colocados para nós.

Hoje, estamos numa realidade, caindo mais para o nosso terreno da agenda ambiental, em que está em risco tudo aquilo que se construiu do ponto de vista de arcabouço legal, na perspectiva de que nós precisamos não só cuidar da nossa geração e das gerações futuras e do respeito com as diversas formas de vida, mas também da nossa responsabilidade aqui no Brasil, perante o mundo todo, de cuidar do planeta. O que esperamos dos outros países os outros países esperam de nós. A humanidade espera de nós aquilo que nos cabe de responsabilidade.

Esse cuidado precisa existir também ao se pensar a democracia. E é importante pensar a democracia do ponto de vista do direito à vida e à qualidade de vida para todos neste País. É importante pensar a democracia do ponto de vista das gerações futuras. Nós não temos o direito de acabar com este planeta e, portanto, acabar com a possibilidade de vida do que vem no futuro. É importante pensar a democracia no sentido de que as outras formas de vida precisam continuar existindo, com respeito à biodiversidade.

E nunca pode ser desvinculado esse debate do meio ambiente, senão não faz sentido a palavra democracia. Não faz sentido se pensar em governo aberto, nos



conceitos que estão por trás da questão de governo aberto, se não encararmos que nós vivemos num dos países mais desiguais do mundo, e que, portanto, toda a perspectiva que se trabalha é a de cada vez mais concentração de renda, ou seja, cada vez menor o grupo dos mais ricos e cada vez maior o conjunto dos mais pobres deste País.

Não se resolvem os grandes problemas ambientais desta geração e das gerações futuras se não colocarmos no centro dessa agenda, par a par, a questão das desigualdades neste País. Pensar que você vai cuidar da árvore, que você vai cuidar da floresta, que você vai cuidar da biodiversidade, que você vai cuidar dos animais, sem ver o desemprego, sem ver as favelas, sem ver a questão do saneamento, sem ver a questão da inclusão social, não resolve. Não resolve! Sempre vai se ter esse problema. E, para fazer isso, é preciso enfrentar a forma como o capital age com relação aos recursos naturais.

Esses são desafios que estão colocados. Não se fala em governo aberto se não encarar essa questão desta forma, entendendo em que país que nós vivemos e que país nós queremos construir. Nós temos clareza de que, para aprofundar a democracia, nós não podemos copiar o modelo e a forma de vida que têm os países desenvolvidos, porque o planeta não aguenta. Se nós não queremos copiar aquilo, precisamos ver como se resolve a questão da desigualdade que está colocada aqui.

Cito outro exemplo, voltando ao momento que estamos vivendo. Estamos acompanhando como está sendo liberada essa quantidade de agrotóxico. O povo está tendo essa informação? São questões que mexem com a nossa vida, mexem com a biodiversidade, mexem com o solo, comprometem o futuro, que compromete o orçamento público, com os gastos com doença que se tem. Então, são questões de fundo que estão colocadas, e é muito bom fazermos esse debate do governo aberto com os conceitos que estão aqui.

Quando pensamos em *accountability*, pensamos em processos que sejam verticalizados, em uma linha de vai e volta, e em como é que se constroem essas políticas, como é que se tornam abertas as informações, como é que se constroem as políticas que vão interferir na vida seja determinados grupos, seja do ambiente, seja do País como um todo.

Então, parabéns por essa iniciativa, IMAFLORA, SOS. Acho que é importante que façamos esse debate, mas devemos entender que estamos em uma conjuntura — quero



finalizar — com relação ao Governo. Aquilo que fizemos, inclusive, de possibilidade de construção de informação está sendo questionado agora pelo Governo, justamente porque não querem que passem as informações. Acontece que, se há informação que de repente está errada, na hora em que se torna pública, aparece o erro, e se conserta. Lá em São Paulo, dizem que temos um Ministro *expert* em MAPA. Por isso, ele vai poder apurar para poder ter o MAPA bem feito, como ele fez quando era Secretário de Meio Ambiente, lá em São Paulo. Então, o Governo está cuidado.

Mas o que eu quero dizer aqui com relação ao Governo eu tenho dito nas outras áreas por onde tenho andado. Nós precisamos, no momento em que estamos, de muita resistência. Precisamos cuidar do meio ambiente, cada um com a sua pauta, mas essa não é a principal questão que está colocada. Temos que resistir nela, mas devemos ser solidários, generosos com a pauta dos outros que estão nesse mesmo barco, do ponto de vista geral, porque, se cuidarmos só da nossa pauta, e temos que cuidar dela, vamos ser engolidos nesse processo, como estamos sendo. Então, devemos ter solidariedade.

E eu vou citar um exemplo que tem tudo a ver com o meio ambiente: amanhã mesmo teremos uma luta nacional contra os cortes na área da educação. Parece que não tem nada a ver com o meio ambiente, mas tem tudo a ver com o meio ambiente, tem tudo a ver com aquilo que queremos construir para o futuro, não é?

Então, bom seminário.

Obrigado pela oportunidade. *(Palmas.)*

A SRA. COORDENADORA (Roberta Del Giudice) - Muito obrigada, Deputado.

Eu queria ressaltar uma colocação sua inicial: que democracia leva tempo, dedicação e investimento. Acho que essa é a base de todo o processo de transparência. Com certeza, o meio ambiente, como dizia a Ministra Marina, é transversal, não é? Deveria estar em todas as áreas e receber aporte de todas as áreas, assim como educação e demais áreas da base de Governo, que deveriam ser priorizadas e não sucateadas.

Eu vou fechar nossa Mesa e abrir a próxima.

Há perguntas? *(Pausa.)*

Temos duas perguntas: Deputado Celso Maldaner e Sr. José Paulo Andahur.

O SR. JOSÉ PAULO - Bom dia. Meu nome é José Paulo. Sou engenheiro florestal.



Parabenizo a iniciativa de prestar esclarecimentos à sociedade e acho que, mais do que nunca, as palavras de ordem são racionalidade, lucidez e bom senso.

Mais do que um governo assim ou assado, Deputado (*ininteligível*). Antes de um Governo, Deputado, vem o povo, que deve estar esclarecido e ter entendimento. Assim, conseguimos todo o resto muito mais fácil.

Eu fico alentado, mais à vontade, mas sempre parece que fica algo faltando na questão rural ambiental agrária, que é o desenvolvimento florestal. Tenho passado por algumas experiências em que isso aí parece que é ofensa: o desenvolvimento florestal fornecendo produtos, serviços — serviços ambientais e comerciais, porque não são excludentes. Parece que isso, em nome da preservação pura e simples, é em detrimento.

Eu constato que temos uma vocação para as atividades primárias, extração de recursos, exportação desses recursos sem agregação de valor, sem desenvolvimento científico e tecnológico decorrente. Quais as patentes que temos em relação às sementes em toda a biotecnologia envolvida, em toda a agrotecnologia envolvida? Quais e quantas são as empresas legitimamente brasileiras que atuam em benefício da população brasileira? Então, a questão agrária é muito maior. Esse elefante branco é muito maior do que percebemos.

E, se queremos um desenvolvimento florestal, tem que haver compatibilização, porque há uma figura central, que é o proprietário rural, legítimo ou ilegítimo. Sabemos que temos terras devolutas que não têm o controle fundiário, como a senhora disse, como a senhora bem percebeu, desde o início das discussões do CAR. Eu já tinha trabalhado com isso ao longo do tempo. Bastava ter o ADA, que todo mundo declara para o IBAMA, junto com o cadastro fundiário do INCRA. A fusão das duas coisas é muito melhor do que um CAR. Por experiência própria, se você não tem o responsável pela titularidade, pelo domínio do território, você não tem como puni-lo por qualquer aspecto ambiental. Cansávamos de fazer auto de infrações. Eu prestava esse apoio técnico, e não tinha proprietário identificado; ou era grileiro, ou era criminoso. Enfim, enquanto não houver a regularização, o ordenamento fundiário, com a distribuição de terras para quem tem a capacidade e a vontade de investir nas terras, a questão ambiental vai ser sempre dependente.

Então, diante disso, o desenvolvimento florestal pode vencer todas as necessidades econômicas do Brasil, sim, a longo prazo, porque floresta não é tem 2, nem 10, nem 20



anos. Na Áustria, se não me engano, há ciclos de 60 anos, no mínimo. Árvore, cabelo e floresta crescem, só que você não corta tudo e não corta de uma vez. Essa é a descrição de rendimentos sustentados — sustentáveis significa a qualidade de quem tem isso. Então, qualquer bioprospecção pode ser com rendimentos sustentados.

Por que essa dificuldade tão grande em pensar um desenvolvimento florestal aceitando a vocação tropical? Essa é uma diferença muito grande. O clima beneficia os trópicos em crescimento de biomassa, muito diferente de regiões temperadas, em que há uma limitação, porque os ciclos são muito mais longos. Por aí nós pensamos: será que não se quer produzir florestas, todos os produtos, subprodutos e serviços de florestas?

Gostaria de ouvir mais sobre isso nas discussões ambientais, também.

Muito obrigado.

A SRA. COORDENADORA (Roberta Del Giudice) - Alguém gostaria de responder essa pergunta?

O SR. MICHEL SANTOS - Eu vou me arriscar, companheiro, a tecer algumas palavras aqui.

Vou começar pela Medida Provisória nº 870, de 2019, que também está na pauta e transfere tudo que tem relação com terra para o Ministério da Agricultura, absolutamente tudo. Esperamos, Deputado Tatto, que nós consigamos manter algumas pequenas vitórias que tivemos da semana passada para essa.

Gostaria também de tocar num assunto importante que tem a ver com o que o senhor colocou, que tem relação com o Protocolo de Nagoya, que não foi ratificado por esta Casa ainda e precisa ser, para que haja de fato uma repartição dos benefícios genéticos, e para que o conhecimento tradicional seja valorizado em relação a esses pontos que o senhor citou.

Nós acreditamos muito que as florestas nacionais, as concessões florestais precisam de uma atenção especial, sim. Nós precisamos criar mercados para os produtos da floresta, ampliar os produtos oriundos da floresta, que são maravilhosos e de uma diversidade incrível, e que valorizam as pessoas que têm o pé no chão. Para isso, nós esbarramos em condições administrativas, condições financeiras para esses pequenos produtores que estão na ponta, na floresta, vivendo muitas vezes da castanha e do açaí. Nós acreditamos que é importante que haja esse desenvolvimento, e que isso passa pelo conhecimento, pelo acesso e pelo incentivo.



Nós estamos vivendo um momento de escassez de recursos para ciência e tecnologia. Há uma riqueza biológica que nós não conhecemos no todo. Eu lembro que, quando o museu no Rio de Janeiro pegou fogo, as críticas diziam que nós não reconhecemos o nosso passado, que perdemos a nossa história. E, quando permitimos o desmatamento, quando permitimos a queimada, nós estamos deixando de conhecer a biodiversidade que nós temos e que é do conhecimento tradicional dos quilombolas, dos extrativistas, dos indígenas — vejo aqui o colega Paulino, que faz a defesa desses povos que estão resistindo há mais de 500 anos.

Nós precisamos valorizar o conhecimento tradicional, reconhecer e ratificar o Protocolo de Nagoya, que dá acesso e repartição a esses benefícios genéticos. E o cientista Carlos Nobre já fala muito sobre o assunto do potencial que nós temos, em termos de biodiversidade, e que nós, de fato, não conhecemos. Nesse cenário de escassez de recurso e de corte — não só de contingência, mas de corte — falta-nos capacidade para avançar do ponto de vista de ciência e tecnologia.

Eu vou fazer apenas uma analogia aqui. Quantos gramas isto aqui pesa? Quanto vale um produto como este, que tem valor agregado, que tem minério, que tem uma série de outros assuntos? E quanto vale o mesmo peso nesses produtos que o senhor menciona das *commodities* primárias?

De fato, eu acho que é importante esse elemento, mas é importante desenvolvermos capacidade para não exportar só matéria-prima, e, sim, tecnologia e inteligência. Precisamos agir cada vez mais forte nesse sentido.

Eu fico por aqui.

A SRA. COORDENADORA (Roberta Del Giudice) - Nós já entramos na outra Mesa, mas há só mais uma pergunta. Vamos ouvi-la e continuar respondendo.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. COORDENADORA (Roberta Del Giudice) - Já passamos quase 10 minutos da outra Mesa.

Então, eu gostaria de abrir para a próxima pergunta. Pode ser?

O SR. JOSÉ PAULO - Só complementando o que o nosso colega falou, são dois os princípios que têm que ser adotados, defendidos e incorporados: o patrimônio natural — isso tem que ter valor, tem que ser cobrado — e a propriedade intelectual. Se isso for adotado, o resto fica mais fácil.



A SRA. JOANA - Eu queria fazer uma colocação rápida.

Meu nome é Joana (*ininteligível*), e eu sou professora da PUC do Rio de Janeiro, na área de Direito Ambiental, e coordenadora de curso.

Na verdade, recentemente, nós fizemos uma pesquisa em que queríamos entender o desmatamento causado por hidrelétricas que foram construídas na Amazônia desde o início do ano 2000.

Então, fomos acessar os processos de licenciamento ambiental da construção dessas usinas. Queríamos ver as autorizações para a supressão de vegetação, para podermos entender o que era desmatamento legal e ilegal. Esses são dados que já são georreferenciados. Queríamos poder cruzar esses dados com informações sobre o desmatamento. E qual foi a nossa surpresa? Quando descobrimos que, nos processos de licenciamento, as autorizações para a supressão de vegetação não faziam parte desses processos.

Entramos com um pedido de informação junto ao órgão ambiental, e a nossa surpresa maior ainda foi descobrir que, para diversas dessas usinas construídas, o órgão não tinha esses dados. Eles se perderam ou não faziam parte do processo. Procuraram, não encontraram e foram pedir aos empreendedores para nos enviarem esses dados, para que pudéssemos fazer essa pesquisa. Em alguns casos, nós recebemos. Em outros casos, nós não recebemos.

Então, só para adicionar em relação à complexidade deste tema, eu acho que temos que brigar pela publicidade de uma série de dados e, ao mesmo tempo, pela disponibilização. Somente a publicidade não garante que, necessariamente, vamos ter acesso e vamos poder fazer esse tipo de controle.

Aí eu me pergunto: se eu não consigo acesso e não consigo fazer esse tipo de análise, quem dirá o poder público, que tem o dever de fiscalizar? Na verdade, inclusive depois, quando tive acesso a esses dados e fiz os cruzamentos, eu me surpreendi. Em diversas dessas autorizações para a supressão de vegetação, vimos que o que deveríamos encontrar no território ou na área autorizada não era encontrado. Por exemplo: na área autorizada a ser desmatada para reservatório, não encontramos água; na área autorizada a ser desmatada para a construção do empreendimento, não encontramos infraestrutura.



Enfim, além desse tipo de constatação, do fato de nós não conseguirmos ter os dados para fazer esse tipo de análise, dados que deveriam ser públicos, é estarrecedor. Isso mostra quão grande é o caminho que ainda temos que percorrer nessa área.

Obrigada.

A SRA. COORDENADORA (Roberta Del Giudice) - Obrigada, Joana.

A Ana Paula vai fazer uma apresentação um pouco depois. Eles fizeram um levantamento, e ela tem bastante informação sobre quem é que disponibiliza, se há alguém que disponibiliza informações sobre a supressão de vegetação.

Inclusive eu gostaria de colocar que, talvez, nós não tenhamos nunca mais. O projeto de lei de licenciamento retira a necessidade de autorização de supressão de vegetação em área onde é possível cortar essa vegetação, suprimir essa vegetação.

Então, embora tenhamos uma parca disponibilidade de informação hoje, nós corremos o risco de, no futuro, não termos mais informação nenhuma sobre o que é desmatamento legal no Brasil.

Vou encerrar, convidando o Marcelo para assumir a direção da Mesa; a Ana Paula Valdiones, do Instituto Centro de Vida; o Renato Morgado, da Transparência Internacional; e o Samuel Vieira de Souza, Assessor Especial do Ministério do Meio Ambiente.

Muito obrigada a todos.

Muito obrigada, Deputado Nilto Tatto.

Muito obrigada, Adriana.

Muito obrigada, Michael.

(Pausa prolongada.)

O SR. MICHEL SANTOS - Enquanto o pessoal toma assento à mesa, vou quebrar o protocolo e agradecer ao Renato pela liderança deste processo. Se não fosse o Renato, eu acho que esse assunto não teria tanta força hoje.

Parabéns, Renato, pela iniciativa lá atrás, ainda quando no Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola — IMAFLORA! E isso casou. Precisamos trazer esse assunto à pauta. *(Pausa.)*

O SR. COORDENADOR (Marcelo Medeiros) - Bom dia a todas e a todos.

Está começando aqui a Mesa *Desafios e Boas Práticas de Transparência e o Potencial da Abertura de Dados Ambientais*. Eu queria agradecer a presença do ICV —



Instituto Centro de Vida, da Transparência Internacional e do Ministério do Meio Ambiente, representado aqui pelo Samuel Vieira de Souza.

Só para deixar um alinhamento, acho que os senhores devem ter visto na programação que a presença do IBAMA estava confirmada neste seminário até semana passada, e houve um alinhamento do Governo Federal de que o Samuel o representaria. Então, agradeço a presença do representante do MMA. Eles também vão estar na Mesa *Participação Social*, representando o CONAMA, porque a Comissão de Meio Ambiente enviou convite ao Ministro Ricardo Salles. Isso é só para deixar todo mundo alinhado.

Acho que a Adriana Ramos falou, na Mesa passada, que nós estamos lançando esse estudo neste mês. Não sei se todos pegaram. Fizemos uma análise das três principais políticas ambientais do País em relação aos princípios de governo aberto: participação social, transparência e *accountability*.

Em relação à transparência, nós analisamos 158 categorias de informação e vimos que apenas 54% delas estavam disponíveis de forma ativa.

O ICV — Instituto Centro de Vida também lançou, neste ano, um estudo em que analisa a transparência ativa e passiva de todos os Estados da Amazônia Legal, e os resultados mostram que menos de um terço desses dados estão disponíveis.

Eu estou falando isso porque temos uma legislação muito avançada. Nós temos a LAI — Lei de Acesso à Informação, a Política de Dados Abertos, do Poder Executivo Federal, mas, ainda assim, ainda não atingimos todo o potencial de abertura e integração de base de dados, que é o assunto desta Mesa.

Eu gostaria de passar a palavra para a Ana.

Ana, a palavra está com você. *(Pausa.)*

A SRA. ANA PAULA VALDIONES - Bom dia.

Obrigada, Marcelo. Eu gostaria de lhe agradecer o convite, bem como aos demais organizadores do evento. É sempre um prazer falar de transparência, de governo aberto e também poder ouvir os nossos parceiros e amigos.

Eu vou falar um pouquinho da transparência ambiental e dos avanços e desafios que temos percebido daqui para frente nesse tema tão importante.

Nesta semana, a LAI— Lei de Acesso à Informação faz 7 anos de implementação, e ainda temos muitos desafios para conseguir uma boa implementação da lei, não só a nível federal, mas também nos Estados e Municípios.



(Segue-se exibição de imagens.)

Como o Marcelo apresentou, eu trabalho no ICV — Instituto Centro de Vida. Nós somos uma OSCIP — Organização da Sociedade Civil de Interesse Público de quase 30 anos, sediada em Mato Grosso, com o objetivo de construir soluções compartilhadas para a sustentabilidade dos recursos naturais.

No tema de transparência ambiental, nós trabalhamos, mais ou menos, há uns 10 anos. Logo que houve a descentralização da gestão florestal do IBAMA — Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis para os Estados, nós passamos a acompanhar e monitorar as informações florestais dos Estados e também do Governo Federal para entendermos um pouquinho como essa descentralização estava ocorrendo. A partir daí, temos avaliações de transparência desde 2011, nas quais tentamos mensurar quais informações estão públicas ou não para a sociedade.

Esse tem sido um grande lema. A transparência é uma condição para a boa governança ambiental e o combate às práticas ilegais. No caso, estamos focando a Amazônia.

E por que isso? A partir da transparência de informações, nós vamos conseguir operacionalizar a gestão ambiental descentralizada. Só com os órgãos disponibilizando informações, os diferentes órgãos do SISNAMA — Sistema Nacional do Meio Ambiente, é que nós vamos conseguir ter uma coordenação de implementação da nossa política ambiental. Além disso, ela garante a cooperação entre os diferentes órgãos. Não só o Executivo tem um papel na implementação da política ambiental nacional, mas também os órgãos de controle. Muitas vezes, é difícil o acesso do Ministério Público e dos outros órgãos às próprias informações geridas e custodiadas pelo órgão executivo.

Por fim, há o preceito para o controle social. Só com informação de qualidade, podemos participar e efetivamente influenciar os processos de tomada de decisão com qualidade.

A transparência ambiental é garantida por um extenso arcabouço jurídico no Brasil. Como o Marcelo comentou, a própria Lei de Acesso à Informação Ambiental é anterior à Lei de Acesso à Informação geral, é de 2003, mas, já em 81, a nossa Política Nacional do Meio Ambiente fala sobre transparência e acesso aos dados.



A participação, como a Adriana comentou, e a transparência são o cerne da gestão ambiental no Brasil. E é esse arcabouço legal todo que garante ao cidadão ter acesso a diferentes informações relevantes.

E aí eu estou falando de transparência nesses dois sentidos. Hoje o cidadão pode pedir ao órgão a informação, como a professora da PUC falou. Isto é transparência passiva, requisitar ao órgão a informação. E nós também temos o preceito da transparência ativa, que é quando o órgão disponibiliza informações independentemente de solicitação do cidadão. Tanto a transparência quanto o acesso à informação é que vão permitir que os diferentes atores exerçam o seu papel no controle ambiental hoje.

Na Constituição Federal, nós temos esse trequinho, o art. 225, que fala que é dever de todo mundo, de toda a sociedade, preservar e defender o meio ambiente. Como fazemos isso hoje? Se não tivermos informação suficiente para desempenhar o nosso papel enquanto cidadão, sociedade civil ou órgão do governo, como vamos executar as atividades que vão levar à defesa do meio ambiente?

Eu vou entrar no exemplo que a própria Adriana citou também, um exemplo de transparência e de como isso influencia as políticas de combate ao desmatamento na Amazônia hoje.

O PRODES é o nosso sistema de monitoramento do desmatamento da Amazônia e também de outros biomas. Recentemente, o INPE — Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais lançou um sistema para o Cerrado também. O PRODES foi criado em 88, mas só em 2004, depois de uma longa disputa política, é que ele teve a sua política de transparência implementada. Isso levou à confiabilidade dos dados e, como a Adriana comentou, foi fundamental para a criação do Fundo da Amazônia.

Hoje, com esse fundo, temos recursos destinados a atividades em que há iniciativas tanto governamentais quanto privadas para o controle do desmatamento. E ele também garantiu toda uma reorientação e uma criação de inovações de trabalho.

Hoje as organizações da sociedade civil que trabalham com a questão da Amazônia, do desmatamento e do combate ao desmatamento têm, com certeza, um núcleo de geoinformação. Inclusive isso foi constituído após a abertura desses dados. Os próprios órgãos estaduais usam dados para orientar suas políticas de controle, e o Mato Grosso é um dos poucos Estados que fornecem informação sobre autorizações de



desmatamento. Como a professora comentou, é superdifícil encontrar esses dados, mas, ativamente, o Mato Grosso põe essa base no ar.

Cruzando o PRODES, tanto o da Amazônia quanto o do Cerrado, com as autorizações de desmatamento, nós conseguimos evidenciar, por exemplo, o que é desmatamento legal e o que é desmatamento ilegal na Amazônia e no Cerrado.

Na Amazônia, hoje, o desmatamento ilegal é de cerca de 85%, considerado todo o desmatamento que ocorre. Mato Grosso é o segundo Estado com a maior taxa de desmatamento na Amazônia Legal hoje. Oitenta e cinco por cento é bastante coisa. No Cerrado, esse número é ainda maior. Noventa e cinco por cento de todo o desmatamento que ocorre no Cerrado mato-grossense é ilegal, ou seja, ocorre sem a autorização do órgão ambiental.

Hoje nós só temos esse dado para o Mato Grosso, que é o único Estado que disponibiliza isso ativamente. Esse é um dado superimportante inclusive para desconstruir discursos falaciosos e orientar as políticas de combate ao desmatamento.

Aqui há outro exemplo também do que o cruzamento da base de dados pode garantir e pode gerar de potencial para a implementação de políticas. Na cadeia da carne, hoje, uma grande discussão é como evitar que a carne que consumimos diariamente venha de áreas desmatadas, desmatadas ilegalmente ou após 2008. Para isso, nós temos hoje bancos de dados públicos suficientes para conseguirmos uma rastreabilidade bastante significativa da nossa carne.

No entanto, essas bases de dados não são abertas amplamente. Então, hoje, nós temos a base de desmatamento e a de autos de infração, que são bastante transparentes e públicas. Temos a base do Cadastro Ambiental Rural — CAR, que são os limites dos imóveis rurais e que estão públicos. Embora ainda não tenhamos informação pessoal, o CPF do proprietário, nós temos a Guia de Trânsito Animal, que falam de onde o gado saiu e para onde foi.

Se cruzarmos os dados do desmatamento com a propriedade e com o trânsito do gado, nós conseguimos saber se aquele gado que foi abatido no frigorífico tal veio de uma área com desmatamento ilegal ou não. Contudo, a informação que une essas bases de dados seria o CPF ou o CNPJ. E esta ainda é uma discussão para a transparência: os limites do sigilo com o interesse coletivo em relação a essa informação.



O que nós conseguiríamos implementar de políticas de controle e rastreabilidade públicas, sobretudo no mercado, se tivéssemos essas informações? Porque os mercados têm que implementar políticas de *compliance* com a legislação ambiental nacional. Isso garantiria mecanismos de rastreabilidade bastante baratos e universais em termos da cadeia da pecuária. Enfim, esta é uma discussão ainda em aberto, mas que mostra o potencial do uso das bases de dados ambientais que temos hoje.

Entrando um pouquinho no cenário atual, falando de transparência e dos 7 anos de implementação da LAI, agora, em 2018, nós fizemos esse levantamento para os Estados da Amazônia com relação ao índice de transparência ambiental tanto ativa quanto passiva, ou seja, tudo o que eu consigo achar nos *sites* dos órgãos e tudo o que pergunto a eles, e eles me respondem sobre a Amazônia. Esse é um índice que fazemos por Estado e no âmbito do Governo Federal também. Existem informações federais importantes para o controle ambiental na Amazônia, e nós olhamos com base nessas atividades aqui, entendendo que elas são atividades bastante impactantes e que consomem muito dos nossos recursos naturais.

Então, só a regularização fundiária, apesar de não ser uma atividade produtiva, tem relação direta com o desmatamento; regularização ambiental; pecuária; hidrelétrica; e exploração florestal.

Basicamente, o que nós vemos é que os Estados, com exceção do Mato Grosso e do Pará, que têm um nível um pouquinho maior de transparência ativa, de disponibilização ativa de suas informações, os outros Estados estão ali abaixo de 20% das informações disponibilizadas. Só 20% daquilo que nós pesquisamos estavam na Internet com qualidade.

O Governo Federal, de outro lado, continua sendo um exemplo a ser seguido pelos governos subnacionais. Das informações ambientais disponíveis na Internet, 88% estavam disponíveis com boa qualidade. O nosso desafio, daqui para a frente, é manter esse nível de transparência e conseguir aumentá-lo ainda mais.

Quando pegamos a média geral para a Amazônia... Se preciso entender muito como está a dinâmica dessas atividades produtivas na Amazônia, eu preciso de um conjunto de informações que vêm do Estado em que aquela atividade está — uma parte das licenças e das autorizações vêm do Estado — e também preciso entender um



pouquinho algumas informações federais. Então, a junção disso, de transparência ativa, é de 28%.

É como o Marcelo falou, um terço do que nós pesquisamos estava lá disponível, o que é muito pouco ainda. Isso não garante que vamos conseguir entender exatamente o que está acontecendo na Amazônia. Além disso, metade do que perguntamos foi respondido, o que também é um índice bastante desanimador em termos de implementação da LAI. Isso quer dizer que boa parte dos órgãos ou não responderam ou responderam muito fora do prazo.

Fazemos essa pesquisa a cada 2 anos. Fizemos em 2016 e, agora, em 2018. Agora, em 2018, eu estou recebendo pedidos de perguntas que fiz lá de 2016. Então, o pedido que chega depois de 2 anos vem com um pouco demais de tempo, sendo que a LAI fala em 20 dias para a resposta.

Quando olhamos em termos de avanços — eles ocorreram também —, por Estado e em nível federal, tivemos esses três aqui que se destacaram. Então, tivemos 19% de aumento no Índice de Transparência Ativa do Governo Federal, o que é bom e mostra que estamos no caminho de ampliar a transparência. E há alguns Estados que têm se mobilizado muito pelo papel do Ministério Público, que cobra também que o Executivo amplie as suas ações de transparência. Por exemplo: no caso de Mato Grosso, o Estado também um desempenho de aumento muito próximo ao do Governo Federal.

Em termos de agenda dessas atividades produtivas que ocorrem na Amazônia, todas elas estão abaixo de 50% de transparência, o que também são índices não tão promissores quanto gostaríamos.

Nós tivemos avanços. Esses avanços foram mostrados no índice, e alguns deles eu coloquei aqui para entendermos. O primeiro deles, o que eu gostaria de destacar, é o papel dos planos e dos portais de dados abertos que têm sido implementados pelo Governo Federal.

O plano de dados abertos do IBAMA e a abertura dessas bases de dados foram um dos grandes motivos desse aumento do índice do Governo Federal nesses 2 anos. É muito importante que esse compromisso internacional que o Brasil assumiu na parceria de governo aberto continue e passe para os *levels* subnacionais também.

O próprio papel do Ministério Público tem auxiliado bastante em trazer a discussão sobre transparência à tona para os órgãos específicos de meio ambiente, de agricultura,



para os órgãos fundiários. O Ministério Público lançou, em 2017, esse Ranking de Transparência Ambiental, em que verifica também a disponibilização de informações e, se as informações não forem encontradas nos *sites*, recomenda aos órgãos que melhorem e tomem providências para deixá-las disponíveis.

Os próprios Governos Estaduais têm implementado iniciativas de promoção da transparência. Então, nós temos visto uma série de portais de transparência ambiental surgindo. Esse é o exemplo de Mato Grosso e do Pará, com bastante informação disponível para a sociedade e para os mercados que quiserem verificar também a regularidade ambiental dos imóveis.

Mas nós ainda temos uma série de desafios no caminho ao longo deste ano. Vou falar bem rapidamente, porque nós já passamos por alguns deles. Um é incentivar a implementação da Lei de Acesso à Informação. Muitas vezes essa discussão é bastante nova nos Estados, principalmente para os órgãos ambientais. Precisamos melhorar esses índices de resposta ao cidadão e também de transparência ativa.

Outro é que os órgãos públicos precisam entender e ter um reconhecimento claro do papel da transparência no controle ambiental. Todos nós somos responsáveis pela preservação do meio ambiente, não só o órgão. A agenda de comando e controle tem um papel claro na gestão ambiental e central, mas os mercados também precisam começar a se mobilizar para garantir a redução do desmatamento. A sociedade também tem um papel importante nisso e já o vem desempenhando há um tempo. Então, é por meio da transparência que nós vamos conseguir fortalecer também essas interações entre os atores.

Por fim, nós precisamos avançar no debate sobre o sigilo e o interesse coletivo de algumas informações. Já vimos fazendo esse debate há alguns anos. Em 2018, nós fizemos vários eventos sobre sigilo, acesso a informações cadastrais. Está chegando a hora de já consolidarmos o entendimento. Espero que consolidemos logo o entendimento sobre isso e consigamos avançar na disponibilização de bases ambientais completas, que vão garantir, por fim, que tenhamos ferramentas eficientes de controle ambiental.

É isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Marcelo Medeiros) - Muito obrigado, Ana.

Parabéns por todo o trabalho do ICV no tema!



Eu acho que a organização incorporou muito esse tema de governo aberto. No ano passado, houve o 1º Seminário de Governo Aberto em Clima, Floresta e Agricultura no Estado do Mato Grosso, lá em Cuiabá.

Antes de passar a palavra para o Samuel, eu gostaria de dizer que acho que a Ana tocou num ponto importante em relação à integração dessas bases de dados. A sociedade civil sempre pressiona e pede a abertura de dados.

No ano passado, tivemos uma grande vitória com a abertura de dados do Documento de Origem Florestal — DOF pelo IBAMA. O plano de dados do IBAMA, como foi mencionado, foi maravilhoso e teve um grau de abertura muito alto. Isso permite tanto o controle da sociedade civil quanto a melhoria do planejamento governamental.

No ano passado, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia — IPAM fez uma apresentação maravilhosa no ano passado para mostrar como está usando os dados do Cadastro Ambiental Rural — CAR para planejar corredores ecológicos. Isso mostra que não só o controle social é feito, mas também que um planejamento muito bem elaborado do ponto de vista ambiental consegue ser feito com a abertura dessas bases de dados.

Eu gostaria de passar a palavra agora para o Samuel Vieira de Souza, Assessor Especial do Ministro do Meio Ambiente.

O SR. SAMUEL VIEIRA DE SOUZA - Senhoras e senhores, bom dia.

Eu gostaria de cumprimentar os integrantes da Mesa, o Sr. Marcelo Medeiros, que é o nosso coordenador; a Sra. Ana Paula, representante do Instituto Centro de Vida; e o Sr. Renato Morgado, consultor da Transparência Internacional. É uma satisfação estar aqui dividindo esta Mesa e esta oportunidade com os senhores.

Para falar sobre as boas práticas que o Ministério do Meio Ambiente vem trabalhando com relação à transparência e aos dados abertos, eu fui incumbido pelo Sr. Ministro de apresentar como o Ministério do Meio Ambiente tem se colocado e se posicionado com relação a isso. Então, é muito difícil hoje, com todos os mecanismos que a lei coloca, com todos os sistemas tecnológicos, o acesso à informação ser cerceado.

Também é muito difícil hoje implementar políticas públicas sem que haja dados confiáveis, informações confiáveis, já que a quantidade de informação que é disponibilizada é muito grande, até mesmo pelos órgãos que trabalham nisso, e principalmente sem a participação dos grandes interessados, que são aqueles que vão receber a qualidade do serviço público.



Realmente, o Governo tem pautado uma agenda de eficiência e qualidade do serviço público dispensado à sociedade. E isso é fundamental.

O Ministério do Meio Ambiente sofreu uma reestruturação na transição governamental. Tendo em vista essa reestruturação, algumas coisas que nós implementamos nessa nova gestão corroboram diretamente para a questão da informação.

É lógico que, como a Sra. Ana Paula falou, a LAI — Lei de Acesso à Informação, que tem 7 anos, é uma lei que veio realmente preencher uma lacuna. Ela ainda precisa realmente ser aprimorada, mas já nos dá uma boa base da informação que o cidadão necessita ter. É lógico que a LAI amarra também qual é a informação. Ela diz claramente qual é a informação que o órgão público tem que fornecer e regula a informação que o cidadão tem o direito de acessar.

No ano passado, nós tivemos uma média de um pedido por dia, através do Serviço de Informação ao Cidadão — e-SIC, no Ministério. Foram 385 pedidos — se não me engano — no ano de 2018.

Neste ano, aumentou até um pouco, mas grande parte dos pedidos que nós recebemos pelo Serviço de Informação ao Cidadão estavam relacionados ao Serviço Florestal Brasileiro — SFB, que, na nova reestruturação, não pertence mais ao Ministério. Ele foi colocado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e os pedidos são encaminhados pelo sistema.

Mas nós temos atendidos dentro da lei. É inaceitável uma resposta vir 2 anos depois. Aí não é mais resposta! A própria lei amarra isso, e nós somos devidamente cobrados pela CGU, que é o órgão público que coordena o Serviço de Informação ao Cidadão sobre a questão da efetividade da resposta.

Uma nova forma que o Ministério tem apresentado com relação à transparência e principalmente ao relacionamento com o cidadão foi a implementação de um sistema de ouvidoria.

O Ministério do Meio Ambiente aderiu ao sistema de ouvidoria do Poder Público, que é o sistema e-Ouv, um sistema muito interessante que foi colocado a partir do ano passado pela CGU, através da Ouvidoria-Geral da União — OGU. Ele possibilita ao cidadão, através de um portal de livre acesso, fazer a sua manifestação diretamente para o órgão de interesse.



Não sei quantos aqui conhecem o sistema, que tem sido muito eficiente no relacionamento da demanda do cidadão lá da ponta da linha, aquele cidadão que está lá no Município, com o Ministério, de uma forma geral, e, em particular, com seus órgãos, como o ICMBio, o IBAMA e os que estão abaixo do Ministério.

Para se ter uma ideia, o cidadão pode registrar uma denúncia, uma reclamação, um elogio, a solicitação de uma providência ou uma sugestão. Lógico que são informações que não estejam relacionadas àquilo que está na Lei de Acesso à Informação. Então, esses são dados que fluem ali muitas vezes.

Somente neste ano, nós tivemos 210 manifestações que chegaram ao Ministério através desse sistema. Houve muitas denúncias, muitas reclamações e um elogio. O elogio foi justamente sobre o sistema, porque o cidadão, do seu celular, do seu *tablet*, do seu *smartphone* ou do seu telefone, pode acessar diretamente e fazer uma reclamação na hora em que estiver vendo algo. E as reclamações são inúmeras. Até mesmo a informação de um animal abandonado dentro de um terreno baldio na vizinhança pode chegar diretamente ao Ministério. Se não for da alçada do Ministério, a demanda será encaminhada ao órgão público competente para resolvê-la.

Trata-se de um sistema recente. Ele foi criado há 1 ano e pouco, mas tem sido muito bem trabalhado e coordenado pela CGU, que está trabalhando nesse Sistema Nacional de Ouvidorias, uma inovação que o Governo tem apresentado.

Nesse Sistema de Ouvidorias, o resultado é colocado diretamente no Painel Resolveu. A Sra. Ana Paula mostrou aqui o portal Dados Abertos da CGU, mas qualquer um pode pegar o seu celular e adentrar no Painel Resolveu, que mostra a eficiência do órgão público, qualquer órgão público, na demanda do cidadão, ou seja, o Painel Resolveu é um painel aberto.

Quantos aqui conhecem? Quanto aqui já acessaram o Painel Resolveu? Ele é bem simples. Você clica no painel, coloca o órgão público e aparece todo o percentual de demandas que foram recebidas, respondidas e a qualidade do serviço, ou seja, se aquela resposta atendeu ou não ao usuário, se aquela informação foi ou não eficiente, se ela foi dentro de um prazo.

Embora ainda não seja coberto por lei, mas há um prazo que a CGU nos coloca para dar a informação: 30 dias para resposta e 20 dias para trabalho interno, podendo ser prorrogados por mais 30 dias.



Neste ano, nós tivemos 210 manifestações pelo sistema. Quando o sistema foi implantado, nós tínhamos um gargalo muito grande. Eram mais de 300 informações, solicitações e manifestações que não tinham sido respondidas, mas conseguimos dar celeridade a isso. Apenas 57 foram arquivadas. Das 210 manifestações, tivemos que arquivar 57, porque eram manifestações consideradas inconsistentes pelo próprio sistema, ou seja, a tempestividade já tinha passado, a incompreensão do texto, a perda de objeto. Há pessoas que até solicitaram emprego, usando o sistema para enviar uma manifestação solicitando um emprego.

Pois bem, com essa implementação do sistema de ouvidoria, nós temos tentado nos aproximar mais das demandas que estão mais latentes, principalmente da questão da ponta da linha. Lógico, mas nem todo mundo tem um *laptop*, um computador, um *smartphone* para colocar uma demanda. O sistema, mesmo assim, permite que, através de carta, através de *e-mail*, através até de ligação telefônica — pela ligação telefônica, o cidadão pode fazer o contato com a ouvidoria de qualquer órgão público —, e, ali, ele vai fazer a sua manifestação. E essa manifestação será inserida no sistema de ouvidoria do poder público, que é o sistema e-Ouv.

Com relação aos dados abertos, nós temos, sim, uma preocupação muito grande no que diz respeito às informações que serão prestadas através da Internet, principalmente com relação ao *site* do Ministério. Como eu disse inicialmente sobre a questão da reestruturação, foi necessário refazer alguns dados que estavam no *site*. Mas, quando nós fomos verificar a questão das informações que constavam no *site*, muitas delas estavam inconsistentes, desatualizadas. E aí, sim, nós tivemos que fazer uma revisão geral dessas informações. Por quê? Para que nós possamos implementar políticas públicas confiáveis e fazer planejamentos que sejam feitos em cima de dados confiáveis. Muitos dos dados que estão no nosso *site*, principalmente os dados abertos que nós temos por obrigação transmitir, são dados utilizados em formulação de políticas públicas por Estados e Municípios, são dados utilizados em pesquisas de diversos níveis e são dados que são normalmente obtidos através de pesquisa, ou seja, não são dados que são fáceis de ser obtidos, principalmente no que tange à confiabilidade deles.

Por isso, tivemos, sim, que retirar alguns mapas e alguns dados que estavam no *site*. Agora, sim, dentro dessa nova estrutura, estamos trabalhando para saber qual órgão do Ministério que fará a atualização, buscando essa atualização e fornecendo um dado



confiável, um dado que não seja passível de maquiagem, um dado que não seja passível de uma informação desatualizada, para que nós possamos, sim, fornecer um serviço de qualidade não só para a sociedade, mas também para os outros órgãos do Governo.

São essas as práticas que o Ministério tem adotado nessa gestão, para poder melhorar a questão da transparência e, principalmente, a questão dos dados abertos e o relacionamento com a sociedade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Marcelo Medeiros) - Muito obrigado, Samuel.

Devido ao adiantado da hora, vou passar a palavra para o Renato. Assim, a plateia terá mais tempo para fazer perguntas.

O SR. RENATO MORGADO - Boa tarde a todos e a todas.

Quero agradecer à IMAFLORA pelo convite, uma instituição pela qual tenho muito carinho, à Laura e ao Marcelo, que trabalharam, nos últimos 10 anos, com esse tema de governo aberto.

Quando passamos a lidar com esse tema, entendemos que ele é um guarda-chuva de conceito, uma ideia, a força, que ajuda a repensar a relação entre Estado e sociedade. Esse tema coloca, junto e de forma integrada, questões de participação, transparência e dados abertos. E, em função disso, acho que é uma agenda em que toda a sociedade civil e o Estado brasileiro devem apostar.

Eu não combinei com a Ana, mas a minha apresentação tem algumas convergências com a dela. Isso vai me ajudar em ser um pouco mais rápido até na minha fala, para eu não perder vocês para um adversário que é imbatível, que é a fome. O que ela já falou que tem convergência eu passo um pouco mais rápido e vou dar ênfase talvez em alguns pontos que são complementares.

É um prazer estar aqui. Cumprimento o Samuel, a Ana e o Marcelo.

Eu vou apresentar, brevemente, a Transparência Internacional. A Transparência Internacional é uma organização, que está presente em 110 países e territórios, é a maior organização de combate à corrupção no mundo e se restabeleceu no Brasil desde 2016. Um dos seus programas estratégicos é o Programa de Integridade Socioambiental, que vai lidar com corrupção relacionada a temas ambientais e de uso da terra. Como eu vou apresentar um pouquinho mais para vocês, mas é de conhecimento de vocês, muitos dos processos de degradação ambiental e violação de direitos têm por trás ações criminosas



e esquemas de corrupção. Então, esse olhar para o problema ambiental é um olhar que precisa ser dado, Samuel, junto com os demais órgãos de controle e com a sociedade civil, porque só vamos avançar em direção à sustentabilidade se democratizarmos a relação entre Governo e Estado, mas também se atacarmos o crime e a corrupção que sustentam, muitas vezes, essas práticas.

Muito rapidamente também eu vou apresentar uma iniciativa da Transparência Internacional, que se chama Novas Medidas contra a Corrupção, que tenta dar um olhar estrutural ao problema de corrupção no Brasil não só no campo ambiental, mas também nos vários temas. Trata-se de um pacote de 70 propostas legislativas regulatórias que foi construído com a participação de especialistas, consultas públicas junto à sociedade, que traz propostas desde questões de controle social, transparência, aprimoramento dos órgãos de controle, regulamentação de questões como o *lobby*. E muitas dessas questões impactam diretamente a questão ambiental, como é o caso do *lobby*. É importante termos transparência das relações do Executivo e do Legislativo com atores do setor econômico e também da sociedade civil, para que isso fique transparente e possa ser debatido à luz da informação.

E, entrando mais no conteúdo, uma das grandes contribuições que a TI traz para o debate da corrupção é o índice de percepção de corrupção, que é o principal indicador e mais duradouro indicador, que mede a corrupção no mundo. Como o nome diz, é um indicador de percepção, já que medir corrupção é praticamente impossível. Nós só sabemos a corrupção que deu errado, porque a corrupção que "dá certo" não está visível. A forma mais próxima de medir corrupção é por meio da percepção. Nesse caso, a percepção de especialistas.

Eu não vou fazer esse teste de visão com vocês, mas os países melhores colocados nesse índice são países com uma democracia consolidada. São países onde existe liberdade de expressão, de associativismo, liberdade de imprensa, boas práticas de controle social. E o inverso é verdadeiro. Os países com a pior percepção de corrupção são aqueles com regimes mais autoritários, onde as liberdades civis são cerceadas.

Por que eu estou dando ênfase nisso? Porque combater corrupção só tem um caminho, que é o caminho do aprofundamento da democracia, o caminho de criação de mecanismos de controle social, de criação de mecanismos de transparência e não de retrocesso desses mecanismos. Então, quando a sociedade coloca como uma das



grandes questões o combate à corrupção, Samuel, ela só vai ser verdadeiramente debatida nessa perspectiva de aprofundamento democrático. Por isso, é tão importante discutirmos a transparência como um desses componentes.

O Brasil está em 105º nesse *ranking* de 180 países, tem diminuído essa posição ao longo dos últimos anos, e é um fenômeno que acontece em outros países que passam a enfrentar a corrupção de uma forma um pouco mais firme. A corrupção aparece mais para sociedade, então, a percepção da corrupção vai ficando cada vez mais negativa. Qual é o passo seguinte que o Brasil precisa dar? É enfrentar a corrupção numa perspectiva estrutural, não só numa disputa de narrativa entre campos políticos que se polarizam, mas pensar quais são as reformas estruturais do Estado que podem, de fato, atacar o problema da corrupção na raiz. Nós entendemos, por experiência de outros países, que isso vai permitir que a população tenha um olhar mais positivo em relação ao combate à corrupção.

A Ana já abordou essa questão, mas nós temos uma legislação bastante avançada em termos de transparência geral. O que eu quero dizer com transparência geral? É aquela que atravessa os vários setores do Estado. Nós falamos bastante da Lei de Acesso à Informação, mas temos a Constituição Federal, a Lei de Responsabilidade Fiscal, o decreto que institui a Política de Dados Abertos. E o Brasil também, até antes dos instrumentos gerais, foi criando instrumentos específicos de meio ambiente. Então, a Política Nacional do Meio Ambiente, que é uma lei da ditadura militar, já previa o Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente, que já trazia o caráter público da informação ambiental, inclusive, se ela não existisse, obrigava o Estado — e obriga o Estado — a produzir essa informação. E a Lei de Acesso à Informação Ambiental é anterior à Lei Geral de Acesso à Informação.

Então, no campo da transparência, o tema ambiental na legislação é anterior até às leis gerais e foi criando, então, nas leis específicas — de mudança do clima, unidade de conservação — instrumentos específicos que buscam prover o cidadão do acesso à informação.

Numa perspectiva geral de transparência pública, o Brasil está bem colocado nos *rankings*. No *ranking* mundial de transparência e controle social do orçamento, o Brasil está em sétimo lugar. O Brasil está bastante avançado nisso. Num *ranking* de dados abertos, o Brasil está em oitavo lugar, um *ranking* produzido pela Open Knowledge. E



num *ranking* sobre a qualidade da Lei de Acesso à Informação, o Brasil está em 27º lugar, de 100 países, um pouco abaixo, mas ainda entre os 25% superiores. Então, o Brasil é reconhecido no mundo por boas práticas, boas legislações de transparência.

Na área ambiental, o Brasil avançou muito nos últimos anos. Mas, como já foi citado pelo Marcelo e pela Ana, quando nós vamos medir transparência ambiental, colocamos essa lupa e percebemos deficiências. O Marcelo já citou essa pesquisa do IMAFLORA. Só metade das informações estavam disponíveis. A pesquisa de Estados da Amazônia, 28%. E a linha azul — façam um esforço de imaginação — é uma pesquisa sobre transparência de gestão de recursos hídricos feita pelo art. 19 e a USP, em que só três Estados brasileiros tinham mais da metade das informações analisadas. No Brasil, em termos ambientais, por mais que haja avanços importantes em políticas setoriais ou em governos subnacionais, encontramos deficiências grandes, porque não medimos como os atores da sociedade se apropriam dessa informação.

O Samuel comentou que as pessoas podem acessar informação por vários meios. Isso precisa, de fato, acontecer e avançar, mas, geralmente, medimos a informação — é um vício nosso de pesquisa — analisando o que está disponível nos *sites* e a resposta que os órgãos públicos dão aos pedidos. Esse é um método importante que tem que ser seguido. Mas a pergunta é a seguinte: os povos indígenas que estão sendo impactados por determinada obra têm acesso à informação? As comunidades ribeirinhas têm acesso à informação? Então, precisamos — e aí é um desafio de pesquisa — medir também como essa informação é apropriada pelos atores que mais precisam dela para participar dos processos decisórios. Então, esse é um primeiro ponto que eu queria destacar, na medida em que precisamos dar atenção e se preocupar com eles.

A Ana bem comentou o potencial do uso de dados para governança ambiental. Isso foi dito também nas Mesas anteriores. Mas eu queria dar uma especial ênfase para a importância desses dados no combate ao crime e à corrupção. Quando o IBAMA decidiu abrir os dados do DOF — Documento de Origem Florestal — e o Marcelo citou isso —, houve um avanço muito significativo e foi uma grande conquista do IMAFLORA com parceiros, porque sabemos que muito do registro público do DOF é um registro falso para esquentar a exploração ilegal de madeira. E para que queremos um monte de registro que sabemos que parte significativa é um registro falso? Para justamente, a partir do acesso à informação, podermos compreender padrões de legalidade e, a partir desses



padrões, entender como a coisa acontece e, enquanto sociedade e Estado, combater essas práticas.

A mesma coisa ocorre em relação ao Cadastro Ambiental Rural — CAR. Com o acesso integral ao CAR conseguimos entender quais são os atores que fazem desmatamento de forma ilegal. Além disso, e já discutimos isso bastante no campo ambiental, se cruzarmos esses dados com propriedades de empresas, beneficiários de empresas, fluxos financeiros e contas bancárias, conseguimos entender como é que essa ilegalidade se vincula a redes criminosas e alimenta esquemas de corrupção, de lavagem de dinheiro, etc. Então, ao integrar dados ambientais com outras bases de dados, o potencial que temos para combater o crime e a corrupção que estão muito associados a esses esquemas de degradação é enorme.

E nós estamos explorando, ainda, esse potencial por três motivos. Primeiro, a sociedade não tem acesso a esses dados. Segundo, muitas vezes nem os órgãos de controle, como a Ana colocou, têm acesso a esses dados. E, terceiro, precisamos vencer esse debate sobre sigilo *versus* publicidade das informações. A Transparência Internacional entende que a transparência deve ser máxima. Quando falamos de um dado, por exemplo, de propriedade rural, existe uma função socioambiental dessa terra. Então, o que o proprietário faz na terra é de interesse público. Quando falamos de transporte de gado, de animal, ou de transporte de madeira, de um recurso natural, isso está associado a esquemas muitas vezes de desmatamento ilegal. Então, essas informações, Samuel, na nossa compreensão, são de interesse público. À medida que os Ministérios e o Governo abrirem completamente, nós vamos ter condição, enquanto sociedade, enquanto órgãos de Estado, de melhorar a gestão ambiental e o combate a essas práticas de corrupção.

Aqui são três exemplos muito breves do potencial do uso dessas bases, mesmo que ainda não tenhamos acesso integral a elas. O IMAFLORA criou uma plataforma chamada Timberflow, que visualiza — estou fazendo um *merchandising* do IMAFLORA, Marcelo — o dado do fluxo de madeira. Imaginem que são centenas de milhares de transações de madeira todo ano. E aí conseguiu-se uma plataforma de visualização desse fluxo. O Observatório do Clima, liderando uma rede de parceiros, criou o MapBiomas Alerta, que coloca um alerta em tempo real do desmatamento, cruzando com a base de dados do CAR e com outras bases, para indicar se esse desmatamento é ilegal ou não. E aí há



uma aproximação com o Ministério, para que o Ministério use esses dados. Então, a sociedade com as universidades — e isso é importante no momento que vivemos ressaltar a importância das universidades — apoiando o próprio Estado brasileiro no aprimoramento dos seus mecanismos de controle.

E vemos ali em cima uma iniciativa do Ministério Público, o Amazônia Protege, que é o Ministério Público usando as bases de dados para abrir ações civis públicas contra quem faz o desmatamento ilegal. O balanço que o Ministério Público lançou, na semana passada, é de que foram abertas nesse último período quase 1.500 ações civis públicas contra quase 2 mil pessoas físicas e jurídicas. Eu estou falando "quase" porque não lembro os números exatos. Depois, vocês podem conferir. Foram destruídos quase 150 mil hectares e aplicadas multas de mais de 2 bilhões de reais. Tudo isso a um custo baixíssimo, porque eu estou usando a tecnologia de informação para fiscalizar e abrir ações contra quem está fazendo desmatamento. Então, temos um potencial já em uso — uma parte dele —, mas, quando, de fato, tivermos acesso e cruzarmos esses dados, a nossa capacidade de governança e de combate à ilegalidade será maior. Isso atingiu, inclusive, uma das questões que o Ministro tem dito bastante, Samuel, de separar o ilegal do legal. Eu acho que, para fazermos um debate transparente sobre essa diretriz do Ministério, os dados têm que estar abertos, até para a sociedade conferir que o Ministério, de fato, está seguindo essa diretriz.

Para terminar, vou falar um pouco mais sobre o potencial do uso de dados. Essa é uma pesquisa que a Transparência Internacional fez no Município de São Paulo, chamada *A corrupção Mora ao Lado?* A pesquisa está na internet para quem quiser acessar. Foram cruzados os dados do IPTU com os dados da Junta Comercial para analisar empresas *offshore* que controlavam e que eram donas de imóveis no Município de São Paulo. As empresas *offshore* muitas vezes são utilizadas para lavagem de dinheiro de corrupção, o que não quer dizer que todos os imóveis que são de empresas controladas por *offshore* são frutos de corrupção, mas é um indicativo.

Nessa pesquisa, que é parcial, porque os dados não tinham a qualidade total e a pesquisa foi restrita a alguns bairros do Município de São Paulo, foram encontrados 3.400 imóveis que totalizavam um valor de mercado de quase 12 bilhões de reais. Então, imóveis no valor de 12 bilhões de reais em São Paulo estavam em nome de empresas



controladas por *offshore*. Isso só foi possível porque o Município de São Paulo abriu os dados do IPTU, e, aí, isso foi cruzado com os dados da Junta Comercial.

Isso pode ser feito também para a área rural no intuito de entender em que medida propriedades rurais podem estar sendo utilizadas para lavagem de dinheiro, esquemas de corrupção ou mesmo propriedades rurais que transportam e criam gado. Com isso, nós conseguimos cruzar a base de dados e ter uma capacidade de compreender os fluxos de ilegalidade, de corrupção no setor agropecuário. Obviamente, a maior parte do setor não opera esses esquemas, mas, com informação, nós temos capacidade de operar esse tipo de informação e de análise.

Esta é uma campanha da TI Unidos contra a Corrupção, que tem mobilizado a sociedade para esse pacote de novas medidas. E, ao trazer essa mensagem para todos nós e também para o Ministério, Samuel, eu acho que a expectativa da sociedade é que a gente avance e não retroceda. Quando o Governo edita o decreto de extinção de conselhos ou mesmo o que amplia a possibilidade de classificação de sigilo para mais servidores, o sinal de alerta da sociedade é aceso. Nós esperamos que, na verdade, o Governo siga com um plano de dados abertos, como a Ana falou, abrindo dados e não retrocedendo.

Acho que é isso. Podemos ter um tempinho para o debate.

Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Medeiros) - Muito obrigado, Renato, pela apresentação. Como o Michael falou, você foi o cara que trouxe essa agenda de governo aberto para a área ambiental. Parabéns por isso também.

Temos uma pergunta aqui do José Paulo.

Com a palavra o Sr. José Paulo.

O SR. JOSÉ PAULO - Parabéns aos participantes da Mesa pelas informações esclarecedoras.

Quando fazemos qualquer pergunta para um sistema de informações, já temos que saber mais ou menos quais são as respostas, quais são os dados e informações que queremos acessar ou divulgar.

O Sr. Renato falou muito bem que, às vezes, você tem que abrir mão de sistemas de informações financeiras e fiscais para, pelo menos, ir atrás da investigação de uma



ilegalidade. Também existe a instância econômica e comercial. Em qualquer Município da Amazônia Legal e da Amazônia geográfica, temos condições de chegar a ilegalidades.

O que eu acho que é o maior empecilho à transparência e ao próprio desenvolvimento da Nação nesses lugares é a ausência do Estado. Este é o primeiro ponto: a ausência de Estados e do poder público em todos os sentidos, desde comarcas judiciais até cartórios. E um pré-requisito que eu entendo que é inexorável, indispensável, é o sistema fundiário único. O que os Estados Unidos fizeram há mais de 200 anos na base do teodolito o Brasil não fez ainda com toda a tecnologia de que dispõe. E há várias bases para detectar desmatamento, quando o desmatamento é uma doença, e quais são as causas. O que leva o usuário, ocupante legal ou ilegal, a optar pela conversão, pela retirada de uma cobertura florestal com potenciais inimagináveis?

Acho que essa questão tem que ser mais racionalizada. Tem que haver mais esclarecimento, inclusive para a população, que não percebe a importância de certas informações.

Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Medeiros) - Obrigado, José Paulo.

Alguém mais, pessoal? *(Pausa.)*

Concedo a palavra à Laura.

A SRA. LAURA DE SANTIS PRADA - Obrigada.

Sou Laura, do IMAFLORA. Eu gostaria de fazer uma pergunta para o Samuel. Ele falou bastante sobre a questão da ouvidoria e do respeito à Lei de Acesso à Informação. Mas, como a Ana Paula colocou, existem dois tipos de veículos ou caminhos para a transparência passiva e ativa. Em termos da transparência ativa, especificamente das informações no Ministério do Meio Ambiente, quando você coloca que algumas informações, mapas e outros dados foram questionados na sua validade, seja por estarem desatualizados ou não, fica um vácuo na sociedade. Qual é o plano de transparência ativa do Ministério do Meio Ambiente? Quando esses dados vão ser recolocados? Esses mapas vão ser recolocados? Quais os tipos de dados? Quais serão as fontes?

O conceito de governo aberto, além da transparência, é muito calcado na participação da sociedade, até na construção desses dados.



O Renato apresentou três iniciativas usando toda a tecnologia disponível e também os dados que foram, de forma suada, obtidos para que essas tecnologias fossem implementadas. E o que vemos hoje, principalmente em relação ao Ministério do Meio Ambiente, é uma perda dessa capacidade de construir pontes e parcerias com outros setores da sociedade na construção, primeiro, dos dados, depois na análise desses dados, e, aí sim, políticas e ações para resolver todos os problemas que não são do Ministério do Meio Ambiente, mas são da sociedade brasileira como um todo.

Então, a minha pergunta é a seguinte: qual é o plano do Ministério do Meio Ambiente para criar esses canais? Qual é a estratégia para criar esses canais de transparência ativa e, principalmente, de manutenção e evolução desses espaços de parceria na construção não só dos dados, mas também da análise que se traduz em ações concretas para a resolução dessas questões?

Obrigada.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Medeiros) - Obrigado, Laura.

Mais alguém, pessoal? Podemos encerrar? (*Pausa.*)

Concedo a palavra à Sra. Laila Bellix.

A SRA. LAILA BELLIX - Na verdade, eu queria só fazer uma colocação a respeito da apresentação do Renato sobre as *offshores* e os dados do IPTU. Na verdade, foi uma discussão, inclusive, Samuel, que tivemos dentro da Prefeitura de São Paulo para abertura de dados do IPTU, e havia uma disputa entre si, uma linha dentro do próprio poder público. Pessoas que achavam que essas eram informações pessoais e outras que não, que defendiam o interesse público daquela informação, ou seja, saber quem é o proprietário da cidade, quem tem a sua terra, quem são essas pessoas. Isso é fundamental.

Para além do interesse público, o segundo argumento que nós utilizamos para o processo de abertura foi que as informações estavam desatualizadas. E, na verdade, esse era um argumento para não abrir: *“Ah, a informação não é fidedigna, não é atualizada; logo, não vamos abrir”*. E foi exatamente o contrário o que fizemos com a transparência. Nós abrimos para que pudessemos atualizar. É só com ela aberta que vamos saber que tipo de informação nós temos e qual informação está desatualizada ou não. Então, a sociedade também pode nos ajudar, como a Laura acabou de falar, na



construção dessa base de dados. E foi isso que fizemos no processo de abertura dos dados IPTU.

A resistência era para não nos fragilizar e mostrar dados que não estavam atualizados. Mas a transparência, além do elemento da cidadania, também é um elemento que, com a participação e com a colaboração, consegue fortalecer e aprimorar as próprias informações dentro do poder público.

Acho que era só isso.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Medeiros) - Muito obrigado, Laila.

Passo a palavra para o Samuel para que responda aos questionamentos.

O SR. SAMUEL VIEIRA DE SOUZA - Obrigado pela pergunta, Sra. Laura e Sra. Laila.

O Ministério tem sofrido bastantes questionamentos. Muitas ideias, muitas políticas que aqui estão sendo colocadas, muitas vezes não são assim bem aceitas inicialmente, até pelo desconhecimento do que está sendo trabalhado.

Inicialmente, foi feito um grande diagnóstico, nós fizemos um grande diagnóstico, porque, para se realizar um planejamento, principalmente planejamento a longo prazo, que é a ideia, nós temos que partir de dados presentes, não é isso? Não conseguimos modificar o futuro sem trabalhar lá no início, como foi.

E nós observamos que muitos dados que nós estávamos trabalhando, que tinham sido passados durante a transição governamental, muitos deles eram conflitantes. O Sr. Mário Mantovani falou aqui uma coisa interessante que eu anotei. Ele disse que o maior problema ambiental brasileiro é fundiário. Eu anotei isso aqui porque é verdade. Nós temos uma dificuldade muito grande hoje com as UCs com relação à questão fundiária. A UC foi criada, não foi regularizada, e muitas vezes se questiona a ação do Estado naquela área. Cria-se um conflito agrário muito grande, porque existia o proprietário inicial. Ou era o proprietário ou era terra do Estado. E muitas vezes isso vai contra o pacto federativo, porque, às vezes, a terra é do Estado federado, não é da União. E tem população que foi assentada lá depois, ao longo do processo. E há vários registros de terras que eram ainda do Governo Federal, terras que foram passadas, terras que foram submetidas à intervenção, principalmente no Pará.

Nós temos uma quantidade enorme de territórios no Pará, que foram considerados, durante um período, territórios federais. E, depois que o Governo transferiu de volta para



o Estado do Pará, não transferiu corretamente, ou seja, são cinco ou seis terras uma em cima da outra. E ali, às vezes, tem uma UC, uma terra indígena, uma floresta federal. Então, nós temos que tentar regularizar isso, porque senão fica difícil. Você não consegue trabalhar em soluções viáveis para problemas se você não se consegue ter a dimensão do seu problema. E, nesse diagnóstico, muitas vezes um dado que estava no Ministério estava diferente no ICMBio, no IBAMA, esse dado era diferente de um dado que íamos procurar numa pesquisa.

Mas a ideia é, sim, Sra. Laura, buscar o máximo de contato possível com a sociedade, em todos os campos da sociedade, não só a academia, o campo científico, mas também a participação social de todos os níveis. Nós temos recebido no Ministério várias organizações que buscam apresentar suas propostas, suas ideias, projetos e programas. Inclusive a ideia do Ministro de me enviar aqui hoje para participar desse debate é colher o máximo de informações aqui. Até a orientação que ele me deu é que eu falasse o mínimo possível e escutasse bastante. É verdade, nós temos que escutar mesmo. O poder público tem que chegar aqui e escutar e levar para ele, logicamente, os relatórios. Depois, eu vou fazer os relatórios, conversar com o Ministro e com toda a cúpula do Ministério sobre as possibilidades que nós temos de aprimorar e como nós lidamos com isso no Ministério.

O que tem sido feito hoje é um esforço muito grande para que toda e qualquer informação que saia do Ministério seja da melhor qualidade possível, não só os dados abertos, que são disponibilizados no nosso *site*, mas até mesmo uma simples informação que chega lá pela *live* todo dia, informações até corriqueiras, de quem viajou com o Ministro para tal lugar. É isso que chega pela *live*, por incrível que pareça, vocês sabem disso. São informações como essas que nós temos de responder da melhor forma possível, com clareza, com presteza, com tempestividade, de forma que o objetivo não é só cumprir a lei, não só cumprir aquilo que está previsto, mas, sim, dar o melhor serviço possível ao cidadão.

A efetividade, que tanto é falada pelo Ministro Ricardo Salles, é nós colocarmos o Ministério realmente de uma forma efetiva, para ele produzir algo que seja efetivo para a sociedade, tangível, colocado. Talvez leve um pouco de tempo, talvez comecemos de uma forma um pouco atropelada, porque tempo é uma coisa que ninguém tem, nós também não temos tempo. Não é questão de Governo de 4 anos, não. É questão de



plantar hoje algo que depois possa ser trabalhado, possa ser melhorado, possa ser burilado, possa avançar, porque nós trabalhamos com um tema que não é nosso, é de todo mundo, um tema que é bastante amplo e importante. Essa é a nossa ideia.

Temos estratégia, sim, estamos levantando, sim, como nós vamos fazer isso. À tarde, nós vamos falar aqui e apresentar alguma coisa sobre o CONAMA. Em relação ao decreto dos conselhos, nós estamos fazendo o levantamento de todos os conselhos. Alguém falou sobre o Conselho das UCs. Não é ideia terminar o Conselho das UCs, porque ele é importantíssimo para a implementação de políticas públicas naquela unidade de conservação. E o custo dele é zero, é um Conselho que não tem custo nenhum. Inclusive nós estamos questionando se ele é abordado pelo decreto que dispõe sobre a extinção dos Conselhos ou não. Pelo Ministério, acreditamos que não, que esses Conselhos estão resguardados. Mas todos os Conselhos estão sendo analisados lá, e nós estamos fazendo propostas. Isso veio da Casa Civil. Nós tínhamos que apresentar todos os Conselhos existentes, inúmeros Conselhos fundamentais para a participação social.

O que nós queremos nesses conselhos é que eles sejam realmente efetivos, que eles nos tragam retorno, que eles nos tragam o que é da sociedade, para que possamos, com essas informações, com esses dados que vêm da sociedade, do demandante, implementar as políticas ambientais corretas para o Ministério poder editá-las e, principalmente, implementá-las.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Medeiros) - Gente, pelo adiantado da hora, encerro a Mesa.

Muito obrigado a todos, em especial ao Samuel, à Ana e ao Renato.

Vamos fazer uma pausa agora para o almoço e voltaremos às 14 horas. *(Palmas.)*

(Pausa prolongada.)

A SRA. COORDENADORA (Laila Bellix) - Boa tarde a todas e a todos. Sejam bem-vindos ao 1º Seminário Nacional de Governo Aberto em Clima, Florestas e Agricultura.

Vamos começar agora a Mesa marcada para às 14 horas, que tem como título *Qual o papel dos órgãos de controle na agenda ambiental?*

Eu queria chamar para iniciar os debates desta Mesa o Sr. Hugo Freire, Secretário de Controle Externo de Agricultura e Meio Ambiente do Tribunal de Contas da União —



TCU, e o Sr. Daniel Caldeira, Diretor de Auditoria de Políticas de Infraestrutura na Controladoria-Geral da União — CGU.

Antes de começarmos e passarmos a palavra a vocês, eu queria primeiro agradecer o convite do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola — IMAFLORA. É um prazer imenso termos esta oportunidade de debater Governo Aberto e trazer esta discussão para as políticas públicas.

Eu sou do Instituto de Governo Aberto, e nós trabalhamos com o tema de Governo Aberto apoiando governos e sociedade civil a trabalhar com as ferramentas de transparência, de participação e de colaboração.

E eu queria muito ressaltar — e eu estava até comentando com o Hugo isso — o papel e a atuação das organizações da área ambiental dentro do tema de Governo Aberto. Eu acho que, dentre todas as áreas, dentre todos os temas que se relacionam com Governo Aberto, a área ambiental é a que vemos como mais viva, atuante e utilizando os instrumentos de Governo Aberto para aprimorar as próprias políticas, trazendo-lhes um elemento mais democrático.

E, para fazer esse *link*, o IMAFLORA publicou recentemente um texto disponibilizado em que se coloca os três eixos de Governo Aberto: transparência, participação e *accountability*.

Eu queria começar falando do *accountability*, que aqui traduzimos como mecanismos de prestação de contas para a sociedade sobre o que é feito ou o que não é feito pelo poder público. Traduzimos a expressão dessa forma. E este é um eixo de Governo Aberto que está em discussão. Muitas vezes, ele aparece mais fraco em alguns lugares; em outros ele aparece mais forte. Mas acho que é importante reforçarmos o papel da *accountability*, o papel da prestação de contas.

Eu só queria lembrar de uma imagem que a Organização dos Estados Americanos — OEA utiliza para falar de níveis de *accountability*. Eles começam falando que o primeiro passo é relatar processos e procedimentos e informar.

Aqui, no período da manhã, acho que isso foi bem frisado quando, na Mesa da Transparência, todos reforçaram que a informação, o dado, é fundamental para a sociedade civil, mas ele também é fundamental para os órgãos de controle. Então, ter dados e informações abertas também permite que os órgãos de controle atuem e exerçam a sua função.



E, num segundo nível de *accountability*, eles colocam que o governo é mais *accountable* — presta contas — quando ele responde e justifica a sua tomada de decisão, ou seja, quando justifica por que tomou e por que não tomou determinada decisão, se foi por uma política ou por outra.

Por fim, eu acho que este é o limite final da *accountability*: a responsabilidade e a sanção. Esse limite preconiza que é importante também responder e sofrer a sanção legal ou política. Não estamos falando aqui só de sanções administrativas; as sanções políticas também estão nessa linha.

Enfim, dentro desse universo, temos essas duas instituições que são muito importantes: para o controle externo, o Tribunal de Contas; para o controle interno, a Controladoria-Geral da União.

Eu queria provocá-los para que vocês pudessem falar um pouco sobre qual é o papel dos órgãos onde vocês estão e o que vocês têm feito. Isso serve para pensarmos como as políticas ambientais podem ter maior prestação de contas, *accountability*.

Vou passar a palavra ao Hugo. Para que vocês o conheçam, o Hugo é engenheiro agrônomo e auditor do Tribunal de Contas da União desde 2008. Ele foi diretor das áreas de meio ambiente e de agricultura e, atualmente, está à frente da Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente do Tribunal de Contas da União.

Hugo, o microfone é seu.

O SR. HUGO CHUDYSON ARAÚJO FREIRE - Boa tarde, meus amigos. Tudo bem? Vou colocar a nossa apresentação agora.

(Segue-se exibição de imagens.)

Primeiramente, é um prazer estar aqui. Muito obrigado pelo espaço que foi concedido ao Tribunal de Contas da União.

Estou representando a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, conhecida agora como SECEX-Agroambiental, para falar um pouco sobre a nossa atuação nos últimos anos e quais as perspectivas de possíveis trabalhos que possam ser feitos e para dar notícia de trabalhos ainda não finalizados, mas que, talvez, sejam de interesse dos senhores.

O primeiro eslaide trata da atuação do Tribunal de Contas.

Por que trazemos esse eslaide? Apesar de ser chapa-branca, por assim dizer, esse é um eslaide necessário porque traduz o que é a nossa atribuição. O Tribunal de Contas



da União é um órgão auxiliar do Congresso Nacional. Estamos na Casa do Congresso Nacional. Uma das nossas missões é apoiar o aperfeiçoamento da administração pública *lato sensu*, em benefício da sociedade. Eu acho que esse último ponto talvez seja o mais relevante nesse contexto que a gente está conversando aqui hoje.

Um ponto que eu quis trazer também, inclusive está em alguns trabalhos que vou citar, como os senhores vão perceber, é que o patrimônio público é visto também como meio ambiente. Vou falar de outra maneira, até porque, muitas vezes, as pessoas não entendem por que o Tribunal de Contas da União analisa o meio ambiente: o meio ambiente, para nós, é considerado patrimônio público.

A primeira vez que a gente apresentou isso para o Banco Mundial, em um trabalho de 2012, se eu não me engano, o Banco Mundial achou muito interessante. É verdade, o meio ambiente é um patrimônio público tangível e intangível.

Falando um pouco mais sobre como o Tribunal atua, *grosso modo*, de forma muito resumida, a gente teria a prestação de contas, que é o que os órgãos fazem anualmente, bianualmente ou a cada quatro anos; e nós temos as fiscalizações, que é quando efetivamente nos debruçamos sobre um objeto de controle e fazemos uma avaliação.

Essa avaliação pode ser por meio de auditoria financeira — algo que o Brasil ainda, especialmente no Tribunal de Contas da União, está buscando aprender, bebendo muito da fonte do que é auditoria financeira no setor privado —; de auditoria de conformidade, por meio da qual utilizamos critérios, que tem um lado de legalidade mais forte, e, por último, de auditoria operacional ou de desempenho, através da qual analisamos a política e buscamos ver em que medida os resultados pensados para aquela política estão ou não sendo alcançados: quais os gargalos, quais as oportunidades de melhoria.

Lembramos que a nossa missão é contribuir para o aperfeiçoamento da administração pública em benefício de quem? Da sociedade.

Entrando um pouco mais em detalhe sobre alguns trabalhos ou alguns temas em que trabalhamos — e o próximo eslaide deve mostrar isso aos senhores; inclusive, em alguns temas, fizemos mais de um trabalho, por assim dizer — quero citar: licenciamento ambiental, que, dentro da área de meio ambiente, acredito, por si só já fala de sua importância; mudanças climáticas; recursos hídricos; resíduos sólidos; unidades de conservação — acho a maioria dos senhores aqui já conhece a definição, qual seja a estratégia de proteção da conservação da biodiversidade *in situ* —; Objetivos do



Desenvolvimento Sustentável, os conhecidos ODS; e sustentabilidade na Administração Pública Federal.

Quando fomos convidados a participar deste evento, foi-nos dada a orientação de falarmos um pouco do nosso trabalho. Eu queria deixar registrado que o nosso trabalho é integrado, porque não há que se falar de controles sem falar nos parceiros e nos *stakeholders* envolvidos com controle. Um deles, que é muito relevante, está aqui ao nosso lado, que é a CGU. Nós somos parceiros. Então, eu queria deixar isso registrado logo no início.

Portanto, antes de falar dos trabalhos especificamente, eu queria dizer que eles são construídos, muitas vezes, analisando o que o Controle Interno já fez que poderíamos aproveitar, o que nós fazemos que poderemos oferecer aos nossos companheiros do controle — porque o controle é o único — e em que medida, às vezes, deixamos de fazer um trabalho porque já existe um trabalho feito.

Mais do que nunca, quando falamos de restrição orçamentária — e o Brasil vive um período de restrição orçamentária —, temos que zelar muito pelo patrimônio, pelo valor que agregamos a cada ação. Então, fazer uma ação que não vai ter valor agregado é algo que deve ser repensado, para verificarmos se vale ou não a pena fazer.

Então, ao planejarmos nossas ações, a cada ano, nós nos reunimos com a CGU e perguntamos em que medida eles têm trabalhos programados ou já fizeram nesses ou naqueles temas.

Posto isso, dentre os temas que relacionei, poderíamos falar sobre alguns trabalhos. Vamos começar sobre resíduos sólidos. Nós fizemos um trabalho analisando a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

O próximo eslaide vai nos mostrar que a política está inserida na inadequação da disposição dos rejeitos sólidos, dos resíduos sólidos urbanos, nesse caso específico. E o objetivo desse nosso trabalho feito foi analisar a parte institucional e a parte normativa.

Descendo um pouco mais a detalhes — não sei se os senhores conseguem ver, pois está um pouco turvo ali —, destaco a disposição final, a logística reversa, a responsabilidade compartilhada e os planos de gestão de resíduos sólidos.

Eu vou falar de uma forma bem resumida, até para ficar mais fácil e mais próximo do cidadão o que efetivamente acabamos encontrando nesse trabalho.



Os principais pontos estão no próximo eslaide. Grosso modo, encontramos uma baixa implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, em função de fragilidades que identificamos no planejamento, na avaliação, na fiscalização e também na transparência, que é um ponto que acho que tem a ver com o nosso evento aqui.

O próprio monitoramento das ações implementadas dentro da política, conforme constatamos, ainda precisa ser aprimorado.

Se pudéssemos resumir nossas conclusões, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos ainda não existe — institucionalmente, ele não existe. E nós, na condição de órgão de controle, entendemos que é uma condição *sine qua non* para que a política avance.

O sistema que controla as informações de resíduos sólidos também necessita ser implementado. Enquanto órgão de controle, fizemos recomendações e determinações para atacar essas causas: inexistência do plano e do sistema, além de outras.

Avançando um pouco mais, vamos para um próximo trabalho, que trata de conservação da biodiversidade *in situ*, que aqui no Brasil temos o nome de Unidade de Conservação, mas, internacionalmente, podemos expandir esse termo para áreas protegidas.

Na verdade, um conjunto de trabalhos foram feitos. Por quê? Aí voltamos aos primeiros slides: porque o Tribunal entende que Unidade de Conservação é um patrimônio público ambiental. Então, nós nos debruçamos sobre esse patrimônio público e sobre a gestão desse patrimônio público.

Lembramos que a nossa esfera de atuação é a federal, mas temos capacidade de interagir com outros órgãos de controle na Esfera Estadual ou Municipal. Nesse caso específico, fizemos um trabalho do qual participaram os Tribunais de Contas dos Estados da Amazônia. Tivemos, portanto, um panorama nacional, na esfera federal, e também regional, na esfera do Bioma Amazônia. Houve, portanto, um trabalho federal e estadual.

E como avaliamos esse patrimônio? Por meio de alguns critérios que criamos.

O próximo eslaide vai nos mostrar que os critérios foram: existe ou não plano de manejo? Em que medida esse plano de manejo é adequado? Como estão as condições de recursos humanos e financeiros?

A consolidação territorial é um tema que perpassa diversas políticas públicas, porque estamos tratando de regularização fundiária. O Estado atribui à determinada área uma condição administrativa diferenciada, protegendo essa área, criando restrições, mas



ele não efetivamente regulariza fundiariamente aquele território. E isso tem um impacto muito grande na gestão. Diga-se de passagem que as pessoas continuam morando onde elas sempre moraram, porque elas não foram ressarcidas pela mudança de tratamento legal da área onde vivem.

E assim trabalhamos com outros indicadores também. O conjunto desses indicadores formou um índice por meio do qual conseguimos avaliar essas Unidades de Conservação na esfera federal, na totalidade, no ano de 2014; na esfera estadual, avaliamos todas as Unidades de Conservação da Amazônia.

Então, no Brasil, avaliamos todas as áreas federais — e o próximo eslaide vai mostrar isso. Na Amazônia, avaliamos todas as unidades estaduais, perfazendo um montante de 247 unidades federais e estaduais na Amazônia e as então 313 unidades federais que existiam à época, quando a auditoria foi feita.

Só que, quando falamos da parceria que existe entre TCU e CGU, devemos nos lembrar que temos parcerias entre o TCU e outros órgãos de controle, inclusive órgãos na esfera da América Latina.

Essa metodologia de avaliação do nosso patrimônio público ambiental foi replicada num trabalho conjunto feito com entidades fiscalizadoras superiores na América Latina, que o próximo eslaide vai mostrar.

Nós trabalhamos em parceria com 12 EFSs, órgãos equivalentes ao TCU na América Latina. E o resultado foi uma avaliação de 1.120 áreas protegidas, o que nos dá um panorama de como está a gestão dessas áreas na região como um todo.

O interessante foi ver — e o próximo eslaide vai mostrar — que, em alguma medida, as dificuldades são as mesmas, são parecidas.

Ao lado, nesse quadro, conseguimos ver três cores. Um dos pontos que acho ter muito a ver com a transparência é a comunicação. De nada adianta você fazer um trabalho técnico muito bom, se você não consegue comunicá-lo ao final.

E, no intuito de melhorar e aprimorar a nossa comunicação, criamos, por meio daquele índice, faixas de referência em que os índices apontavam para a faixa baixa, média ou alta da gestão, esta avaliada pelo Tribunal de Contas da União por meio de critérios.

Buscamos esses critérios na lei e em avaliações que o próprio órgão já havia feito, uma delas é por meio do método de Avaliação Rápida e a Priorização do Manejo —



RAPPAM. Utilizamos também o Tracking Tool, que é uma ferramenta de avaliação mundialmente reconhecida.

Então, de novo, o Tribunal não inventa a roda. A gente se apropria daquelas melhores técnicas mundialmente reconhecidas, trazendo-as para o olhar do controle externo, o olhar sobre o patrimônio que aquele objeto de controle representa.

Grosso modo, a gente identificou que, na América Latina, a questão, por exemplo, de planos de manejo era uma questão ainda, à época, muito deficitária. Falar deste trabalho, em alguma medida, é olhar para trás e falar: *"Bem, o retrato da gestão, em 2015, dessas áreas protegidas foi esse"*.

E o ciclo de auditoria não se encerra quando o relatório é feito, temos uma segunda etapa, terceira ou quarta, que é monitorar como foram implementadas aquelas deliberações que o Tribunal fez.

Então, neste momento exato, esse trabalho de 2015 está sendo replicado, mas com um detalhe que eu vou explicar um pouquinho mais à frente, ao final da nossa apresentação, que são os trabalhos futuros.

Para gravar, a gente fala de um trabalho de 2015, mas a gente está em 2019. Por que a gente fala do trabalho 2015? Porque o órgão de controle fez um retrato em 2015 sobre a gestão de todas as áreas federais, sejam elas em nível federal, sejam as estaduais, no nível da Amazônia, e comparou esse retrato com o retrato da América Latina. Agora, em 2020, vamos ter um novo retrato com uma base comparativa de em que medida evoluiu a gestão dessas áreas, pensando que essas áreas foram criadas para atingir determinados resultados.

Vocês se lembram que lá no início falamos de auditorias que eram operacionais e que avaliavam os resultados da política? A política é desenhada para um determinado resultado. Nós indagamos se ela está ou não atingindo esse resultado. Por meio de avaliações, principalmente as de caráter operacional, conseguimos ter um raio-x sobre isso.

Andando agora, então, para o nosso terceiro trabalho, falaremos de um tema que está na moda, mundialmente falando. Eu imagino que os senhores o conheçam: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.



Foi feita uma avaliação pelo TCU, com reconhecimento da própria ONU sobre o papel dos Tribunais ou das entidades fiscalizadoras superiores na implementação da Agenda 2030.

Então, não podemos nos furtar da responsabilidade de atuar de forma a colaborar na implementação da Agenda.

Então, o primeiro passo para a implementação é analisar em que medida os Governos estão ou não preparados para implementar a Agenda. E, nos anos de 2016 e de 2018, nós fizemos esse trabalho.

Não podemos fazer uma apresentação de ODS e não mostrar os 17 objetivos. Por que tem que ser assim? Porque, quando olhamos para os 17, temos que nos lembrar de uma palavrinha mágica, que não é mágica, na verdade, porque traz resultados e se chama integração.

A Agenda 2030 foi pensada de forma a integrar as políticas. Muitos criticam que as metas colocadas são muito ousadas, que os objetivos são muito ousados, travestidos em metas. E eles têm que ser assim, porque é para onde se deseja chegar como planeta. Lembro que os resultados alcançados, quando o movimento do planeta for para aquele determinado ponto, são resultados que agregam valor para toda a humanidade.

Então, o Tribunal, colaborando com o papel que lhe devia, fez um trabalho analisando em que medida o Governo Federal estava ou não preparado para implementar a Agenda. Esse trabalho foi em 2016 e terminou em 2018. E terminou porque, na verdade, fizemos duas auditorias em sequência.

De novo, lembrem-se de que não inventamos a roda. Não precisamos inventar a roda. O Tribunal, sabendo que em lugares existem metodologias interessantes, em termos de parceria, de olho para o nosso colega da CGU, foi até o Government Accountability Office — GAO, dos Estados Unidos, e lá identificou uma metodologia.

Lembram que falamos sobre integração? Essa metodologia busca analisar as políticas públicas trazendo um olhar sobre em que medida elas são fragmentadas, sobrepostas e duplicadas, porque, mais do que nunca, num momento de restrição orçamentária, devemos saber exatamente quanto vale cada centavo que investimos dos nossos recursos públicos.

Então, se existe duplicação de esforços — e o GAO lá, muitas vezes, identifica —, as políticas muitas vezes são até cortadas, eliminadas. Então, ele atribui um benefício de



controle interessante quando reporta ao Congresso ações que deveriam ou poderiam ser aprimoradas. E nós tropicalizamos — falo como Tribunal de Contas da União — a metodologia americana e colocamos mais um último pontinho ali, que se chama "lacuna"; ou seja, em que medida, ao se analisar uma política, há uma lacuna, ou seja, não existe a presença do que deveria existir.

Trazendo um pouquinho mais agora para o resultado, e o próximo eslaide vai tratar disso, ele é meio ponto a ponto, analisamos dentro do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 2 a Meta 2.4: "Produção Sustentável". E a nossa análise foi sobre a produção orgânica.

Começamos a avaliar a questão: existe política relacionada a baixo carbono? Sim, Programa ABC. Existe política relacionada à assistência técnica? Sim, existe; eu ainda não estou falando se ela é boa ou ruim, e assim fizemos. Existe uma política relacionada à redução de agrotóxicos? Existe política relacionada a alternativas sustentáveis?

E, avançando um pouco mais, dentro disso tudo aparece que há um alinhamento entre a produção orgânica e o Programa ABC. Há um certo alinhamento entre a produção orgânica e o Programa ABC, mas, em outro ponto, não identificamos alinhamentos ou, na verdade, a existência de políticas institucionalizadas de redução de agrotóxicos.

E, seguindo um pouco mais, a questão da assistência técnica também foi identificada como frágil, inclusive é um possível trabalho a ser feito num futuro próximo pelo Tribunal de Contas sobre a Assistência Técnica e Extensão Rural — ATER, que é algo essencial para a implementação de diversas políticas na agricultura que impactam diretamente o meio ambiente.

E, seguindo um pouco mais, fomos analisar quais são os fatores externos. E aí vemos agora o crédito rural e também vemos a questão da política fiscal, que impactam diretamente o tema relacionado a agrotóxicos, que impactam diretamente a produção de orgânicos.

Então, só tenho 1 minuto e eu vou aproveitar este minuto muito rápido.

O último trabalho de que vamos tratar agora é sobre o panorama da sustentabilidade na administração pública, onde se analisou o que é a sustentabilidade para o órgão de controle, que é o uso racional dos recursos públicos, é usar de forma racional o que existe.



Então, o objetivo do nosso trabalho é ter um olhar sobre os critérios sociais, ambientais e econômicos de forma integrada, avaliando o grau de implementação na administração das ações de sustentabilidade.

O próximo eslaide vai nos mostrar que a metodologia igual a que usamos, bem parecida com a que usamos para avaliar as áreas protegidas, também foi usada para avaliar o quê? A implementação da sustentabilidade na administração pública.

Os resultados foram — não sei se os senhores conseguem ler —, no caso específico do papel, que avançamos bem como administração pública, mas no caso ao lado, que é o de resíduos sólidos, ainda não conseguimos avançar. E aí começamos a ligar os trabalhos: o trabalho de sustentabilidade na administração identificou algo que, quando fizemos um trabalho sobre resíduos sólidos, também tínhamos identificado.

O próximo eslaide mostra os acórdãos, as deliberações do Tribunal. Vamos disponibilizar esses eslaides para todo o mundo, com a apresentação, mas vamos falar dos impactos dessas auditorias.

O que visam essas auditorias? Estimular uma abordagem integrada, porque, sem olhar o todo, muitas vezes, há uma política em detrimento de outra; coordenar de forma melhor as ações do Governo — e, por isso, existe a necessidade de muitas vezes ter alguém acima dos Ministérios vendo as políticas de forma integrada —; melhorar a coerência entre as políticas, tal como houve neste caso específico de agrotóxico, que foi interessante; e reduzir a fragmentação, a duplicação ou a sobreposição de ações do Governo. Mais do que nunca, de novo voltando ao tempo de restrição orçamentária, temos que ter mais zelo pelo patrimônio que investimos em cada política.

E o último eslaide agora é sobre os trabalhos que estão em andamento. Estamos finalizando ainda um trabalho sobre licenciamento ambiental federal. Aquele trabalho de que eu falei de 2013/2014, que foi julgado em 2015, estamos fazendo de novo no Brasil todo sobre Unidades de Conservação; estamos iniciando um trabalho sobre agrotóxicos e finalizamos um trabalho sobre fiscalização agropecuária federal, que impacta diretamente também na área de meio ambiente. O fiscal agropecuário federal do MAPA tem uma relação direta com o meio ambiente.

E o último, que eu acho que é um gargalo para diversas políticas públicas, é a questão da regularização fundiária. Ou seja, fazer gestão de políticas, muitas vezes, é olhar para territórios. E esses territórios têm que estar regularmente compreendidos.



Bem, pessoal, obrigado pela atenção. É um desafio grande falar da atuação do Tribunal em 15 minutos, mas espero ter passado um recado.

E, de uma forma muito geral, temos que atuar de forma integrada. O olhar da sociedade, o olhar do controle, o olhar do Brasil como todo e do mundo, lembrando dos ODS, é olhar o todo.

Muito obrigado a todos.

A SRA. COORDENADORA (Laila Bellix) - Muito obrigada, Hugo, foi excelente o panorama que V.Sa. deu e toda a explanação sobre o trabalho que fazem.

Agora eu vou passar ao Daniel, para falar um pouco da experiência dentro do órgão controle interno e do que V.Sas. têm feito na CGU.

O SR. DANIEL MATOS CALDEIRA - Boa tarde a todos.

Primeiramente, quero agradecer o convite. Estar aqui representando a CGU para mim é sempre motivo de muito orgulho.

Laila e Hugo, já destaco de início que a integração é fundamental, fazendo um gancho com a fala do Hugo. Até, primeiramente, porque o controle tem um custo. Na verdade, o controle não existe *per si*, uma função como algo em si mesmo. Então, a integração é fundamental para que não tenhamos uma perda de carga, de atuação, aquilo que foi pontuado, duplicidade, fragmentação, sobreposição de esforços. Isso é alinhado antes da atuação para que ela reproduza melhores resultados, mas fundamentalmente para que possamos na verdade ofertar, como função controle, elementos para fundamentar uma tomada de decisão mais qualificada pelos gestores. É isso a função controle, a função controle existe nada mais nada menos para retroalimentar o processo de planejamento, é o ciclo PDCA.

Toda atuação e todo trabalho, notadamente aqui na área ambiental, que é o recorte, ele é pensado e estruturado de modo que o resultado final dele seja um resultado propositivo, tempestivo, que possa contribuir para o aperfeiçoamento estrutural de políticas públicas. Esse recorte inicial eu quero destacar.

No particular, em relação à atuação da CGU, também friso que nós temos assento no CONAMA. Nós estamos atuando sempre muito próximos com os atores, não só os atores governamentais, mas, enfim, partes interessadas na discussão ambiental.

Também tivemos oportunidade de participar da ENDES, Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que tem uma dimensão ambiental significativa, e



ela se comunica de maneira muito estreita com o também os objetivos de desenvolvimento sustentável, que o Hugo destacou aqui.

A CGU também participa da Comissão Nacional dos ODS. Então, nós participamos constantemente dessas discussões com os principais atores, visando contribuir para uma tomada de decisão mais qualificada. Mas qualificada em quais aspectos que a CGU pode contribuir? Em relação aquilo que é o nosso negócio.

Em que temas a CGU tem proficiência e como busca contribuir para as políticas ambientais em relação à governança, à gestão de riscos e a controles internos? É a partir desse olhar qualificado nessas dimensões que nós ofertamos trabalhos para que o gestor possa tomar uma decisão mais acertada. E esse movimento teve um marco muito emblemático. Posso dizer que é um movimento que teve seu ápice em 2017, quando nós reformulamos e praticamente redefinimos o nosso negócio de atuação a partir da instituição de um novo normativo do controle interno do Poder Executivo Federal, que é onde a CGU atua de maneira mais específica. Nós reformulamos os nossos normativos a partir das melhores práticas e referências internacionais de auditoria interna governamental. Em 2018, participamos muito ativamente, junto com a Casa Civil e, na época, com o Ministério do Planejamento e o Ministério da Fazenda, hoje Ministério da Economia, e construímos conjuntamente os guias de avaliação *ex ante* e *ex post* de políticas públicas. São guias referenciais, que servem para balizar não só esse controle, mas também, e em especial, a atuação dos gestores que lá estão lá, no dia a dia, debruçando-se sobre políticas públicas em cada uma de suas temáticas. Participamos também do guia de governança, cujo ápice se deu com a instituição do Decreto nº 9.203, que estabeleceu o Centro de Governo, ou centro de governança da administração pública. Então, a CGU busca, em especial, atuar com essas pastas, com os centros de Governo, com a Casa Civil e o atual Ministério da Economia, na instituição de arcabouços, *frameworks*, para balizar a qualificação da atuação e o redesenho de políticas públicas. Eu também destaco esse aspecto.

Sobre o meio ambiente, já inicio dizendo que, como o meio ambiente é transversal a diversas políticas e por elas perpassa, eu posso destacar um trabalho da área de mineração. Quando, no início de 2019, deparamo-nos com o desastre de Brumadinho, foi montado um subcomitê para revisitar a Política Nacional de Segurança de Barragens. E não deixa de ser uma questão ambiental o fato de termos dado um contributo para a



qualificação do plano. Então, percebam uma atuação muito transversal, seja a mais próxima daqueles gestores que estão trabalhando com as políticas públicas, seja uma atuação mais estratégica de centro de Governo, inclusive no redesenho do marco legal, no aprimoramento do marco legal. Essa é outra vertente de atuação da CGU, que é importante destacar.

Com relação aos trabalhos, destaco aqui o segundo, que foi recentemente publicado. Trata-se do trabalho de aprofundamento relativo ao processo sancionador ambiental do IBAMA. Ele demonstrou, ao término, que o Ministério do Meio Ambiente, como pasta supervisora da política, precisaria redesenhar esse processo sancionador, dado o grande gargalo das suas inúmeras fases, com o que verificamos inclusive que não seria somente uma questão de força de trabalho. Mesmo com o incremento de força de trabalho de servidores nesse processo, ele ainda continuaria sem dar o resultado esperado.

Só para que entendamos a sua dimensão, em termos numéricos, nós fizemos uma avaliação de todo o Sistema de Cadastro, Arrecadação e Fiscalização do IBAMA — SICAFI e verificamos um quantitativo de 96 mil processos que estão aguardando digitalização desde maio de 2017. Então, esses processos estão sem o devido encaminhamento e remontam a cerca de 18 bilhões de reais em multas aplicadas, que não estão dando efetividade. Essa é a dimensão do trabalho. Obviamente, ele percorreu todo o processo e, de fato, é um insumo para uma tomada de decisão.

Outros trabalhos que eu posso citar aqui vão na linha das concessões de parques, como um que estamos construindo com o ICMBio, pois há uma política específica para concessão de parques. E nós estamos avaliando qual é o grau de maturidade, para que, de fato, o parque, uma vez concedido, consiga gerar o benefício esperado, planejado.

Posso citar também um trabalho de licenciamento ambiental específico de rodovias federais. Trata-se de um programa do DNIT — Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes que tem um gargalo notadamente em relação ao licenciamento ambiental. Então, nós trouxemos à discussão o IBAMA, o MMA e também a pasta supervisora do DNIT, que é o atual Ministério da Infraestrutura, para encontrarmos uma solução que possa dar efetividade ao quantitativo de rodovias que hoje não estão devidamente licenciadas com as LOs — Licenças de Operação. Esse é outro trabalho que está na agenda para ser publicado em curto prazo. E a publicação é uma obrigatoriedade dos



nossos trabalhos. É importante também destacar aos senhores e senhoras que todos os relatórios de auditoria da CGU são divulgados com transparência ativa, para que, de fato, não só os gestores, mas também toda a sociedade entenda e possa acessar aquela informação, a fim de exercerem seu papel fundamental de controle social, que é uma dimensão muito importante que também valorizamos, induzimos e fomentamos.

Também destaco que nós estamos atualmente no momento de elaboração do próximo Plano Plurianual, o PPA 2020-2023. Todo início de Governo é muito interessante. Inclusive, vivenciamos isso agora em 2019. Por quê? Porque o Governo que chega olha pelo retrovisor as políticas passadas para entender os erros e acertos, aperfeiçoá-las e, conforme for, apresentar outras novas. Atualmente estamos discutindo com todos os Ministérios, notadamente o MMA, o redesenho das políticas. Quais são os indicadores? Quais são as metas esperadas para 2020, 2021, 2022 e 2023? Elas são exequíveis, ou não? São mensuráveis, ou não? Todos esses aspectos estão sendo hoje atentamente observados pela nossa equipe de auditores, em um trabalho também de parceria com os colegas dos Ministérios e do MMA, que é a grande pasta supervisora do meio ambiente.

Voltando à questão dos objetivos do desenvolvimento sustentável, destaco que hoje nós estamos utilizando as melhores práticas e referências, inclusive discutindo com Estados da Federação quais são as melhores que existem, para contribuir com esse processo, uma vez que, como estamos mais próximos, pois temos assento no Conselho dos ODS — Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, temos essa oportunidade muito significativa de contribuir de forma tempestiva exatamente no momento em que a política está sendo formatada, implementada e executada. Isso é muito importante, porque, depois que o problema surge, é muito mais difícil corrigi-lo. Esse é outro vetor também da nossa atuação, que é o aspecto preventivo e orientativo.

De forma geral, acredito que tenha apresentado os grandes pilares da nossa atuação. Estou aqui à disposição para os questionamentos.

E mais uma vez agradeço o convite. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Laila Bellix) - Obrigada, Daniel. Eu tenho duas perguntas aqui. Mas, antes, gostaria de fazer uma ponderação.

Nós até estávamos conversando que existe um dilema, uma falsa dicotomia entre a gestão e o controle, como se necessariamente o controle fosse emperrar a gestão. E os senhores, com as experiências de dois órgãos, um de controle interno e outro de controle



externo, mostram como, na verdade, pode ser o contrário, ou seja, como uma gestão aprimorada pode fazer com que as políticas públicas sejam cada vez melhores e apresentem resultados para a sociedade, como o Hugo colocou.

E, fazendo um paralelo com o Governo aberto, há dois pontos muito interessantes que os senhores levantaram. O primeiro é que o controle não é um fim em si mesmo. Eu acho que de tudo o que discutimos pela manhã participação e transparência são valores que precisam ser defendidos por si sós, mas também não param aí. Participação e transparência em Governo aberto também não são para ser um fim em si mesmos. Mas, além de serem valores, acreditamos que, se se desenvolvem políticas públicas mais abertas, com colaboração e participação elas serão melhores também e irão atender a quem delas precisa. Nesse sentido, eu acho que a colaboração é fundamental. E é muito interessante ver os órgãos de controle integrados.

Então, o próximo passo importante e grande desafio é integrarmos o controle social à participação, tanto o controle interno, quanto o controle externo e todas as diferentes formas de controle, para que possamos ter de fato políticas públicas efetivas e com capacidade de transformar a realidade.

Temos então a Joana e o prof. Paulo, que, se quiserem fazer perguntas à Mesa...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. COORDENADORA (Laila Bellix) - Está bem. Então, são três... quatro, cinco questões. É isso? Há mais. Vamos lá! Tem seis pessoas inscritas. Por questão do tempo, peço que as falas sejam mais breves, porque o Hugo tem um compromisso também, e não podemos nos estender. Além disso, a próxima Mesa já está atrasada. Pode ser? Vocês conseguem ser breves?

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. COORDENADORA (Laila Bellix) - Acho que sim. Nós vamos passando o microfone.

O SR. PAULO - Sou o Prof. Paulo, Presidente da Federação Nacional das Comunidades Quilombolas, Indígenas e Populações Tradicionais do Brasil — FENAIQ Brasil, entidade civil organizada, que representa as populações quilombolas e tradicionais do Brasil, amparada pelo Decreto nº 6.040, de 2007.

Eu quero dirigir a minha pergunta ao Dr. Hugo Araújo Freire — e o outro nome eu não consegui pronunciar, pois é meio complicado. Mas eu queria pegar a deixa, Dr. Hugo,



de quando o senhor falou da regularização fundiária. Hoje já existe um conflitante em relação ao Governo, que não se entende quanto à questão fundiária, quando se dita às nossas populações. Eu nem vou inserir os indígenas, porque vai complicar mais ainda. Eu vou limitar a pergunta às populações tradicionais, amparadas pelo Decreto nº 6.040.

Em relação à regulamentação fundiária, a FENAIQ apresentou uma proposta relativa ao déficit público habitacional das nossas comunidades: o Projeto Eco Casas Sustentáveis com Agricultura Familiar. Eu vejo aqui que ele é Secretário de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente, então está dentro da minha pergunta.

Doutor, estou tendo grande dificuldade de conseguir reverter o processo de conflito fundiário. A nossa gerente acabou de chegar do Amazonas, ontem à tarde. Ela estava no Baixo Amazonas, em Calha Norte, onde foi fazer a vistoria das comunidades inseridas no projeto. Então, hoje nós não estamos sabendo como vamos desenvolver essas ações de regularização fundiária. Qual seria a sua orientação, neste Governo, sobre a forma que deveremos conduzir isso? Ou podemos ter uma orientação técnica do TCU, já que ele representa um órgão respeitável, para a condução desse projeto? Pergunto isso porque a falta de entrosamento governamental está trazendo prejuízo a todas as nossas populações.

Muito obrigado.

A SRA. COORDENADORA (Laila Bellix) - Obrigada, Paulo.

Acho que podemos fazer todas as perguntas, e, se houver similaridade, já se responde.

O SR. ROGÉRIO - Boa tarde a todos e todas!

Sou Rogério, da Comissão de Direitos Humanos, mas, até janeiro, eu estava na Coordenação da Comissão de Agroecologia.

Primeiro, quero parabenizá-los pelo evento. Acho que a questão do Governo Aberto com transparência é fundamental, e a chave de tudo isso é a participação social.

Quando o Dr. Hugo levanta a questão dos ODS, sabemos de todas as dificuldades que há para sua implementação. Mas, Dr. Hugo, nos preocupa um pouco o Objetivo 14 dos ODS, se não me engano, que trata da governança e da participação social, sem as quais evidentemente não vamos conseguir implementá-los. O senhor tratou do ABC, que estaria relacionado à produção orgânica. E tenho algum questionamento em relação a um item que trabalha muito a integração lavoura-pecuária e também quanto ao uso de



agrotóxico, principalmente herbicida. Gostaria então de lhe trazer uma colaboração, já que o senhor está tratando de uma análise sobre os agrotóxicos.

Além daquilo que a mídia nos passa em relação ao uso abusivo de agrotóxico, que é de nosso conhecimento também, o Brasil, em 2011, tinha quatorze marcas de glifosato, marcas comerciais, comercializadas por 14 empresas. Até 18 de abril de 2019, o Brasil tem 97 marcas de glifosato, comercializadas por 40 empresas. Esses produtos estão chegando principalmente da China, e nós não sabemos qual o nível de controle e fiscalização desses produtos, o que é um problema muito sério. E gostaríamos de deixar para o senhor a sugestão de trabalhar isso com um foco bem presente, reforçando no sentido de ser uma questão estratégica. Nós não vamos realizar os ODS se efetivamente não houver participação social.

A SRA. COORDENADORA (Laila Bellix) - Obrigada, Rogério.

Passo a palavra à Joana.

A SRA. JOANA CHIAVARI - Obrigada.

Sou Joana Chiavari, professora da PUC do Rio de Janeiro, e coordeno um grupo de direito ambiental na universidade.

Eu entendo o papel dos órgãos de controle de embasar e aperfeiçoar as políticas públicas. Mas até que ponto os pareceres e as recomendações vinculam o poder público? E, no caso dessa não vinculação, eu queria fazer uma provocação e levantar a possibilidade de, na atual conjuntura, o Ministério Público e as organizações da sociedade civil utilizarem essas recomendações, esses pareceres para uma estratégia de litigância. Eu queria saber se vocês pensaram um pouco a respeito e como vocês veem o seu papel nessa possível conjuntura.

Obrigada.

A SRA. COORDENADORA (Laila Bellix) - Obrigada, Joana.

Com a palavra o Sr. José Paulo.

O SR. JOSÉ PAULO - Boa tarde a todos os presentes!

Meu nome é José Paulo, sou engenheiro florestal e quero fazer uma observação.

O doutor referiu-se ao patrimônio público, e é exatamente o patrimônio público natural que estamos centrando nesse tema. Então, como o TCU se encarrega da execução orçamentária e financeira e o patrimônio público inclui as florestas, eu gostaria de saber se o registro dessas florestas — as não protegidas, fora de Unidade de



Conservação, em áreas particulares, reservas legais, incluindo a FLONA e concessões florestais, áreas públicas — será um dia considerado como ativos disponíveis, regulamentáveis e reguláveis pelo poder público.

A outra questão é sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável — ODS. Eu sei o que é rendimento sustentado, que sai do manejo florestal: é aquele respeito, aquela adequação de ciclo com intensidade de exploração; os dois vão me dar, desde que equilibrados, um rendimento sustentado. O desenvolvimento sustentável tem muitas qualificações e muitas características que eu realmente não domino. Esses objetivos não formariam uma lacuna, quando eu enxergo o universal, o global antes do local, por exemplo, a ATER — Assistência Técnica e Extensão Rural municipal? O crédito florestal e a regularização fundiária são os pressupostos para haver um ordenamento territorial e, daí, alavancar o desenvolvimento florestal. Será que não estaríamos considerando uma coisa anterior à outra, isto é, considerando o global antes do local?

A SRA. COORDENADORA (Laila Bellix) - Obrigada, José Paulo.

Eu acho que agora será a última pergunta, e já lhes passaremos a palavra para responderem.

A SRA. EDUARDA ZOGHBI - Boa tarde! Sou a Eduarda, do Engajamundo, e a minha pergunta é bem simples e vai para o Hugo.

No último projeto que você apresentou sobre o panorama que estão fazendo, você mostrou que existem alguns indicadores, alguns critérios sociais, econômicos e ambientais. Eu queria só entender melhor quais foram os critérios e os indicadores que vocês utilizaram, para saber se a administração pública está ou não está sustentável.

A SRA. COORDENADORA (Laila Bellix) - Obrigada, Eduarda.

Com a palavra o Hugo.

O SR. HUGO CHUDYSON ARAÚJO FREIRE - Paulo, meu nome é Hugo Chudyson. Pai é uma maravilha na vida. Quando eu nasci, em 1972, meu pai ouviu pelo rádio que havia, na época, um jogador alemão chamado Schultzon. Ele achou muito interessante e escreveu dessa forma abrasileirada, que não existe na Alemanha, nunca. Então, Chudyson é o meu segundo nome, e Araújo Freire são os meus sobrenomes.

Muito obrigado, senhores, pelas perguntas, que foram muito boas. Eu vou tentar responder a todos, e provavelmente o meu colega Daniel vai complementar.



Paulo, muito sucintamente, a questão da demarcação de terras indígenas e quilombolas hoje é atribuição do Ministério da Agricultura e Meio Ambiente — MAPA. Recentemente, em nada mudando, o *locus* em que devemos procurar quanto à demarcação e à regularização, em última instância, seria o Ministério da Agricultura. Nós temos algum trabalho sobre quilombolas — e podemos, depois, passar a você o nosso contato —, que, de repente, pode servir de *input* para algum esclarecimento nessa área.

Rogério, muito obrigado pelas sugestões. Realmente é um desafio muito grande falar de agrotóxicos. Presumidamente, o foco do trabalho deve ser a disfunção burocrática no processo de regulamentação. Então, aquilo que você falou há de ser considerado. Na verdade, já está sendo considerado. Mas não podemos falar de um trabalho que ainda está sendo avaliado. O Tribunal só se manifesta por meio de acórdãos. Então, quando houver um acórdão, com certeza, daremos notícia dele aqui, porque é um tema bem pulsante, por assim dizer.

Profa. Joana, da PUC, você perguntou sobre transparência e como o Tribunal pode ser mais efetivo. Nós deliberamos, e as deliberações podem ser de dois grupos: ou recomenda-se, ou determina-se. Quando se recomenda, o órgão pode ou não implementar, mas, caso ele não implemente, ele justifica. Quando se determina, há um critério mais impositivo. Então, ao não se cumprir uma determinação, existe realmente a possibilidade de uma sanção. Lógico que, quando se olha a administração pública — e é bom deixar isso muito claro —, é muito fácil se apontar um erro ou uma ineficiência e não se colocar no lugar do gestor. E é muito difícil ser gestor no Brasil; não é fácil essa tarefa. Então, os órgãos de controle têm, sim, essa métrica de procurar olhar em que contexto o administrador está inserido. Essa é primeira parte da pergunta.

Na segunda parte, a transparência tem muito a ver com comunicar-se. Então, a melhor fiscalização, o melhor controle que é feito das políticas públicas é o que é feito pela sociedade. Daí, mais do que nunca, a transparência se faz necessária. Há de chegar o dia que a nossa sociedade vai evoluir a ponto de ela própria ser o controle efetivo das políticas e do alcance dessas políticas. Enquanto isso não acontece, os controles ainda se fazem necessários.

E eu quero compartilhar com os senhores aqui algumas publicações-resumos de vários trabalhos que fizemos, tanto na área de agricultura e ordenamento agrário, quanto



na área de meio ambiente. O Diretor Carlos está ali e tem alguns exemplares, que podemos passar para vocês.

O próximo ponto é a pergunta do José Paulo. Realmente há de chegar o dia que o Brasil vai incorporar o seu patrimônio público às contas, mas já existem algumas tratativas para isso. Se não me engano, o PIV — Produto Interno Verde é uma delas. Os nossos colegas do TCU México já compartilharam conosco que as contas mexicanas incorporam o patrimônio ambiental. E é um desafio muito grande quantificar esse patrimônio. Mas, do que sabemos, o Governo tem trabalhado para isso, sim. E vai ser muito interessante quando conseguirmos internalizar.

Quanto à questão de concessões florestais, nós temos um trabalho, que podemos compartilhar contigo. Há a ATER e trabalhos anteriores, que acho os nossos colegas da CGU já têm. E a regularização fundiária é realmente um grande gargalo.

A última pergunta foi a da Eduarda, do Engajamundo, que vai nessa mesma linha. Compartilhamos com você; aqui tem todas explicadas, só para não tomar o tempo de todo mundo. Certo?

E tenho um segredo que desejo compartilhar com vocês: de nada vale ter um trabalho relevante, bem feito, se você não consegue se comunicar de forma clara. Então, o exercício que estamos fazendo, e é um exercício muito sério, é o de comunicar os trabalhos do Tribunal e disponibilizá-los à sociedade.

Daniel, se você quiser complementar alguma coisa.

O SR. DANIEL MATOS CALDEIRA - Obrigado.

Eu vou fazer um registro específico em relação ao questionamento da profa. Joana, da PUC: destaquei em minha fala o aspecto mais orientativo, preventivo, de indução e fomento da CGU em prol da qualificação e do aperfeiçoamento de políticas públicas. Mas, paralelamente a isso, quando detectamos ilicitudes no curso dos trabalhos, há também um braço, diria, ostensivo-repressivo de atuação. Então, a CGU, em parceria com os órgãos de defesa do Estado, notadamente o Ministério Público Federal e a Polícia Federal, atua de maneira conjunta em casos específicos de corrupção. Nessa vertente, atuamos há longa data, já com um histórico em torno de 350 operações especiais conjuntas.

E, também, a CGU é o órgão central correicional do Poder Executivo Federal. Então, toda e qualquer sanção de altos dirigentes pode ser de competência da CGU, para



fazer a devida aplicação da penalidade. E, mais recentemente, por conta da Lei nº 12.462, a CGU atua no tema leniência, que também tem uma estreita correlação com o processo de administração de pessoas jurídicas, que nós designamos como PAR. Então, há todo um arcabouço legal e também especializado de colegas auditores da CGU que trabalham nessa linha em nosso quadro.

Em termos mais abrangentes, quanto às contribuições do Paulo, do Rogério, do José Paulo e da Eduarda, nós utilizamos e fomentamos esses *inputs* cada vez mais nos nossos trabalhos de auditoria, a que chamamos de "a devida calibração do trabalho". Assim como o TCU, nós também fazemos painéis de referência, que são convites feitos não somente aos entes governamentais, mas também às instituições, aos sindicatos, às entidades representativas, à sociedade em sentido mais amplo, enfim, a todas as partes interessadas, para que tragam elementos que possam calibrar a atuação.

Eu percebo aqui temas até muito especializados, como a questão do glifosato, levantada pelo colega Rogério. Na verdade, tudo isso é insumo para melhorar a qualificação do trabalho, porque assim nós definimos o escopo e a questão de auditoria que visamos responder. Como o cobertor é curto, nós não temos força operacional para avançar em todos os temas. Então, nós fazemos um planejamento bienal tático de atuação, para que de fato consigamos contribuir para aqueles grandes temas de relevância. E tudo isso é insumo para essa atuação, só para destacar esse aspecto da calibração dos nossos trabalhos de auditoria.

A SRA. COORDENADORA (Laila Bellix) - Bom, eu queria agradecer muito ao Hugo e ao Daniel, em nome da Mesa.

E agora daremos sequência aos trabalhos, com o tema *Participação Social e Direitos na Área Socioambiental*. E, para me substituir na Mesa, convido o Bruno Vello, que é Analista de Políticas Públicas do IMAFLORA.

Obrigada. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

O SR. BRUNO VELLO - Boa tarde a todas e a todos! Esta é nossa última Mesa do evento, pensando nos três princípios do Governo Aberto: participação, transparência e *accountability*, prestação de contas. E vamos agora discutir o tema *participação*.

Entendemos participação como um princípio fundamental da democracia. A ideia é a de que as pessoas que são afetadas pelas políticas públicas devam ter direitos e possam exercer influência sobre as decisões, sobre o processo decisório. A partir daí,



temos todo tipo de experiência participativa, que vai desde as eleições e experiências mais tradicionais até as experiências dos conselhos e as mais novas, se pensarmos no histórico da democracia.

Antes de chamar os participantes que comporão a Mesa, quero fazer algumas considerações do estudo do IMAFLORA sobre participação. Nós focamos os colegiados e analisamos, de maneira geral, 13 colegiados do Governo Federal nas políticas de meio ambiente.

O primeiro achado a respeito é a variedade de funções que eles exercem no interior da administração pública. Encontramos desde colegiados que influem na destinação dos recursos públicos até aqueles que discutem as questões mais estratégicas das políticas públicas. Temos, por exemplo, o Fórum Brasileiro de Mudança do Clima, que discute as metas de emissão de gases do efeito estufa e o atendimento aos compromissos do Acordo de Paris, a Comissão de Gestão de Florestas Públicas, que discute toda a estratégia da política de concessões florestais, e também temos aqueles colegiados que estão mais localizados no território e que discutem a própria implementação das políticas públicas, como os Conselhos Gestores de Unidades de Conservação. Então, temos essa variedade de experiências, que obviamente não vêm prontas e enfrentam desafios. E o que quisemos discutir um pouco na pesquisa são alguns desses desafios de aprimoramento, que vão desde entender os problemas que elas enfrentam para funcionar adequadamente até a sua capacidade de representarem, de fato, os diferentes segmentos da sociedade civil.

Então, provooco também os nossos participantes, que farão parte da Mesa, para discutirem um pouco esses desafios e os desafios que os diferentes segmentos da sociedade civil têm para fazer parte dessas instâncias que foram criadas para tornar o Estado mais poroso.

Gostaria de chamar, para comporem a Mesa, a Deputada Federal Joenia Wapichana, da REDE de Roraima; o Sr. Iago Hairon, Coordenador de Parcerias e Captação de Recursos do Engajamundo; o Sr. Samuel Vieira de Souza, Assessor Especial do Ministro do Meio Ambiente. *(Pausa.)*

Eu gostaria de passar agora a palavra para a Deputada Joenia Wapichana.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - Boa tarde a todos e a todas. Primeiramente, quero parabenizar os organizadores deste seminário e a Comissão de



Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, por tratar-se de um tema relevante, principalmente no contexto atual desse novo Governo, que nos impõe um desafio, como sociedade civil, como grupos organizados.

Por mais que seja difícil o cenário, nós sempre trazemos um princípio, que é fundamental na consolidação dos direitos: resistência, participação, diálogo e, principalmente, proposições.

(Segue-se exibição de imagens.)

Começo com essa palavrinha, justamente para mostrar um pouco por que participação social. Talvez pensemos que isso seja repetitivo, já foi dito na época da Eco 92, na declaração, em alguns princípios que foram por nós trabalhados — não digo por mim, mas talvez por alguém que esteja aqui na sala, como o Mário Mantovani, que talvez tenha participado de forma mais efetiva. Foram declarações muito importantes. E hoje resgatamos essas declarações para nos encorajarem e nos incentivarem e também para retomarmos estratégias antigas que pensávamos que já tínhamos superado. Hoje novamente retomamos o discurso da garantia, da consolidação. E, avançando um pouco nesse cenário, precisamos retomar aquela época.

Um dos pontos, dos princípios dizia o seguinte: a melhor maneira de tratar as questões ambientais é justamente assegurar a participação, em âmbito apropriado, de todos os cidadãos interessados. O segundo ponto dizia que, em âmbito nacional, cada indivíduo terá acesso adequado às informações relativas ao meio ambiente de que dispõem as autoridades públicas, inclusive informações acerca de matérias e atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade de participar dos processos decisórios.

Vejam bem que essas duas primeiras linhas mostram o contexto daquela época, o que hoje voltamos a reivindicar, informações, participação em processo de decisões, principalmente relacionadas ao meio ambiente, porque podemos ser todos afetados de forma socioambiental, digamos assim.

E outro ponto seria justamente que os Estados irão facilitar e estimular a conscientização e a participação popular, colocando as informações à disposição de todos, com transparência — acabaram de falar aqui os representantes do TCU e da CGU, pessoas que dispõem dessas informações —, e será proporcionado o acesso efetivo a



mecanismos judiciais e administrativos, inclusive no que se refere a compensação e reparação de danos.

Começo a minha fala — não sei nem quanto tempo tenho — relembro isso. E quero voltar a um ponto extremamente necessário. Como seria essa estratégia de participação? Por que discutirmos participação social e direitos socioambientais? Por quê? Porque há necessidade de se ampliar o usual conceito de informação ambiental para informação socioambiental. Nós a restringimos à questão ambiental simplesmente. Até mesmo havia algumas críticas. Era "meio ambiente". Os povos indígenas sempre diziam que não queriam "meio", queriam "integral". Eu me lembro de algumas críticas. Acabou que começamos a utilizar o conceito socioambiental para justamente agregar o conjunto de informações produzidas e disseminadas por órgãos do poder público ou por organização de natureza não estatal, cujo conceito esteja direta ou indiretamente vinculado a questões ambientais, de modo que a sua incorporação seja capaz de provocar o cidadão a uma mudança de comportamento em relação aos problemas que afetam o seu ambiente, criando uma forma de conscientização que o incentive a participar dos processos decisórios relacionados à defesa dos recursos naturais.

Eu quis lembrar esse princípio justamente porque, de lá para cá, nós tivemos uma série de avanços em termos de participação social. A quem não me conhece vou contar um pouco da minha história. Venho de um movimento indígena que sempre reivindicou a participação dos povos indígenas em instância de elaboração de políticas, de construção, de análise e de decisão. Daí, como povos indígenas, vínhamos participando principalmente em alguns espaços de conselhos. Os conselhos foram criados justamente para garantir essa participação social, para que, como participação popular, nós, sociedade civil, povos indígenas de diferentes áreas, quilombolas, acadêmicos, até mesmo empresários, pessoas da área da agricultura, no sentido de ter uma classe representativa, pudéssemos discutir em grupo sobre temas fundamentais para o nosso País.

Eu cito um exemplo, o CONAMA — Conselho Nacional do Meio Ambiente, que proporcionou uma série de deliberações muito importantes para o avanço dos direitos socioambientais, como a participação dos povos indígenas na tomada de decisões e discussões de temas imprescindíveis para o avanço de política pública, seja em termos de conhecimentos tradicionais, seja em termos de sustentabilidade, na garantia de que os



direitos de todos fossem incorporados em políticas públicas. E o CONAMA também foi criticado. Por sua discussão em conjunto, ele recebe uma série de críticas também, porque nem tudo agrada a todos. Mas isso é parte de um Estado que se diz democrático. Se somos um Estado democrático, essa democracia também tem que incluir a participação social.

Além do CONAMA, eu mesma, com a minha própria experiência, vinha acompanhando as discussões na CONABIO — Comissão Nacional da Biodiversidade, que também tem muita importância. Aí construímos também participações do Brasil em termos de políticas internacionais.

Ele não quer que eu conte, mas vou contar. Conheci esse rapazinho distribuindo chocolate numa COP — Conferência das Partes. Ele estava lá representando os jovens. Eu não sei nem quantos anos ele tinha naquela época. *(Risos.)*

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - Dezoito. Ele era um dos que estava promovendo a participação da juventude nas discussões da COP. Se não me engano, isso foi na COP 19.

Os conselhos proporcionam também a participação da sociedade em termos de construção, com outros países que também querem aquilo ali, uma mudança de comportamento, para que nós, que estamos no mesmo planeta, possamos fazer com que seja considerada a estratégia para a sustentabilidade, para um desenvolvimento que respeite a natureza, que inclua os diversos segmentos de representações de diversidades culturais — indígenas, quilombolas, pescadores —, comunidades extrativistas, que possa incorporar as suas preocupações, e também os próprios Estados possam demonstrar compromisso nessas mudanças de comportamento. Para isso, é importante a participação social.

Eu trouxe exemplos de participação dos povos indígenas, em termos de políticas públicas, para mostrar por que os povos indígenas são tão importantes nessa inclusão.

Temos uma série de dados. Esses não são discursos ideológicos, românticos. Muitos que não conseguem entender esses dados dizem que são discursos vazios. Trazemos uma série de responsabilidades que estão nas mãos dos povos indígenas, por exemplo, 13% do território nacional — essas são áreas públicas, digamos assim, porque são terras da União — são de responsabilidade, e estão aos cuidados, dos povos



indígenas. Essas áreas, muitas vezes, são as mais conservadas, muito mais do que as unidades de conservação, eu poderia dizer, porque os povos indígenas têm agregado o valor da conservação, utilizam-se da natureza, mas numa relação de respeito, o que se incorpora às políticas públicas.

Incluo aí a importância das terras indígenas, porque hoje existe um discurso que quer tirar a sociedade civil dos espaços de decisão, justamente para contrapor-se. Essa é uma política anti-indígena, que não quer a sociedade obtendo informações, analisando e criticando as informações, rebatendo argumentos. Há até mesmo proposições de retrocesso nas conquistas que obtivemos a partir da Constituição Federal de 1988.

Aí trago novamente a importância de sabermos que os povos indígenas têm trabalhado em conceitos de importância. Esse é o papel da participação social, fazer com que influenciem no processo de decisões.

Conseguimos avançar bastante em reconhecimento das terras indígenas. Elas têm não só essa importância inegável para a preservação, mas também para a mitigação das mudanças climáticas.

No mundo todo, alguns indivíduos que têm poder talvez não tenham tanta preocupação como nós. Temos uma série de preocupações a respeito desse tema sobre mudanças climáticas, porque isso vai afetar a vida não somente dos seres humanos, mas também de todos os seres vivos. Vimos, agora mesmo, o quanto estão sofridas as pessoas que dependem da terra, dos recursos naturais. Daqui a pouco, isso vai chegar com mais intensidade ainda aos núcleos urbanos.

Nós somos fundamentais protetores da floresta e do clima. Alguém antes dizia que nós não discutimos floresta. Muitos dos povos indígenas são povos da floresta. E a luta — eu digo luta, mas me refiro à participação desses espaços — possibilita que essa voz indígena vá além do Brasil, nas suas reivindicações, consiga exercer direitos que são conexos à terra.

Muitos desses conceitos não são entendidos. Nós rebatemos projetos de infraestrutura e megaestrutura que vão adentrar as terras indígenas, como hidrelétrica. Pergunta-se: *"Energia para quê? Energia para quem? E como vamos utilizar essa energia, se não existem alternativas?"*. Há a questão da abertura de estradas, muitas vezes sem a aplicação do direito de consentimento prévio, livre e informado. Houve



avanços em legislações no Brasil justamente contra atividades que, no nosso entendimento, são degradadoras, como a mineração em terras indígenas.

Ontem mesmo, eu atendi lideranças indígenas ianomâmis. A grande liderança Davi Kopenawa traz uma preocupação absurda. Garimpo é ilegal, é crime. Contudo, existe uma forte pressão, inclusive no Congresso Nacional, para regularizar a mineração em terras indígenas, que vem trazendo contaminação das águas, desmatamento e uma série de outros crimes, ilícitos e invasões.

Temos essa preocupação. O que se faz agora é colocar em discussão na sociedade, com vários setores, a importância não somente da demarcação mas também da proteção das terras indígenas e da presença dos povos indígenas na construção de políticas públicas.

Para terminar, quero dizer que apresentamos não só demandas e problemas mas também soluções quando participamos de espaços. Nesses espaços de construção e de defesa dos direitos socioambientais, nós, a sociedade civil e os povos indígenas, temos colocado propostas e ideias.

Trago aqui uma inovação, eu diria, uma iniciativa das comunidades: ter planos de combate às mudanças climáticas. Peguei de uma discussão na região wapichana, em Roraima, esse plano de enfrentamento das mudanças climáticas. Os povos indígenas têm colocado as suas preocupações, em relação a essas mudanças, e ações que nas próprias comunidades indígenas podem ser desenvolvidas. Essas são boas práticas que devem ser multiplicadas. Essas são mudanças de comportamento. Inclusive, cobram ações de mitigação, mudanças de postura em relação às políticas públicas.

Precisamos repensar esse desenvolvimento econômico, que muitas vezes é jogado sem a nossa participação. Esse desenvolvimento econômico precisa mudar, conforme a realidade que estamos vivendo hoje, com a participação social, com a realidade da Amazônia — uma Amazônia não somente para hidrelétrica ou mineração. A Amazônia tem também um potencial muito grande de riqueza da biodiversidade, de riqueza cultural. Há seres vivos que dependem do ecossistema ali. É preciso mudar urgentemente esse comportamento, para que não enfrentemos juntos uma catástrofe que atinja todo mundo.

Então, trazemos essas preocupações e ameaças e também propostas, no sentido de valorizar mais os conhecimentos, valores indígenas, e ter em mente que é essencial que o povo esteja presente na tomada de decisão, para que haja transparência, para que



possamos analisar, criticar, propor, elaborar, principalmente porque participação social é um direito de todos, e não um direito de alguns. Temos o dever como cidadãos brasileiros e temos o direito como brasileiros e cidadãos também.

E aí digo que, neste seminário, na Câmara dos Deputados, que é a Casa de todos, deveriam estar presentes mais Parlamentares, para discutirmos com a sociedade civil essa questão de extrema importância, que é justamente termos governo aberto à participação da sociedade civil. (*Manifestação em língua indígena.*)

Boa tarde a todos. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Bruno Vello) - Muito obrigado, Deputada.

Quero apenas fazer uma consideração sobre essa fala.

A senhora coloca muito bem a ideia da participação como princípio e como algo que gere efeitos positivos para a administração pública: do lado do princípio, não só os princípios de participação que estão colocados na Conferência do Clima — e eu gostaria de reforçar que participação é um princípio previsto na própria Constituição brasileira —, mas principalmente os princípios de participação em colegiados e conselhos, instâncias que, vamos dizer assim, a administração pública encontrou para dar concretude a esses princípios.

Como efeitos, a senhora coloca muito bem como os indígenas se colocam como linha de frente nesses espaços da própria proteção do meio ambiente. Isso mostra também, de uma maneira muito interessante, como experiências participativas que não são simplesmente aquelas que entendemos como tradicionais, por meio do voto, da representação no Legislativo e no Executivo, podem trazer benefícios para a nossa democracia.

Agora eu gostaria de passar a palavra para o Samuel Vieira de Souza, Assessor Especial do Ministro do Meio Ambiente.

O SR. SAMUEL VIEIRA DE SOUZA - Boa tarde a todos.

Eu gostaria de cumprimentar a Deputada Joenia Wapichana, que me precedeu na fala, o Sr. Bruno, nosso moderador, e o Sr. Iago também. Sejam bem-vindos! É uma satisfação poder dividir esta Mesa com os senhores.

Nós vamos falar sobre participação social e direitos da área socioambiental. Isso é interessantíssimo. No painel anterior, eu ouvi uma fala interessantíssima — até anotei aqui —, que política pública sem participação social é ineficaz. É verdade mesmo.



O gestor público hoje tem muitas dificuldades. As dificuldades de quem está na administração pública são muito grandes, sejam dificuldades legais, sejam dificuldades orçamentárias. A questão é que, quando implementa políticas públicas, o grande desejo de todo gestor público é que aquelas políticas sejam efetivas e sejam aplicadas na sua totalidade em benefício do ente para o qual ele as está produzindo, que é a sociedade.

Um mote que nós trabalhamos muito no Ministério é fazer com que a gestão do recurso público seja eficiente, realmente dê à sociedade o retorno sobre aquilo que está sendo traçado, planejado e executado. Mas não podemos falar numa gestão pública eficiente sem a participação social, sem ouvir o que a sociedade tem a dizer sobre a política pública que está sendo implementada ou planejada e, principalmente, sem que haja controle.

Trata-se de gestão pública *versus* controle? Não, pelo contrário. Em qualquer planejamento hoje realizado em qualquer instituição, pública ou privada, está lá muito claramente a questão do controle. É necessário estabelecer metas, indicadores e órgãos de controle internos e externos para ver se aquilo que está sendo planejado pode ser executado e se realmente vai ser implementado e qual o ganho daquilo lá. Estamos falando de gestão de um bem público de muita importância, o meio ambiente. Esse é o mote do Ministério. Então, isso demanda uma concentração muito grande de esforços e preocupações.

Com relação à participação social, o convite foi feito para que aqui se apresentasse a questão do CONAMA. Vem sendo discutida na mídia, de diversas formas, a extinção do CONAMA, etc. Não, pelo contrário. O CONAMA é um colegiado importantíssimo, estabelecido por uma lei de 1981 — já vai para 40 anos de existência —, que, ao longo da sua história, produziu e incluiu políticas públicas de meio ambiente importantíssimas. Não tem como o CONAMA deixar de existir, pelo seu volume de trabalho, pela sua importância, pelo seu mote legal — não tem como!

Agora, é notório que em tudo é preciso que sejam feitas reformulações. Não é novidade que um instituto legal que tem 40 anos de existência precise de reformulações. É esta a ideia da gestão do Ministério do Meio Ambiente: fazer uma nova roupagem, uma nova estruturação, alguma coisa que torne o CONAMA um órgão mais eficiente.

Nós temos, sim, que refletir que, quando o conselho foi instituído, na década de 80, era outra cultura, era outro mundo. Sistemas e conceitos tecnológicos não existiam. Hoje



nós temos uma facilidade muito maior, uma quantidade de informações muito maior para se trabalhar, para se estudar. Talvez, por essa quantidade de informações e por essa quantidade de dados, a efetividade não seja aparente nas reuniões do Conselho.

Neste ano, por exemplo, o Conselho teve duas reuniões. A primeira reunião, que aconteceu no dia 20 de março, foi uma reunião extraordinária. Saiu muito na mídia que tinha sido cerceado, tinha sido modificado, tinha sido mudado. É notório, como a Deputada Joenia Wapichana falou aqui, que não se consegue agradar a todos, mas foi uma decisão que o Sr. Ministro teve. Era a primeira reunião dele. Ele é o Presidente do Conselho e queria fazer a reunião no Ministério. Ele tirou do modelo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA, onde era feito, e decidiu fazer no Ministério. É a casa dele. E ele disse: *"Quero trazer aqui os Conselheiros, quero receber aqui no Ministério os Conselheiros, quero conhecer os Conselheiros"*. Então, foi uma decisão de ele e foi feito dessa forma.

Logicamente, a capacidade do auditório do Ministério é pequena. No auditório, nós só tivemos a capacidade de atender os 105 Conselheiros. Suplentes, visitantes e acompanhantes assistiram à reunião de outra sala. Era uma reunião extraordinária. A sua pauta estava muito bem apresentada. Não havia nenhuma pauta deliberativa. Era mais uma pauta de apresentação. Por isso, até foi citado aqui de manhã que foi colocada aquela sequência alfabética. Alguém deu essa sugestão, que foi aceita, para conhecimento do Sr. Ministro e dos novos Conselheiros de quais eram as entidades que participavam do Conselho Nacional do Meio Ambiente — CONAMA.

O CONAMA trabalha com representantes dos três níveis governamentais — federal, estadual e municipal —, com representantes da sociedade, do setor produtivo, da sociedade civil, com vários representantes. Então, havia uma necessidade ali de se apresentar. Essa foi a ideia inicial. E, sim, depois tivemos outra reunião. Já esta foi uma reunião ordinária, realizada no dia 24 de abril, que aconteceu no auditório do IBAMA, um auditório maior, com uma infraestrutura maior, com a participação aberta a todos. Lá, sim, tivemos questões deliberativas. Inclusive a resolução do PROMOT-5 foi discutida naquela reunião, com a participação do Sr. Ministro durante toda a reunião. A importância que o Sr. Ministro dá ao CONAMA é tão grande, que, nas duas reuniões, ele participou de toda a reunião, do começo ao fim, como Presidente do Conselho.



Não é a ideia do Ministério nem do Sr. Ministro extinguir o CONAMA ou cercear o CONAMA. Pelo contrário, a ideia, sim, da gestão é a de torná-lo um Conselho mais efetivo. *"Mas vai reduzir?"*. Nós não sabemos isso, porque o CONAMA só pode ser mudado pelo Regimento Interno, pelo CONAMA. Tem que ser uma deliberação feita dentro do Conselho. Então, isso vai ser estudado. Todas as propostas foram enviadas ao Ministério. O Ministério vai fazer uma elaboração, para ser levada nas próximas reuniões do Conselho, sobre quais as alterações que seriam necessárias ou que seriam efetivas dentro do Regimento Interno do Conselho. Com relação ao CONAMA, são essas as ideias que nós tínhamos aqui para apresentar.

Vários outros colegiados são pertinentes ao Ministério do Meio Ambiente. De manhã aqui, até falamos nos conselhos das unidades de conservação. Toda unidade de conservação possui um conselho, que faz a sua gestão e implementa as políticas públicas para aquela unidade.

Hoje nós temos 335 unidades de conservação no País, mas apenas 280 conselhos funcionando. Então, nós temos um déficit, porque em muitas dessas unidades de conservação, devido até à sua localização, muitas vezes nós não temos como fazer a reunião do conselho. A ideia é que esses conselhos sejam mantidos e, principalmente, que eles abordem todas as unidades de conservação, porque é importante para o ICMBio, principalmente, que é o grande gestor das unidades de conservação, saber qual é a importância daquela unidade de conservação para a sociedade local que envolve a unidade.

Eu gostaria de, finalizando, agradecer o convite que foi feito ao Ministério para a participação, de parabenizar a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pela iniciativa e por estar conduzindo este trabalho e de parabenizar o IMAFLORA e o SOS Mata Atlântica, que são os organizadores dos eventos. Foi muito proveitoso para nós estarmos aqui ao longo deste dia e podermos ouvi-los. Nós nos colocamos à disposição no Ministério do Meio Ambiente para quaisquer outros dados, informações e contatos.

Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Bruno Vello) - Obrigado, Samuel.



Para nós continuarmos e termos tempo para fazer o debate, eu vou já passar a palavra para o Iago Hairon, que é Coordenador de Parcerias e Captação de Recursos do Engajamundo.

O SR. IAGO HAIRON - Boa tarde a todas e a todos. Em primeiro lugar, está frio... Obrigado a todo mundo que acabou com o baiano o dia todo. *(Risos.)*

Eu sou ativista climático desde os 13 anos. Tenho 25 anos agora e conheci a Joenia aos 18 anos. Sou do Recôncavo da Bahia e moro em São Paulo há 2 anos e meio. Hoje eu coordeno o Engaja.

O tema da Mesa é Participação Social e Direito Socioambiental. Eu vou explicar um pouquinho o que é o Engaja para vocês, e, na minha fala, vocês vão entendendo o que de fato nós fazemos.

O Engajamundo nasceu dentro de uma conferência da ONU, a Rio+20, que aconteceu no Rio de Janeiro em 2012. Nós, um bando de jovens malucos, fomos para a conferência pensando que os Presidentes nos ouviriam e que nós salvaríamos o mundo... Nada disso. Chegando lá, nós percebemos que não era tão fácil assim, mas que existia um espaço institucional de juventude, dentro da ONU, que precisava ser ocupado por jovens brasileiros. Só havia jovens estadunidenses, europeus, australianos ocupando esses espaços legítimos, mas com demandas totalmente diferentes das de jovens do Brasil ou da América Latina.

Nós criamos o Engajamundo inicialmente para aumentar a participação de jovens em conferências internacionais da ONU. Mas, quando nós fomos para a primeira conferência, que foi a COP 19, nós percebemos que não bastava chegarmos à conferência dizendo que estávamos representando a juventude do Brasil e não fazermos nada em nível local. Então, nós nos territorializamos totalmente. O Engaja deixou de ser uma organização internacionalista para se tornar uma organização territorialista. Eu, na Bahia, uma galera no Ceará, uma galera em São Paulo, outra galera no Pará. Essa galera começou a criar o que é o Engajamundo hoje: uma rede de jovens, de 15 a 29 anos, que está em 19 Estados, mais fortemente no Norte e no Nordeste, tendo a sede administrativa em São Paulo, porque é lá que o dinheiro rola. Não é o Governo que nos banca, é o dinheiro da galera massa mesmo que está em São Paulo apoiando Organizações da Sociedade Civil. Nós temos 24 núcleos locais nesses 19 Estados.



Eu anotei algumas coisas aqui para falar especificamente na pauta de clima, porque, como eu falei, eu sou ativista climático, e existem alguns pontos que nós levamos como juventude para esses espaços. O primeiro deles é uma luta. Nós, desde quando criamos o Engajamundo, falamos da importância de educação climática ambiental para a juventude. Nós desenvolvemos um trabalho muito legal junto com o Ministério do Meio Ambiente. Nós criamos a plataforma EducaClima, que, Samuel, se você não conhece, eu aconselho a olhar, porque a plataforma desde do ano passado está parada e ela é muito importante para nós mesmo.

É importante dizer que no Brasil nós temos pouquíssimos investimentos em educação ambiental e climática. É importante dizer também que o Brasil se comprometeu na COP de Doha, quando assinou a Plataforma de Doha, a apontar pontos focais nacionais para a implementação de educação climática no País. Dentro do texto da constituição das COPs, das Conferências das Nações Unidas, é o art. 6 que fala de educação, treinamento, consciência pública. Todos os países do mundo hoje vão nesse caminho de preparar as suas futuras gerações para o que nós vamos enfrentar e para o que nós já estamos enfrentando. Então, isso é superimportante para nós.

Há outros pontos relacionados à participação, para os quais eu queria chamar atenção. Nós, do Engajamundo, estamos no Conselho Nacional de Juventude desde 2018 e, neste ano, nós assumimos como titulares. Temos muitos problemas de conselho neste País. Neste exato momento nós temos uma crise representativa mesmo, de participação social, que foi constituída ao longo de 20 anos. Eu estou aberto a repensar o processo de participação, mas eu quero mesmo saber quais são as diretrizes. Só para vocês terem uma ideia, nós fomos convocados para o Conselho Nacional de Juventude, e o nosso Conselheiro é o Wendel, que é de Belém. A votação do Conselho Nacional de Juventude foi depois de os conselheiros terem suas passagens compradas de volta. Então, os conselheiros da sociedade civil não votaram no Conselho Nacional de Juventude, porque as passagens simplesmente foram emitidas antes, magicamente. Tudo isso acarreta simplesmente um processo muito triste para nós, que estamos nessa luta mesmo de representação, de levantar a voz e de falar quais são as nossas demandas. Isso é só para trazer um gostinho do que nós vivemos no dia a dia.

Vir para cá tem um sentido muito especial porque, como eu já falei, eu acompanho o tema de mudanças climáticas desde os 13 anos. No Engaja existe um grupo de trabalho



de mudanças climáticas. Nós sempre nos reunimos semanalmente. Então, se vocês quiserem participar de uma reunião também, semanalmente nós fazemos a reunião via Hangouts e temos *lives* no Youtube para a galera participar, porque tem a galera de cada Estado do País. Antes de vir para cá, nós pegamos alguns pontos que esses jovens de 15 a 29 anos queriam que eu falasse aqui para vocês.

O primeiro deles é que está na importância de qualquer mecanismo de participação social que envolva meio ambiente nós lembrarmos de equidade intergeracional. Para quem não sabe o que é, equidade intergeracional é o direito das futuras gerações a terem acesso aos mesmos recursos naturais aos quais nós estamos tendo acesso neste momento. E esse termo é muito importante para nós. Quem pegar o Acordo de Paris vai ver que no preâmbulo há uma citação de equidade intergeracional, o que foi muito o *lobby* do Engajamundo e de outras organizações que estavam na COP 21, para colocar o preâmbulo de equidade intergeracional no texto.

Outro ponto importante foi fortificarmos a governança em âmbito estadual e municipal. Por quê? Como foi repetido nas outras falas, no Governo Federal já temos muita coisa automatizada. Nos Municípios, não é assim, no Estado não é assim. E precisamos fazer com que as informações estejam acessíveis ao cidadão.

E, pensando nisso, o pessoal do Engajamundo falou que era para eu fortificar a ideia de que dados são importantíssimos. Não dá para mapas sumirem dentro de nossos sistemas. E não podemos simplesmente de uma hora para outra mudar a modelagem das pesquisas que fizemos no País, porque senão não vamos ter uma abordagem comparativa ao longo dos anos. Se mudamos uma modelagem este ano e não temos uma abordagem comparativa entre os outros anos, não sabemos quanto desmatamento vai haver este ano, porque a modelagem é totalmente diferente. E isso é superimportante para nós num processo de participação e de transparência do próprio Governo.

Uma das principais coisas, e já que estamos falando de participação, é que o Engajamundo sempre esteve muito forte dentro da pauta ambiental, e sempre mantivemos uma relação com os Ministros e Ministras do Meio Ambiente. Desde a Izabella Teixeira, fazemos reuniões com todos Ministros do Meio Ambiente. Isso não significa que somos amigos dos Ministros. Muito pelo contrário. Entregamos o "Troféu Cara de Pau" para a Ministra Izabella Teixeira porque ela estava assinando um papel de desmatamento ilegal zero até 2030. Se é ilegal, não devia nem estar existindo. Não tem



que fazer compromisso para desmatamento ilegal zero. E, aí, fortifico uma coisa para o Samuel. Em janeiro, protocolamos um pedido de audiência com o Ministro, que nunca foi respondido. Eu queria muito que essa reunião acontecesse, que ele ouvisse nossas demandas e nossas impressões.

Por fim, queríamos dizer que o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas é um espaço de sociedade civil superimportante. É muito bom saber que ele não foi extinto ainda. Queremos estar sempre nesse espaço. Outra coisa é: eu queria uma resposta muito direta de como andam no Ministério do Meio Ambiente os encaminhamentos para a reunião do Conselho Diretor do Fundo do Clima. A Eduarda é uma Conselheira do Conselho Diretor do Fundo do Clima, e não existe ideia de reunião desse fundo, que está num processo de apontamento de novos conselheiros, que são apontados pelo Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, agora, pela coordenação do Lucon.

Esses são os nossos pontos. Eu queria dizer "muito obrigado" a todo mundo. Quem quiser fazer perguntas, gritar, fazer qualquer coisa, é só falar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. COORDENADOR (Bruno Vello) - Obrigado, lago.

Pessoal, alguém quer fazer perguntas? *(Pausa.)*

Enquanto vocês vão formulando perguntas, eu vou fazer mais um comentário. Eu acho que o lago tocou num ponto sobre dificuldades de participação — no caso, as dificuldades que vocês tiveram no Conselho de Juventude. E aí eu queria comentar um pouco isso. Um dos resultados que encontramos na verdade corrobora com um conjunto de diagnósticos que é feito sobre os desafios da participação em vários lugares do mundo durante muitos anos. Participar custa. E pessoas e segmentos da sociedade que têm recursos diferentes, conseqüentemente, têm capacidades diferentes de participar. Então, parte do que costumamos encontrar de fato é que existe uma diferença entre o que está previsto nos regimentos dessas instituições participativas sobre quem pode participar e, de fato, daquela composição, quem consegue chegar até a participação, até os eventos.

E, aí, nesse sentido, por exemplo, nesses espaços, dos 13 que analisamos, em 6 deles conseguimos dados para analisar a diferença entre a composição do Estado e da sociedade civil. Em média, 64% dos assentos previstos legalmente nesses espaços são assentos de representantes estatais, ao passo que 35% são assentos de entidades da



sociedade civil e 1% de outros espaços participativos. Então, são espaços participativos com assentos dentro de outros espaços participativos.

Isso mostra que, na verdade, dos seis que analisamos apenas um tinha uma condição de paridade entre atores do Estado e da sociedade civil. E acho que a ideia é um pouco esta: é pensarmos a participação, olhar para esses dados e ver o que pode ser melhorado, como conseguir garantir que essa porosidade do Estado para a sociedade civil seja garantida.

Se olharmos para a participação de segmentos diferentes da sociedade civil, segmentos com mais ou menos recursos têm mais capacidade ou menos capacidade de comparecer. Então, quando olharmos para as presenças nesses espaços, o que vemos é que segmentos que têm mais dificuldade de comparecer, comunidades tradicionais, povos indígenas, costumam estar sub-representados em relação ao que está previsto de assentos para eles, ao passo que outros segmentos, que têm mais capacidade de comparecer a esses espaços, acabam sobrerrepresentados, porque conseguem ir com mais frequência para as reuniões, que é o caso, principalmente, das empresas, mas também, em menor escala, das próprias ONGs.

Eu queria colocar isso. E não sei se eu abro novamente para perguntas ou se fazemos outra rodada de considerações aqui.

O SR. MÁRIO MANTOVANI - Quando falamos de representação, é muito difícil. Com essa realidade de haver mais gente do poder público nos conselhos, a SOS se retirou praticamente de todos os conselhos que não fossem deliberativos e que não tivessem essa paridade. É injusto você ter o cara que participa pelo poder público com salário, com diária quando viaja, todas essas coisas. E aí você ouve agora, por exemplo, o Ministro falando que é a farra das ONGs.

A SOS Mata Atlântica mantém a Frente Parlamentar Ambientalista, põe recurso de *advocacy*, para que façamos política pública. A maioria das organizações com que trabalhamos aqui em Brasília colocam recursos para política pública. Ninguém vem aqui para fazer *lobby* contra a agricultura nacional. Ninguém vem fazer *lobby* contra o Brasil. Estamos tentando trazer e garantir aquelas condições que tínhamos.

Eu fui do CONAMA — Conselho Nacional do Meio Ambiente num primeiro momento e saí, porque era impossível você trabalhar no CONAMA com a forma como estava. Isso não quer dizer que tenhamos que acabar com o CONAMA. O que estamos vendo é que



está se desidratando o CONAMA, estão se desidratando todos os conselhos estaduais. Não é uma prerrogativa só de Brasília.

A questão da participação, agora, tomou esse golpe de morte do Presidente, acabando, numa canetada, com vários conselhos. Isso pode não ter pegado ainda recursos hídricos, pode não ter pegado o CONAMA. Mas o sinal que o Governo dá para a sociedade é que os conselhos são dispensáveis, que é uma farra de ONG, que é um lugar de fazer balbúrdia, coisas desse tipo.

Nós temos que lutar demais para que esses espaços sejam reconquistados. Eu, depois de 1973, tocando a Conferência de Estocolmo, fui contratado para um negócio que se chamava "educação ambiental", de que ninguém falava, profissionalmente, para falar sobre participação da sociedade. Era pensar global e agir local, criar grupos de ação local sobre os temas ambientais, para que as pessoas entendessem do que se estava falando lá.

O Brasil vai em 1972, como eu falei de manhã na abertura, para a conferência e diz que prefere a poluição à pobreza. Nós éramos a 11ª economia do planeta. Todas as fábricas podres do mundo vieram para o Brasil. Nós não conseguimos mais sair desse círculo. Não se industrializou. A pobreza cresceu. E tivemos um problema sério na redemocratização, quando conquistamos o capítulo *Do Meio Ambiente*, que foi feito com a sociedade todinha participando. Havia o capítulo dos indígenas. Todos os temas, inclusive de minorias e meio ambiente, vieram para cá.

E o que vimos agora é esse desmonte. Não é só o Ministério do Meio Ambiente. É todo o Governo. Se fosse só o meio ambiente, fazíamos um movimento, como fizemos. Fechei o Ministério do Meio Ambiente três vezes já. Fechei na gestão do Krause, fechei na gestão da Sinistra com o Código Florestal. Fizemos vários movimentos de fechar o Ministério. Seria fácil fechar o Ministério hoje. O problema é Governo. Nós estamos falando de um desgoverno em que o meio ambiente, por ser o último na lista dos orçamentos, também é descartável. Então, nós vamos ter que fazer um processo muito grande de participação, para reconquistar os espaços e reconquistar governança, que é do que estamos falando aqui hoje.

O SR. COORDENADOR (Bruno Vello) - Obrigado, Mário.

Acho que podemos passar para as considerações da Mesa.

Com a palavra a Deputada Joenia Wapichana.



A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - Foi bom ouvir manifestações relacionadas à participação social, que é justamente o tema desta Mesa, mas também sobre o que está por trás, digamos assim, desses desmontes. Vemos que não é um desmonte simplesmente nas políticas e nos espaços que discutem direitos socioambientais, mas em tudo que é política pública.

Uma MP fez um estrago monstruoso! Eu estou falando da MP 870, de 2019, que foi editada já em 1º de janeiro, com o objetivo de reestruturar. Mas reestruturar para quem e para quê? Qual é o sentido de vermos a FUNAI num Ministério recém-criado que não contém uma estrutura adequada para dar continuidade a uma implementação de direitos constitucionais, consolidados na Lei Maior do País? Qual é o sentido de se tirar da FUNAI a competência de demarcação de terras indígenas, que é o principal direito dos povos indígenas, e colocá-la no Ministério da Agricultura — MAPA, que tem uma política agrícola que é totalmente conflitante com o direito dos povos indígenas? Para que e para quem?

Aí vem um desmonte das políticas, digamos assim, em relação ao Serviço Florestal Brasileiro, novamente também para outro Ministério que tem declarações de avanço de uma política agrícola que só visa ao interesse econômico e não traz uma proteção. Da mesma forma, estamos trabalhando sobre recursos hídricos, colocando a Agência Nacional de Águas — ANA em outro Ministério. Há a questão da extinção da Secretaria de Mudança do Clima e Florestas. Foi retalhada e colocada em vários setores, sem a certeza de que será dado o devido, digamos assim, avanço nas conquistas.

Tudo isso de que o lago fala da participação dele fora do Brasil... Por mais que ele tenha falado *"era muito em cima, mas precisávamos fazer um trabalho aqui no Brasil"*, tínhamos conquistas. Nós como brasileiros víamos que o Brasil liderava políticas socioambientais, políticas sobre mudanças climáticas e liderava com proposições técnicas, com argumentos. Nós temos a Amazônia. Nós temos políticas para conter o desmatamento e dados técnicos que podem comprovar isso. Há a preocupação com os vários biomas que nós temos. Há a participação social, configurada em conselhos. E há a sociedade civil com gosto de participar, tendo ou não investimento em termos de participação social. E o movimento civil, agora, se encontra meio estrangulado.

O que vemos são proposições para rever, digamos assim, áreas de proteção ambiental, rever a demarcação de terras indígenas, com base em interesses individuais,



econômicos. Concluimos que existe uma agressão em relação aos nossos direitos de participação política, de participação social.

Estamos trabalhando aqui. Temos a MP 870 — eu estou falando um pouco das consequências dela —, mas estamos em debate. Não é somente querer que a FUNAI fique no Ministério da Justiça, não é querer que recursos hídricos sejam tratados de forma séria ou que haja uma secretaria. É uma questão legal. Existe um marco regulatório, um avanço, em termos de políticas públicas.

A MP 870 virá. Já houve avanço na discussão em uma Comissão Especial. Retrocedeu-se em algumas propostas, mas ainda não está em pauta. Eu creio que hoje não será colocada em pauta — espero — porque, enfim, é melhor que ela saia do que ser aprovada.

Mas nós não podemos desistir. Se existe necessidade de reestruturação, vamos reestruturar. Mas precisa haver uma discussão com a sociedade. Nós precisamos dar subsídios para que realmente haja coerência de implementação de direitos de recurso. Eu não vejo coerência em se colocar a demarcação de terras indígenas na mão de pessoas que estão defendendo o agronegócio, que conflitam diariamente com povos indígenas, que disputam na Justiça a posse da terra. Não existe coerência, não existe uma justificativa legal para tamanho desmonte que nós estamos vendo neste novo Governo.

Eu deixo isso, de uma forma bem clara, para nós refletirmos e também no sentido de que nós precisamos avançar, Sr. Samuel, que está representando o Ministério do Meio Ambiente. Nós não podemos esconder dados da sociedade civil. Nós queremos informações, porque quem acompanha a participação social tem acesso às informações através do *site* do Ministério do Meio Ambiente, que costumam ser dados técnicos. Retirar dados da sociedade civil para que ela não possa acompanhar é vetar o direito do povo, que é um direito constitucional, de participar. Nós não podemos também apresentar nenhum dado que seja irreal ou de manipulação sobre a realidade que está ocorrendo, seja nas políticas ambientais, nas políticas que se refletem na Amazônia, inclusive dados reais.

Eu estou tentando acompanhar as mudanças. Eu sou uma das pessoas que acessa os dados do Ministério do Meio Ambiente e me preocupo bastante com a questão da transparência. Da mesma forma, eu questionei o Ministro do Meio Ambiente, quando estive na Comissão. Perguntei se estavam realmente preparados para assumir um



Ministério. Eu sempre tenho ouvido o posicionamento dele mais defendendo o agronegócio do que protegendo o meio ambiente.

Ficam minhas considerações, no sentido de que nós precisamos realmente seguir a pasta do meio ambiente, que é uma pasta de proteção ao meio ambiente e não de proteção a infraestruturas, a grandes negócios.

É lógico que há um Ministério para isso. Mas o Ministério do Meio Ambiente foi criado com um objetivo que é justamente o bem-estar e o bem comum do povo. Temos que, através dele, desenvolver políticas públicas com a participação da sociedade civil.

Eram essas considerações que eu queria colocar. Estou aqui à disposição. Meu mandato veio justamente pelo interesse de defender o coletivo e não o individual. Ele veio com o interesse de defender os direitos coletivos dos povos indígenas, fiscalizar seja quem for e cobrar muito bem a atuação dos nossos servidores públicos. Assim como eu sou servidora pública e não me coloco como uma Parlamentar, com *status*, eu também vejo os Ministros, os servidores, os auxiliares como servidores públicos. Nós temos a função social de servir à população brasileira e, nesse sentido, cobrar coerência inclusive em termos de responder processos. Nós não podemos, por um lado, assumir ser responsável por uma pasta e, por outro lado, cometer alguma ação que seja incoerente na defesa dos direitos.

É a isso que vou atentar. Vou continuar nessa fiscalização seja de recursos, seja de atividades e vou me pronunciar quando tiver de me pronunciar porque esta é minha prerrogativa como Parlamentar. Nesse sentido, vou atuar. Sou aberta ao diálogo, não fujo de uma conversa, de um diálogo, mas estou aqui para dialogar com a sociedade civil e com o Governo também, se assim precisar.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Bruno Vello) - Muito obrigado, Deputada.

Tem a palavra o Sr. Samuel, para fazer as considerações finais.

O SR. SAMUEL VIEIRA DE SOUZA - Só queria retornar para o Sr. Iago. Ele tocou aqui sobre a importância do fortalecimento da gestão nos níveis estadual e municipal.

Realmente, nós temos observado no Ministério que muitas coisas tratadas e trabalhadas aqui, no nível federal, não chegam à ponta da linha. Então, esta é uma preocupação do Ministério. Nós estamos trabalhando em trazer para cá secretários estaduais e secretários municipais, fazendo contato direto com as Prefeituras porque é



quem realmente realiza a política pública. O Ministério tem a função de um grande gestor de colocar o recurso no melhor lugar, onde ele está sendo necessário e onde vai ter uma destinação que atenda à população local.

Então, isso tem sido uma busca, foi uma observação bacana. Fiquei feliz de saber que você consegue um dado desses através de uma *live*, com jovens. Isso é muito atual. É realmente a sociedade manifestando uma demanda que ela tem, e o poder público tem de fazer a ingerência para sanar isso aí. É uma preocupação nossa, sim, como efetivar a questão ambiental nas secretarias estaduais e principalmente nas secretarias municipais do meio ambiente.

Deputada Joenia, fiquei feliz de saber que a senhora acessa o *site*.

Na parte da manhã, nós tivemos aqui um painel sobre boas práticas de transparência, e eu falei exatamente sobre a questão do *site* do Ministério — na transição governamental, o Ministério sofreu uma reestruturação — e como a reestruturação organizacional do Ministério afeta diretamente as responsabilidades de informação e principalmente os dados. Nós verificamos que muitos dados do *site* estavam desatualizados. Eram informações concorrentes, informações divergentes, informações erradas dentro do Ministério. É inconcebível, no mundo de hoje, em que a informação tem de ser aberta, transparente, acessível, que um órgão como o IBAMA forneça um dado diferente daquele que está no Ministério do Meio Ambiente. Nós pegamos isso. Nós tivemos dados que estavam dentro do Ministério que eram incoerentes com os dados que estavam lá no ICMBio.

Então, nessa questão de incompatibilidade dos dados, alguns dados que nós vimos que estavam muito desatualizados, como a senhora mesma falou, são dados muito técnicos e são adquiridos através de pesquisas e, principalmente, são utilizados para pesquisa e formulação de políticas públicas. Então, nós não podemos, como órgão público, oferecer, dentro de um *site* institucional, dados que não sejam confiáveis para a formulação de políticas públicas adequadas nos âmbitos federal, estadual e municipal e principalmente para que estudos e pesquisas científicas sejam realizados em cima desses dados que não são completamente confiáveis.

Então, nós estamos fazendo gestões em cima disso, sim. E, com certeza, assim que estiver tudo regularizado, a senhora vai conseguir acessar no *site* a informação precisa. E se não conseguir no *site*, como muita gente tem até feito, pode demandar para o



Ministério, através do sistema de ouvidoria, através do sistema de serviço de informação, como ocorreu na parte da manhã, e nós demandaremos essa informação.

Muito obrigado, mais uma vez, pela participação. Desejo uma boa tarde a todos!

O SR. COORDENADOR (Bruno Vello) - Obrigado, Samuel.

O Iago tem a palavra.

O SR. IAGO HAIRON - Só 1 minutinho. Eu queria fazer uma pergunta muito rápida para o Samuel.

O SR. SAMUEL VIEIRA DE SOUZA - Sim.

O SR. IAGO HAIRON - Você repetiu várias vezes sobre conselhos efetivos ou que atuem com efetividade. Mas quais são os parâmetros de efetividade para o Governo? Para mim não fica muito claro o que de fato vocês querem fazer quando falam "efetivos". Efetivos em quê? Quais são as metas? Quais são os objetivos? Vocês querem se efetivar no que, de fato?

O SR. SAMUEL VIEIRA DE SOUZA - Eu não vou falar para você, Iago, o que o Governo pensa de efetividade. Quando eu falo aqui sobre efetividade eu falo de efetividade de gestão, gestão eficiente, ou seja, ela tem que produzir algo que realmente seja efetivo para a sociedade. Nós estamos fazendo o levantamento de vários projetos que o Ministério desenvolve. Dentro desses projetos há toda uma sistemática, que é de conhecimento, sobre gerenciamento de projetos. Isso é ciência. Então, hoje você tem que trabalhar conforme aquele planejamento. Se aquele projeto não está trazendo o efetivo retorno, é recurso público que está sendo utilizado em vão.

Então, quando falamos que temos buscado a efetividades dos conselhos, dou o exemplo que nós falamos aqui, sobre os conselhos das unidades de conservação — UCs, que são importantíssimos para a formulação das políticas públicas nas áreas em volta daquelas unidades. Mas dos 335 conselhos que há hoje, só 280 funcionam — 280 existem! Uns são muito participantes, muito ativos; outros são pouco ativos. Como nós vamos fazer para esses que são pouco ativos se tornarem ativos? Isso é efetividade. Como nós vamos fazer para alcançar os 335 conselhos de cada unidade? É previsão legal que cada unidade de conservação tenha o seu conselho. Esse é o conceito de efetividade a que estou me referindo. Está bom?

O SR. IAGO HAIRON - Entendi.



Aí você me deu um parâmetro de efetividade: a quantidade de pessoas que participam dos conselhos. Quando você fala de efetividade, fica muito vago. A efetividade pode ser para qualquer coisa. Se até eu que trabalho na pauta socioambiental fico um pouco perdido — efetividade de quê? —, imagine uma pessoa que não trabalha com essa pauta mas quer saber e se interessa pelo meio ambiente. Talvez, o Ministério do Meio Ambiente tenha que deixar isso mais claro para a sociedade, se é que ele quer criar esse diálogo.

Terminando, eu queria dizer: muito obrigado! Eu adorei estar aqui com todos.

Quero dizer que dados são importantíssimos, mas eles também precisam ser legítimos. E, de novo, quero fortificar que não podemos mudar uma modelagem de dados de uma hora para outra simplesmente para o bel-prazer do Governo. É importante manter-se a modelagem para haver uma linha histórica de checagem de o que avançou e de o que retrocedeu.

Por fim, quero dizer que eu, como bom baiano, estou muito triste porque a *Climate Week* não vai acontecer mais em Salvador. Isso é mais uma mostra de que o Governo não se interessa mesmo pela pauta de mudanças climáticas, o que é difícil para mim enquanto jovem e é difícil para a minha organização também, porque há um monte de jovem doido lá que está pensando em clima, que tem certeza de que a pauta é importante para nós e para as futuras gerações. E ter um governo que não esteja interessado nesse tema é, no mínimo, triste. Por isso eu acho que precisa haver mais diálogo mesmo do Ministério do Meio Ambiente com esses setores da sociedade que estão no *front* e falando sobre esses temas.

Vivemos num mundo globalizado e não vamos conseguir sair do debate das mudanças climáticas. O Engajamundo, junto com o Greenpeace, com o Instituto Socioambiental — ISA, com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil — APIB, com o Artigo 19 e com a Conectas Direitos Humanos, no ano passado lançou um documentário que se chama *O amanhã é hoje*, que conta a história de cinco brasileiros impactados pelas mudanças climáticas já. Então, assistam ao documentário para vocês saberem o que acontece. No documentário há pessoas de todas as linhas ideológicas. Há pessoas lá no nosso documentário que votaram em Bolsonaro e há pessoas que votaram no PT. Quando chegar o impacto climático, ele não vai perguntar em quem você votou; ele só vai destruir o que você tem. Se o próprio Governo não tem medidas e não está olhando para



isso, é, no mínimo, estranho. Estamos perdendo espaço também, porque estamos perdendo dinheiro internacional para ser investido em políticas climáticas nacionais.

Muito obrigado. Eu estou totalmente à disposição para debater mais sobre isso. Estou à disposição para fazer reunião no Ministério também. Não só eu, mas também a galerinha do Engaja do Brasil todo, que com certeza está nos ouvindo nesta *live*.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Bruno Vello) - Eu queria agradecer muito a presença e as falas de todos. Obrigado, Iago, Deputada Joenia Wapichana e Samuel Vieira.

Agora vamos desfazer esta Mesa. Para finalizar, vai falar o Sr. Mário Mantovani, que é o Diretor de Políticas Públicas da Fundação SOS Mata Atlântica.

O SR. MÁRIO MANTOVANI - Pessoal, muito obrigado pela participação. Eu agradeço o que fizemos com o IMAFLORA. E agradeço porque vocês acreditaram. E agradeço também a você, Laura, por acreditar que podemos usar este espaço. A Câmara dos Deputados precisa ouvir a voz da sociedade. Precisamos vir para cá com todos os movimentos sociais, com o próprio Ministério, para enfrentarmos realmente esse desgoverno que está aí.

O nosso papel é esse. Por exemplo, o SOS Mata Atlântica gera dados desde 1985 sobre o desmatamento na Mata Atlântica. Mesmo quando o Governo dizia que o dado não servia, que não era oficial, nós trouxemos o nosso dado. Quem tiver outro dado que o contraponha. O IMAFLORA fez, talvez, o melhor trabalho com os dados do Cadastro Ambiental Rural — CAR até hoje. Eu acabei de ver uma nota técnica da Consultoria Legislativa. Olha o que eu estou falando: acabei de ver uma nota técnica da Consultoria Legislativa sobre a MP 867, a do Código Florestal, em que cita os dados do IMAFLORA. Isso é um ganho.

Quando dizemos que estão tirando o verde da nossa terra, que perdemos um campo de futebol de floresta a cada 4 minutos... Agora está ocorrendo a CPI de Brumadinho. A SOS Mata Atlântica fez um monitoramento de água e entregou formalmente à CPI. Acho que é esse o papel que temos que fazer. Nós não dependemos de autorização, de nada. Podemos fazer isso.

E devemos participar nos conselhos. A experiência do IMAFLORA de participar — que você começou, e eu sempre te dei muita força na Câmara Municipal de Piracicaba — é o melhor jeito de fazer política. Nós não vamos mudar nada na política nacional se não



fizemos uma ação local. Eu ainda continuo achando que 72 está muito próximo e está muito atual na nossa vida.

Parabéns! Vim mais para poder dar essa palavra. O IMAFLORA honrou aquilo que faz. Sou Conselheiro. Fico muito feliz em ser Conselheiro dessa organização que abriu um caminho. Depois do nosso, na semana passada, votamos dez outros seminários com temas interessantes — a sociedade pode trazê-los aqui. É assim conseguimos políticas públicas. O que vai superar esse *gap* de governança que está havendo no País agora, o que vai fazer a ponte entre o agora e o futuro ou não deixar romper o passado vai ser o que fizemos hoje.

É importante estar aqui, presente, como falei de manhã, fazendo o nosso papel de cidadania. Estamos na luta! Firmeza!

Agradeço a todo mundo que está aqui até agora e àqueles que nos assistiram. Foi muito legal! Venham e façam atividade não só aqui, mas nas Assembleias Legislativas, nas Câmaras Municipais, em todo espaço que tivermos para discutir a nossa governança, para discutirmos esses trabalhos nos rios, que estão cada vez mais assoreados e contaminados por agrotóxicos, discutirmos sobre as florestas, a recuperação das matas ciliares, discutirmos também a questão do clima.

No primeiro trabalho da SOS Mata Atlântica, de 1988, feito com a Magda Lombardo, da USP, demos aquela ideia de ilhas de calor — 8 graus de diferença entre bairros de São Paulo — o que pode, segundo o Paulo Saldiva, da Faculdade de Saúde Pública, acarretar de 8 a 10 mil mortes por ano de pessoas que têm problemas respiratórios. Esse é um tema muito prático. Não vamos discutir só o derretimento da camada de gelo da Antártida, como vimos agora, talvez, no domingo, no Programa *Fantástico*. Parece que não temos capacidade de intervir nisso, mas, se conseguirmos melhorar a arborização na nossa cidade, conseguiremos melhorar esse clima também.

Muito obrigado a todos. Está todo mundo convidado para continuar presente, fazendo política pública com a Frente Parlamentar Ambientalista, com a Comissão de Meio Ambiente.

Iago, o Rodrigo começou com 14 anos no SOS Mata Atlântica. Você leva jeito. Mais um pouco você será Deputado aqui também.

Muito obrigado. (*Palmas.*)